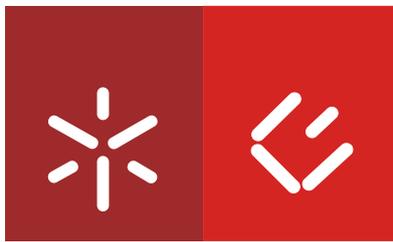


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Eva Patrícia Fernandes Soares

**A Entrada da China na OMC- Ameaça ou
Oportunidade: O caso da Indústria Têxtil e
de Vestuário no Norte de Portugal**

Outubro, 2012



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Eva Patrícia Fernandes Soares

**A Entrada da China na OMC- Ameaça ou
Oportunidade: O caso da Indústria Têxtil e
de Vestuário no Norte de Portugal**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Natália Pimenta Monteiro
e co-orientação do
Professor Doutor Odd Rune Straume

Outubro, 2012

Declaração

Nome:

Eva Patrícia Fernandes Soares

Endereço eletrónico:

eva.soares51@gmail.com

Título da dissertação:

A entrada da China na OMC- Ameaça ou Oportunidade: O Caso da Indústria Têxtil e de Vestuário no Norte de Portugal.

Orientadore(s):

Professora Doutora Natália Pimenta Monteiro, e

Professor Doutor Odd Rune Straume.

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

Ano de conclusão: 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho: ____/____/_____

Assinatura:

Agradecimentos

A presente dissertação é resultado dum trabalho individual, que não seria possível sem o contributo direto e indireto de algumas pessoas. Cabe-me, aqui, deixar uma palavra de agradecimento, a todos aqueles que tornaram a realização da mesma possível.

Primeiramente, pela disponibilidade e pelos conselhos que contribuíram para o melhoramento constante do meu trabalho, agradeço aos meus orientadores: à Professora Doutora Natália Pimenta Monteiro, que desde o projeto tese acompanha o meu trabalho, e ao Professor Doutor Odd Rune Straume. Cabe-me também agradecer ao Professor Doutor Miguel Portela, pelo auxílio na resolução de problemas decorrentes da utilização da sala dos *Quadros de Pessoa*, e pela disponibilidade no envio dos ficheiros.

Seguidamente, e sem enunciar nomes para não correr o risco de me esquecer de alguém, agradeço aos meus amigos, pelo interesse em acompanhar a evolução do meu trabalho, e pelas palavras de incentivo. Agradeço também às colegas de mestrado que partilharam comigo a sala dos *Quadros de Pessoa*, pelo companheirismo e pela disponibilidade em ajudar sempre que necessário.

Por último, e só porque o mais importante fica guardado para o fim, e um simples agradecimento pode não ser o suficiente, agradeço à minha família: aos meus pais, à minha irmã, e ao meu irmão. Pelo apoio, pelo incentivo, pela liberdade com que me deixaram trabalhar, e pelos sacrifícios que foram fazendo para que esta dissertação se tornasse possível. Muito Obrigada!

A Entrada da China na OMC- Ameaça ou Oportunidade: O caso da Indústria Têxtil e de Vestuário no Norte de Portugal

Resumo:

A partir de janeiro de 2001 a China, potência mundial no comércio de produtos têxteis e de vestuário, passa a fazer parte integrante da Organização Mundial do Comércio, e uma salvaguarda especial sobre os produtos têxteis e de vestuário chineses foi estabelecida. Através da metodologia *before and after* e *difference-in-differences* foi estudado o impacto dessa reforma, em termos de emprego e produtividade, para o sector têxtil e de vestuário português situado na região norte. Utilizando como grupos de controlo as empresas da indústria do calçado na região norte de Portugal; e uma amostra aleatória de 30% das empresas da indústria transformadora, em Portugal continental, que não pertencem à indústria têxtil e de vestuário, os resultados apontam para que a reforma tenha tido um impacto negativo e robusto sobre a produtividade, enquanto o impacto sobre o emprego se mostrou ambíguo, na indústria têxtil e de vestuário no norte de Portugal.

Código Jel: C23, C33, F14, F15, F16, L67

Palavras-chave: Indústria têxtil e de vestuário; China; Organização Mundial do Comércio; liberalização comercial; *before and after*; *difference-in-differences*; emprego; produtividade

The entry of China in the WTO: Threat or Opportunity –The case of the Clothing and Textile Industries in Northern of Portugal

Abstract:

On the first of January 2001 China, the world largest economy in terms of trade of textiles products and clothing, became an integral part of the World Trade Organization, and a special safeguard over Chinese textiles and clothing products was established. I employ *before and after* and *difference-in-differences* methodologies to study the impact of this reform on the level of employment and productivity of the textile and clothing sector located in the northern of Portugal. Using as control groups companies from footwear industry in the northern of Portugal and one random sample of 30% of companies of manufacturing industry (outside the textiles and clothing industry) in Portugal mainland, I find an ambiguous impact on the level of employment and a negative and robust impact on productivity in the textiles and clothing industry.

Jel code: C23, C33, F14, F15, F16, L67

Key words: Textile and clothing industry; China; World trade organization; trade liberalization; *before and after*; *difference-in-differences*; employment; performance.

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Índice de Ilustrações.....	xiii
Índice de Apêndices.....	xvii
Índice de Siglas	xxi
Capítulo I – INTRODUÇÃO	1
Capítulo II - REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1 - A liberalização comercial: Conceito e medidas.....	3
2.2 - A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho	5
2.2.1 - Teoria de Krueger e Balassa.....	6
2.2.2 - Abordagem a fatores específicos	9
2.2.3 - Estudos sobre padrões e impactos no comércio entre Norte e Sul	10
2.2.4 - Outros estudos relevantes	13
2.3 - Efeitos da Liberalização comercial sobre a produtividade das empresas.....	14
2.4 – A liberalização comercial na Indústria Têxtil e de Vestuário	18
2.4.1 - Efeitos sobre o bem-estar.....	18
2.4.2 - Efeitos sobre o crescimento económico, emprego e produtividade nos países	22
2.5 - Impactos da adesão da China à OMC na Indústria Têxtil e de Vestuário	25
Capítulo III – A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE VESTUÁRIO E A ENTRADA DA CHINA NA OMC	34
3.1 - Comércio internacional dos produtos têxteis e de vestuário - Historial	34
3.2 - O comércio de têxteis e de vestuário e a entrada da China na OMC	37
3.2.1 - Organização Mundial do Comércio	37
3.2.2 - A China e a Indústria Têxtil e de Vestuário: Caracterização.....	40
3.2.3 - A adesão da China à OMC	41
3.3 - Visão geral.....	44
Capítulo IV - A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE VESTUÁRIO PORTUGUESA	46
4.1 – Enquadramento e evolução da indústria têxtil e de vestuário	46
4.2 - Análise SWOT	48
4.3 - Evolução dos principais indicadores da Indústria Têxtil e de Vestuário.....	52
4.3.1 - Principais Fornecedores e Clientes da Indústria Têxtil e de Vestuário	52
4.3.2 - Empresas	53
4.3.3 - Pessoal ao Serviço	55

Índice Geral

4.3.4 - Produtividade.....	57
4.4 - Ações no longo prazo.....	58
Capítulo V - DADOS E METODOLOGIA	60
5.1- Metodologia.....	60
5.1.1 - Enquadramento teórico.....	60
5.1.2 - Pressuposto chave.....	62
5.1.3 - <i>Before and After</i>	63
5.1.4 - <i>Difference-in-differences</i>	65
5.2 - Base de dados: <i>Quadros de Pessoal</i>	67
5.3 - Variáveis em estudo.....	68
Capítulo VI - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
6.1 – Análise à comparabilidade de médias	74
6.2 – Análise às diferenças nas características.....	76
6.3 – <i>Before and After e Difference-in-differences</i>	77
6.3.1 - Análise <i>before and after e difference-in-differences</i> ao logaritmo do emprego	78
6.3.2 - Análise <i>before and after e difference-in-differences</i> ao logaritmo da produtividade real.....	80
6.4 – Considerações finais.....	82
6.4.1 – Sobre os resultados obtidos	82
6.4.2 - Sobre as limitações do estudo.....	83
Capítulo VII – CONCLUSÃO	85
Capítulo VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
Capítulo IX – APÊNDICES	94
Apêndice A - Revisão de literatura	94
Apêndice B - A indústria têxtil e de vestuário e a entrada da China na OMC	99
Apêndice C - A Indústria Têxtil e de Vestuário Portuguesa	101
Apêndice D - Dados e Metodologia	113
Apêndice E - Análise e discussão de Resultados	118

Índice de Ilustrações

Equações

Equação 1 - Modelo <i>before and after</i> simples	63
Equação 2 - Modelo <i>before and after</i> ajustado às características.....	64
Equação 3 - Modelo <i>before and after</i> com efeitos fixos	64
Equação 4 - Modelo <i>before and after</i> com efeitos fixos ajustado às características	64
Equação 5 - Modelo <i>difference-in-differences</i> simples	65
Equação 6 - Modelo <i>difference-in-differences</i> ajustado às características	66
Equação 7 - Modelo <i>difference-in-differences</i> com efeitos fixos.....	66
Equação 8 - Modelo <i>difference-in-differences</i> com efeitos fixos e ajustado às características.....	66

Figuras

Figura 1 - Cronograma dos principais Acordos Internacionais de Regulação do Comércio Têxtil e de Vestuário	35
Figura 2- Países pertencentes à OMC em 2012.....	38
Figura 3 - Cronograma com as datas principais da entrada da China na OMC, para o sector têxtil e de vestuário	44
Figura 4 - Sistema de negócios da indústria têxtil e de vestuário	47
Figura 5 - Análise SWOT da Fileira Têxtil e de Vestuário – Síntese	49
Figura 6 - Metodologia das diferenças	62

Gráficos

Gráfico 1 - Empresas da ITV no norte de Portugal, por NUTS III	54
Gráfico 2- Proporção de empresas da ITV no norte de Portugal, por NUTS III	55
Gráfico 3 - Aposta estratégica da indústria têxtil e de vestuário para 2015	58

Quadros

Quadro 1 - Vantagens da adesão da China à OMC	42
Quadro 2 - Caracterização das variáveis chave utilizadas no estudo.	69
Quadro 3 - Níveis de escolaridade e anos de ensino	73
Quadro 4 - Médias das variáveis incluídas no estudo, e estatística t.....	75

Índice de Ilustrações

Tabelas

Tabela 1- Efeitos da liberalização comercial na produtividade dos países	16
Tabela 2 - Impactos da entrada da China na OMC nos países.....	26
Tabela 3 - Etapas de integração das quotas dos produtos têxteis e de vestuário	36
Tabela 4 - Empresas da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental.....	53
Tabela 5 - Trabalhadores da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental.....	56
Tabela 6 - Produtividade real da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental	57
Tabela 7 - Análise às diferenças nas características individuais, no período 1999-2009	77
Tabela 8 - Análise <i>before and after</i> ao logaritmo do emprego	78
Tabela 9 - Análise <i>difference-in-differences</i> ao logaritmo do emprego	79
Tabela 10 - Análise <i>before and after</i> ao logaritmo da produtividade real	80
Tabela 11 - Análise <i>difference-in-differences</i> ao logaritmo da produtividade real	81

Índice de Apêndices

Figuras

Figura. 1C - Ações e projetos “on going” e a lançar/parcerias	111
Figura. 2C – Plano de Ação para a competitividade da ITV portuguesa 2010/2015	112

Gráficos

Gráfico. 1C - Principais clientes de produtos têxteis e de vestuário	104
Gráfico. 2C - Evolução da quota de mercado dos principais clientes de produtos de vestuário	104
Gráfico. 3C - Evolução da quota de mercado dos principais fornecedores de produtos têxteis portugueses.....	106
Gráfico. 4C - Evolução da quota de mercado dos principais fornecedores de produtos de vestuário portugueses	106
Gráfico. 5E - Médias das variáveis em estudo, no ano de 1999.....	118
Gráfico. 6E - Médias das variáveis em estudo, no ano de 2009.....	118

Quadros

Quadro. 1D - Tipo de empresa, segundo número de trabalhadores	116
---	-----

Tabelas

Tabela. 1A- A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho.....	95
Tabela. 2A- A liberalização comercial na indústria têxtil e de vestuário	98
Tabela. 3B- Líderes mundiais nas exportações dos produtos têxteis e de vestuário.....	99
Tabela. 4B- Líderes mundiais nas importações dos produtos têxteis e de vestuário	100
Tabela. 5C- Código da Atividade Económica da Indústria Têxtil e de Vestuário, segundo a Rev. 2.1 e a Rev. 3	101
Tabela. 6C - Principais clientes de produtos têxteis e de vestuário	103
Tabela. 7C - Principais fornecedores de produtos têxteis e de vestuário	105
Tabela. 8C - Empresas da ITV na região norte, por NUTS III	107
Tabela. 9C – Empresas da ITV, por dimensão da empresa.....	107
Tabela. 10C - Trabalhadores da ITV na região norte, por NUTS III.....	107
Tabela. 11C - Caracterização dos trabalhadores da ITV, em termos de idade, educação e sexo	108

Índice de Apêndices

Tabelas:

Tabela. 12C – Produtividade real da ITV na região norte, por NUTS III	108
Tabela. 13C - Produtividade real da ITV, por dimensão da empresa	108
Tabela. 14C - Eixos prioritários da ITV para 2013	109
Tabela. 15D - Descrição da base de dados - <i>Quadros de Pessoal</i>	113
Tabela. 16D - Variáveis da base de dados <i>Quadros de Pessoal</i> , utilizadas no estudo.....	116
Tabela. 17D - Índice de Preços do consumidor a preços constantes de 2009	116
Tabela. 18D - Caracterização da variável sub_região	117
Tabela. 19E – Resultados da estimação do modelo DiD simples, para o logaritmo do emprego	119
Tabela. 20E – Resultados da estimação do modelo DiD simples, para o logaritmo da produtividade real.....	119

Índice de Siglas

- AEA (*American Economic Association*) – Associação Económica Americana
- AMF- Acordo Multi-fibras
- ATV – Acordo sobre os Têxteis e o Vestuário
- ATP- Associação de Têxteis e Vestuário Portuguesa
- CAE- Código das Atividades Económicas
- CENIT – Centro de Inteligência Têxtil
- CGE- *Computable General Equilibrium*
- CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário
- CITEX – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil
- DiD – *Difference-in-Differences*
- EFTA (*European Free Trade Association*) – Associação Europeia de Livre Comércio
- EUA- Estados Unidos da América
- GATT (*General Agreement on tariffs and trade*) – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- GTAP (*Global Trade Agreement Project*) - Projeto do Acordo de Comércio Global
- I&D – Investigação e Desenvolvimento
- IDE- Investimento Direto Estrangeiro
- INE- Instituto Nacional de Estatística
- ITV – Indústria Têxtil e de Vestuário
- NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) – Tratado Norte-Americano de Comércio Livre
- NPI- Novos Países Industrializados
- NTC- Novas Teorias do Comércio
- NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMC- Organização Mundial do Comércio
- PVD- Países em Vias de Desenvolvimento
- PME- Pequena e Média Empresa
- TMB (*Textiles Monitoring Body*) – Órgão de Supervisão dos Têxteis
- U. E. – União Europeia

Capítulo I – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito o estudo do impacto da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em termos de desempenho e emprego, na indústria têxtil e do vestuário (ITV) da região norte de Portugal. As empresas da ITV portuguesa são, sobretudo, caracterizadas por serem de dimensão reduzida, e por se concentrarem na região norte, sendo que nesta região estão localizadas mais de 80% das empresas destes sectores de atividade.

A entrada da China na OMC, em 2001, fez parte de uma estratégia do governo chinês que tinha como objetivo aumentar a presença do seu país no comércio mundial, e aumentar o investimento direto chinês no estrangeiro. Este último, aumentaria a internacionalização das principais empresas chinesas, e permitiria à China assegurar fontes de provimento de matérias-primas e produtos agrícolas, indispensáveis, para preservar o grande ritmo de crescimento económico do país (Pereira e Filho, 2005). Este objetivo parece estar a ser concretizado, pois segundo dados da OMC a China, em 2009, foi o segundo maior exportador, e o terceiro maior importador no comércio mundial de mercadorias. Esta posição tem-se revelado ascendente nos últimos anos, o que para muito contribuem as exportações e importações dos produtos têxteis (a nível mundial, a China, é o maior exportador depois da U.E.27, e o terceiro maior importador), e de vestuário (a nível mundial, a China, é o maior exportador, e o 14º importador).

A China é uma potência mundial que tem nos produtos trabalho - intensivos, como o têxtil e o vestuário, a fonte da sua vantagem comparativa. A sua entrada na OMC, e consequente liberalização comercial dos produtos têxteis e de vestuário tende, por isso, a surtir efeitos nos países. Alguns estudos foram elaborados tendo em conta o impacto da adesão da China à OMC, sobretudo, em termos de importações e exportações. Em Portugal muitos são os que referem que a entrada da China na OMC, e a liberalização comercial que a entrada desencadeou, prejudicou o emprego e o desempenho da ITV portuguesa, mas não existem estudos, até então, que suportem tais afirmações.

Com o intuito de estudar o tema em análise foram utilizados dados da base de dados *Quadros de Pessoal*, e foi utilizada a metodologia das diferenças. Esta, segundo Meyer (1995), parte do princípio de que “se não se pode experimentalmente controlar a variação que está a ser

aplicada, devem-se perceber as suas fontes”¹. Para uma melhor compreensão do tema em análise, e para que o objetivo da presente dissertação fosse cumprido, esta encontra-se segmentada. O esquema dos diferentes capítulos é apresentado de seguida.

No capítulo dois é feito o enquadramento teórico ao tema, através de estudos existentes; no capítulo três é feito o enquadramento da reforma em análise (entrada da China para a OMC, e estabelecimento de uma salvaguarda especial sobre produtos têxteis e de vestuário); e no capítulo quatro, é feita a caracterização da ITV portuguesa. No capítulo cinco, é apresentada a metodologia, bem como a base de dados e as variáveis utilizadas; esta é seguida pela análise e interpretação dos resultados no capítulo seis. A dissertação finaliza com a conclusão, no capítulo sete, e com as referências bibliográficas e os apêndices, nos capítulos oito e nove, respetivamente.

¹ “*If cannot experimentally control the variation one is using, one should understand its sources*” Meyer (1995), pp.151

Capítulo II - REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em cinco secções principais, e tem como finalidade perceber, através dos estudos existentes, os efeitos da liberalização comercial nas variáveis chave para o estudo. Desta forma, depois de numa primeira secção ser apresentado e discutido o conceito de liberalização comercial; numa segunda e terceira secção, são apresentadas e discutidas, empiricamente, as teorias comerciais existentes sobre os efeitos da liberalização comercial, respetivamente, em termos de emprego e produtividade. De seguida, e como forma de aproximação ao tema em análise, são apresentados os efeitos da liberalização comercial na ITV. Por fim, numa última secção, são apresentados os estudos existentes sobre os impactos que a entrada da China na OMC provocou, ou poderá provocar, em termos da ITV dos países. No apêndice A da presente dissertação, encontram-se resumidos, em tabelas, os principais estudos deste capítulo que não se encontram no decorrer do mesmo.

2.1 - A liberalização comercial: Conceito e medidas

A liberalização comercial é, geralmente, conhecida como um movimento com vista à liberalização do comércio, através da redução de tarifas e outras barreiras, sendo comumente percebida como a principal força motriz por detrás da globalização. Por sua vez, a globalização pode ser definida como sendo um processo de interação e integração entre pessoas, empresas e governos de diferentes nações. Esse processo é impulsionado pelo comércio e investimento internacionais, com o auxílio das tecnologias da informação. Como tal, tem efeitos sobre o ambiente, a cultura, os sistemas políticos, o desenvolvimento económico e a prosperidade. Ghose (2000) refere que os problemas da globalização se prendem com problemas de curto prazo nos fluxos de capitais, e que não devem ser comparados com os problemas da liberalização comercial, sendo estes problemas no comércio.

A distinção entre a liberalização comercial em si, e os efeitos de um aumento do comércio por qualquer outra razão, é também importante ser feita. Assim conceptualmente, a distinção entre comércio livre e liberalização comercial prende-se com o modo de afetação nas importações e exportações. Ou seja, o comércio livre é caracterizado por incentivos neutros sobre as exportações e importações; enquanto a liberalização comercial é caracterizada pela existência de um viés nas exportações e importações. Desta forma, a liberalização comercial

pode ser alcançada quer pela redução de tarifas, quer por qualquer outro viés anti-exportação obtido por qualquer outro meio, como por exemplo: a introdução ou aumento de subsídios às exportações. Outro elemento da liberalização comercial é a substituição de um instrumento de controlo do comércio por outro, que pode distorcer menos a estrutura do incentivo, exemplo disto é a substituição de restrições quantitativas ao comércio por tarifas.

Os efeitos da liberalização comercial não reúnem consenso. Enquanto alguns autores apresentam a liberalização comercial como responsável por um conjunto de problemas sociais, tais como: o aumento do desemprego e das desigualdades salariais nos países desenvolvidos; o aumento da exploração dos trabalhadores nos países em vias de desenvolvimento (PVD) e do desrespeito pelas condições de emprego e padrões de trabalho; a desindustrialização e marginalização dos países de baixo rendimento; o aumento da pobreza e das desigualdades globais; e a degradação do ambiente. A análise económica refere os benefícios do livre comércio, em termos de melhoramento da alocação de recursos, e consequentes ganhos de eficiência na produtividade, e no crescimento económico (Lee, 2005). Os efeitos económicos, em termos de emprego e de produtividade, serão melhor percebidos nas secções subsequentes do presente capítulo.

A liberalização comercial acarreta, também, consigo alguns problemas, quer em termos de medição, como em termos metodológicos. Estes são apresentados de seguida.

Em termos de medição, existem várias formas de avaliar a liberalização comercial, sendo que as mais utilizadas são as mudanças de política, através da redução de tarifas ou através da remoção de restrições quantitativas. No entanto, mudanças noutras políticas podem enviesar os efeitos pretendidos pelas mudanças de políticas anunciadas. Outra forma de avaliar a liberalização comercial, baseia-se na estimativa direta da mudança no viés do regime comercial, como refletido nas mudanças de preço. A utilização de critérios múltiplos, tais como mudanças nas tarifas e mudanças nos preços relativos, são também uma forma de medir a liberalização comercial, mas enfrentam problemas de agregação e ponderação (Lee, 2005).

Em termos metodológicos, existe a dificuldade em separar os efeitos da liberalização comercial, daqueles que resultam de outras mudanças de política, de crises macroeconómicas, ou de outros choques externos que ocorrem em simultâneo; e existe o problema contra factual (ou seja o cenário alternativo - o que teria acontecido na ausência da liberalização comercial).

Este último, é utilizado quando as políticas existentes deveriam prevalecer. O que não é apropriado quando, a liberalização comercial, ocorre depois de uma crise económica, porque nestas circunstâncias as políticas existentes não são viáveis. Neste estudo o problema metodológico patente é a separação dos efeitos da liberalização comercial dos da crise macroeconómica sentida, em 2008, a nível mundial. Este assunto será discutido, posteriormente, no capítulo V.

Para uma melhor compreensão, dos efeitos da liberalização comercial é apresentada, de seguida, uma revisão de literatura aos efeitos da mesma sobre as variáveis chave deste estudo.

2.2 - A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho

Nesta secção, são analisados os efeitos da liberalização comercial no mercado de trabalho, sobretudo, em termos de emprego.

Moreira e Najberg (2000) referem que o estudo do emprego se centra, quase exclusivamente, nos modelos neo-clássicos e keynesianos. Os modelos neo-clássicos, ao considerarem a hipótese de salários flexíveis, asseguram um nível de emprego, fundamentalmente, determinado pelo mercado de trabalho; enquanto os modelos keynesianos se centram na procura agregada em que os fluxos de comércio são geralmente pequenos e, por isso, apenas *deficits* ou *superavits* grandes e de longa duração no comércio têm impacto.

De acordo com estes modelos o impacto do comércio sobre o emprego é quase inexistente (nos modelos neoclássicos o nível de emprego é dado; e nos modelos keynesianos, apenas, *deficits* ou *superavits* grandes e de longa duração, no comércio, têm impacto no emprego). O mesmo ocorre na relação existente em termos de emprego e comércio internacional em que, num cenário em que os preços e salários são flexíveis e os fatores móveis, não existe uma razão sólida para associar o desemprego com o comércio (Moreira e Najberg, 2000).

A teoria sobre a relação existente entre liberalização comercial e emprego fornecida por estes modelos é alvo de exceções. Estas podem ser agrupadas em três grupos (Moreira e Najberg, 2000). A primeira exceção, através de uma abordagem mais normativa sobre o comércio e desenvolvimento, é fornecida pelos estudos pioneiros de Krueger (1982, 1983) e Balassa (1982); a segunda exceção é dada pela abordagem a fatores específicos que utilizam

modelos em que o fator preço é rígido; e a terceira exceção é dada por estudos sobre padrões e impactos no comércio entre Norte (PVD) e Sul (países desenvolvidos) baseados, essencialmente, no fator tradição *FCT* (*FCT – Factor Content Tradition*). De seguida são explicitadas as exceções e apresentados estudos relacionados com as mesmas.

2.2.1 - Teoria de Krueger e Balassa

O primeiro grupo de exceções, baseia-se na teoria sobre o comércio e o desenvolvimento desenvolvida por Krueger (1982, 1983) e Balassa (1982). Os autores partem do princípio de que numa economia fechada, o regime de substituição das importações, leva a duas distorções importantes: uma sobre a indústria (relacionada com incentivos que diferem em grande parte dos que deveriam ocorrer no comércio livre, e que não refletem a dotação fatorial das indústrias dos países), e outra sobre o comércio (relacionada com a discriminação às importações que diminuem os lucros relativos, e põe em risco a criação de empregos, sobretudo, em PVD que exportam produtos trabalho - intensivo), que têm um impacto negativo na criação de empregos, e tentam encontrar suporte para o mesmo.

Krueger (1982,1983) confirma que as exportações dos PVD são, em geral, mais trabalho intensivo que as importações, e que o emprego tende a crescer mais rápido em economias mais abertas. Analisando onze PVD, Balassa (1982) obteve conclusões similares, argumentando que se as exportações são mais trabalho-intensivo, a liberalização comercial tende a promover a criação de emprego.

Papageorgiu et al (1991), seguindo os autores Krueger (1982, 1983) e Balassa (1982) continuaram a analisar as consequências da liberalização comercial em dezanove países². Focando-se essencialmente no impacto do curto-prazo no emprego, e partindo do princípio de que o processo de reestruturação tende a aumentar o desemprego no curto-prazo, dado que os trabalhadores demitidos dos sectores contratados raramente são, imediatamente, absorvidos por aqueles que estão em expansão. Os autores sublinham que o impacto positivo da expansão dos sectores trabalho - intensivo, normalmente, tende no longo prazo a ultrapassar as perdas. Apesar de, na maioria dos países, os resultados encontrados serem ambíguos, o facto do impacto negativo ser, geralmente, pequeno levou o autor a afirmar que a liberalização do comércio, em geral, não envolve um custo social elevado em termos de emprego.

² Os 19 países analisados foram: Chile, Grécia, Indonésia, Israel, República da Coreia, Nova Zelândia, Singapura, Espanha, Uruguai, Argentina, Brasil, Colômbia, Paquistão, Peru, Filipinas, Portugal, Sri Lanka, Turquia e Jugoslávia.

A qualidade dos resultados, contudo, não foi satisfatória sendo que em apenas, três países (Chile, Espanha e Jugoslávia) foi utilizado um método para isolar o impacto de outras variáveis, tais como os termos do comércio e o crescimento. De forma a reforçar isso, Lee (2005) refere os estudos de Greenaway (1993) e Collier (1993) que contestaram a metodologia empregue, e de Agenor e Aizenman (1996) que apontam que o estudo de Papageorgiu et al (1991) fornece, apenas, evidência limitada nas mudanças no emprego nas atividades de produção não pertencentes à indústria transformadora, ou nas mudanças na taxa de desemprego agregada. O que se agrava com a existência de falhas metodológicas, nos estudos de caso, que tornam não sustentáveis as conclusões otimistas sobre os efeitos da liberalização comercial no emprego.

Dollar e Collier (2001), através de uma visão menos positiva, do efeito da liberalização comercial, desenvolvem também, uma teoria que contraria as previsões de Papageorgiu et al (1991). Ao reiterar os benefícios da liberalização comercial, para o emprego e para os salários no longo-prazo, o estudo de Dollar e Collier (2001) reconhece que existem problemas transacionais significantes que precisam ser combatidos. Eles observaram que uma série de casos de estudos, sobre o efeito da liberalização comercial, mostram uma dispersão considerável no impacto líquido no emprego. Mais significativamente, sublinham os problemas de que pequenos declínios no emprego podem esconder substanciais perdas no mesmo, e que alguns dos perdedores mais importantes, da globalização, serão os trabalhadores do sector formal nas indústrias protegidas.

No entanto, estudos empíricos que defendem o ponto de vista de Papageorgiu et al (1991) têm sido desenvolvidos. Exemplos disso são os estudos de Revenga (1997), Edwards e Edward (1996), Levinsohn (1999), Rattso e Torvik (1998) e Milner e Wright (1998).

Revenga (1997) ao estudar a reforma comercial no México para o período de 1984-1990, encontrou que uma redução de 90% para 10%, no nível de tarifas, diminui as vendas das empresas entre 4 % a 6%, o que corresponde a uma diminuição entre 2% a 3% no emprego. No entanto, o nível de tarifas não tem um efeito significativo nas vendas e, por conseguinte, não tem efeito no emprego.

Edwards e Edward (1996) referido por Moreira e Najberg (2000); e Levinsohn (1999) estudaram o caso da liberalização comercial do Chile. Edwards e Edward (1996) citados por Moreira e Najberg (2000) argumentam, para o período entre 1973-1979, que as reduções tarifárias tiveram durante muito tempo um impacto significativo, embora pequeno e decrescente,

na probabilidade de emprego remanescente. Segundo os autores, mesmo este pequeno impacto negativo pode ser, parcialmente, explicado por fatores institucionais específicos para o mercado de trabalho do Chile.

Levinsohn (1999) reforça estes resultados ao estudar a liberalização comercial do Chile, entre 1979 e 1986, que coincidiu com choques macroeconómicos severos. Os efeitos no emprego, dos choques macroeconómicos, ultrapassaram em grande escala os efeitos da liberalização comercial. O efeito combinado destes dois fatores, no período analisado, resultou na queda no emprego líquido da indústria transformadora em 8%. Uma característica interessante deste estudo é a de que, para além de observar as mudanças líquidas nos níveis de emprego, também estima a criação e destruição de emprego, utilizando dados ao nível das empresas. O que sugere que cerca de um quarto dos trabalhadores, na indústria transformadora nesse período, mudaram de emprego. Isto indica que o ajustamento no mercado de trabalho é maior do que o observado, apenas, em termos de mudanças líquidas no emprego.

Estudos sobre a liberalização em países da África apresentam resultados mistos. Ao estudar o Zimbabué, Rattso e Torvik (1998) encontraram que, a liberalização comercial drástica dos inícios dos anos de 1990, resultou numa contração no produto e no emprego acompanhados por um aumento acentuado nas importações e no *deficit* comercial. Em contrapartida, um estudo das ilhas Maurícias por Milner e Wright (1998) que abarcou o período entre 1968-1991, revelou resultados em termos de produto mais favoráveis, encontrando evidência para o aumento do emprego e dos salários no longo prazo. A diminuição da proteção para as empresas locais, implementada no período de 1985-1987, levou ao aumento do emprego nas indústrias orientadas para a exportação, mas não contraiu o emprego nas indústrias importadoras. Este último deveu-se ao aumento da oferta de mão-de-obra feminina, e ao grande crescimento geral da economia.

Curri e Harrison (1997) estudaram a liberalização comercial substancial implementada em Marrocos entre 1984-1990, e não obtiveram efeitos fortes no emprego. O nível médio de penetração das importações aumentou, apenas, ligeiramente devido a uma contração na procura interna e à desvalorização da moeda. Os autores encontraram também que 21% da diminuição das tarifas em indústrias nos sectores mais afetados – têxtil e de vestuário e bebidas - levou a uma queda no emprego em 3,5%. Ao mesmo tempo uma diminuição em 24% nas tarifas, nos sectores orientados para a exportação, levou a uma diminuição no emprego em 6%.

Lee (2005) refere ainda que uma série de casos de estudo da *Organização do Trabalho Internacional*, sobre a China, Índia, Malásia, México e Brasil que se centram nos efeitos do crescimento económico do comércio, no emprego e nos salários, da indústria transformadora. Os resultados encontrados não são iguais para o conjunto de países.

Nas três economias Asiáticas em expansão, o crescimento do comércio teve um efeito geral favorável no emprego, e nos salários da indústria transformadora. Para além de estimular o crescimento do produto, o crescimento do comércio, tem tido o efeito de aumentar a intensidade do emprego na saída de produto. Apesar disso, trabalhadores não qualificados ou com baixas qualificações têm beneficiado mais, do que os trabalhadores qualificados. Isto porque o crescimento do emprego tem sido mais rápido nas indústrias orientadas para a exportação que empregam, maioritariamente, trabalhadores não qualificados. O emprego nas indústrias orientadas para a importação também demonstra aumentar, apesar do aumento da concorrência.

Resultados contrários ocorreram nos países da América Latina: Brasil e México. Nestes países o emprego na indústria transformadora, ou não aumentou consideravelmente, ou teve uma queda. Os estudos, referidos por Lee (2005), sugerem que estas tendências podem ser atribuídas às condições iniciais não favoráveis (ex. distribuição extremamente desigual das ações), aos problemas de gestão macroeconómicos, e à forte dependência de recursos externos. No entanto, refere que seria necessário aprofundar mais os estudos, para obter resultados mais adequados.

2.2.2 - Abordagem a fatores específicos

O segundo grupo de exceções é dado pela abordagem a fatores específicos. Esta ao utilizar modelos em que o fator preço é rígido associado às leis de salário mínimo, salários eficientes, poder de negociação ou distorções similares no mercado de trabalho, prevê que a liberalização comercial possa ter um impacto no nível de emprego. Contudo, representam situações específicas ou de curto prazo (Moreira e Najberg, 2000).

Exemplo disso é o estudo de Larochelle-Côté (2007) que, através de um modelo de efeito fixo, procurou estudar para as várias empresas no Canadá o efeito das mudanças das tarifas no emprego, após a implementação do acordo de comércio livre entre o Canadá e os EUA. Os resultados obtidos mostram que o efeito da redução das tarifas não é sentido de igual

modo pelas diferentes categorias de empresas, sendo que empresas produtivas e financeiramente equilibradas estão melhor posicionadas para enfrentar os desafios da liberalização comercial.

Os efeitos de curto prazo da liberalização comercial entre Canadá e EUA, para o Canadá, como refere Larochelle-Côté (2007), já tinham sido estudados através da fórmula de equilíbrio geral do mercado por Gaston e Trefler (1997), e Beaulieu (2000), e através da metodologia das diferenças por Trefler (2004).

Os estudos de Gaston e Trefler (1997) e Trefler (2004) encontram, para o período entre 1988-1993, uma associação entre mudanças no emprego e mudanças nas tarifas, entre indústrias, no Canadá. Gaston e Trefler (1997) encontram que o Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e os EUA é responsável por uma perda no emprego entre 9% a 14%. Trefler (2004) concluiu que o mesmo acordo é responsável por 5% das perdas de emprego na indústria como um todo, e por 12% das perdas nas indústrias que competem em importações. Por sua vez, em termos gerais, a produtividade da indústria registou um aumento em cerca de 6%.

Beaulieu (2000) examinou a forma como mudanças nas tarifas afetam o rendimento e o emprego, para diferentes categorias de trabalhadores nas indústrias transformadoras (trabalhadores na produção, e trabalhadores fora da produção). Utilizando dados do emprego que abarcam um período de catorze anos (1983-1996), para dezanove indústrias transformadoras, o autor encontra que a diminuição de tarifas canadianas diminuiu o emprego entre trabalhadores da produção, mas tem um efeito pequeno ou nulo nos trabalhadores fora da produção.

2.2.3 - Estudos sobre padrões e impactos no comércio entre Norte e Sul

O terceiro grupo de exceções que também explica a relação entre emprego e comércio, é constituído pelos estudos sobre padrões e impactos no comércio entre Norte (PVD) e Sul (países desenvolvidos) que se baseiam, essencialmente, no fator tradição (*FCT- factor-content tradition*), e que foram desenvolvidos primeiramente por Leontief (1953).

A maioria destes estudos foi revista, exaustivamente, por Wood (1994) que procurou analisar as teorias existentes sobre o comércio entre Norte – Sul, e apresentar os seus resultados. Inicialmente foram colocadas duas hipóteses. A primeira refere que o principal efeito

no mercado de trabalho, do comércio Norte-Sul, é a mudança na procura de trabalhadores qualificados e não qualificados (ou seja, o comércio consiste, fundamentalmente, na troca de produtos/bens de competências específicas para produtos/bens de competências menos específicas). A segunda refere que o impacto na procura relativa por trabalhadores qualificados e não qualificados é substancial. A evidência empírica encontrada por Wood (1994), suporta maioritariamente a primeira hipótese, mas algumas falhas metodológicas foram encontradas nos estudos. Estas tendem a ser atenuadas através do uso do *Factor Content of Noncompeting Trade*.

De acordo com Wood (1994), dos estudos *Factor Content of Noncompeting Trade*, podem ser retiradas algumas conclusões sobre o impacto no emprego do comércio Norte-Sul, até ao ano de 1990. Assim, o efeito cumulativo das mudanças nos padrões de comércio do Sul com o Norte, aumentou a procura total por trabalho na indústria transformadora do Sul, em cerca de 11% do emprego. O que estava associado a um aumento em cerca de 1,5% na procura por trabalhadores não qualificados mas com educação, em relação aos trabalhadores mais qualificados, na economia do Sul como um todo. O contrário verificou-se no comércio entre Norte e Sul, onde a procura por trabalhadores da indústria transformadora do Norte diminuiu em cerca de 12% do seu emprego. Esta diminuição estava associada a um aumento de cerca de 5,5% na procura por trabalhadores qualificados, em relação aos trabalhadores não qualificados, na economia como um todo.

As descobertas dos estudos *Factor Content of Noncompeting Trade* estavam sujeitas a duas fontes de atenuação. Primeiro porque ignoravam os efeitos do progresso tecnológico nos países; e em segundo porque se restringiam à indústria transformadora.

O estudo de Wood (1994) refere, ainda, que a principal causa das variações nos padrões de comércio Norte-Sul se deveu à diminuição das barreiras comerciais naturais e artificiais, à liberalização das políticas comerciais no Norte, e à adoção de políticas orientadas para a exportação nos PVD. Estas levaram a mudanças estruturais.

Em termos de emprego foram criados, até 1990, mais de cerca de vinte milhões de postos de trabalho na indústria transformadora. No Sul, os efeitos na estrutura do mesmo foram modestos (aumento de 1% a 2% na quota de mercado em 1990), uma vez que a sua força de trabalho total é vasta. Os empregos adicionais estavam concentrados num pequeno número de

países, onde a variação na estrutura sectorial do emprego era muito maior (a Coreia e a Tailândia registaram, entre 1960-1980, um aumento de cerca de 17% da quota da indústria transformadora no emprego). Enquanto no Norte, entre 1969-1989, a quota da indústria transformadora no total de emprego diminuiu cerca de 7%. Esta diminuição estava associada com o aumento da concorrência do Sul, e com o resultado natural da “maturidade económica”. A quota de emprego na indústria transformadora do Norte diminuiu em quantidades largamente variáveis em diferentes países, sendo que as diminuições eram maiores em países cujas penetrações das importações do Sul eram grandes.

Conclusões semelhantes são retiradas dos estudos empíricos de Moreira e Najberg (2000) e Ghose (2000). O primeiro utiliza dados das contas nacionais brasileiras e estuda o efeito da liberalização comercial no Brasil, entre 1990-1997, através do método *FCT*, e do método de contabilização do crescimento; enquanto Ghose (2000) procurou perceber os efeitos da liberalização comercial no emprego entre Norte (países da Ásia e da América Latina) e Sul (países da América do Norte e Europa Ocidental) baseando-se no modelo H-O-S.

Moreira e Najberg (2000) encontraram evidência de que a liberalização comercial tem um impacto negativo sobre o emprego no curto-prazo, mas que este é ultrapassado, no longo-prazo, pelos efeitos positivos sobre o emprego, induzidos pelo aumento da produção trabalho – intensiva. No entanto, estes impactos não são apenas responsabilidade da liberalização comercial, e para eles também contribuiu o ambiente macroeconómico recessivo e as elevadas taxas de inflação registadas. Para além disso, o aumento da produtividade das indústrias capital intensivo, e o baixo desempenho das indústrias trabalho – intensivo são também apontados como responsáveis pelos efeitos observados.

Enquanto Ghose (2000) parte do pressuposto de que a liberalização comercial leva ao aumento do emprego da indústria transformadora, nos PVD, e que os trabalhadores menos qualificados são os que mais beneficiam. Conclui que os efeitos do comércio sobre o mercado de trabalho e o emprego são significativamente positivos (as perdas de trabalhadores nos países desenvolvidos são pequenas, e os ganhos no emprego nos PVD são substanciais), e que são os trabalhadores não qualificados dos países desenvolvidos os mais afetados com o desemprego na indústria transformadora. No entanto, a evidência para países como o Japão e os EUA é

pequena não podendo, o autor, concluir que o desemprego nos países desenvolvidos se deva ao comércio com os PVD.

2.2.4 - Outros estudos relevantes

Para além destas exceções, e na medida em que os estudos existentes sobre o impacto da liberalização comercial são diversos, fatores como a taxa de sobrevivência, a produtividade e a situação financeira, também, podem afetar o emprego nos países.

Larochelle-Côté (2007), em relação à sobrevivência das empresas, refere os estudos de Beaulieu (2001), Gu, Sawchuk, e Whewell (2003) e Baggs (2005). Estes mostram, segundo o autor, que as vulnerabilidades decorrentes da liberalização comercial podem ser mitigadas pelas características das empresas. Se a liberalização comercial afeta a sobrevivência das empresas, é razoável assumir que também afeta o emprego das empresas que sobrevivem.

A produtividade é outra característica que pode afetar o emprego dada a liberalização comercial. Um exemplo é o estudo de Melitz (2003) que será referido com maior destaque na secção seguinte. No entanto, importa aqui referir que ao considerar heterogeneidade de empresas, este autor, conclui que as empresas com níveis de produtividade elevadas são as mais capazes de resistir a choques negativos, tais como a redução das tarifas domésticas; e são as que estão melhor posicionadas para tomar vantagem nas oportunidades de emprego, criado pela queda das tarifas estrangeiras.

Outra situação que pode afetar a forma como as empresas devem tipicamente responder a mudanças nas tarifas, é a sua situação financeira. A ideia básica é a de que as empresas financeiramente melhores posicionadas devem ser mais capazes de resistir a períodos de recessão económica (ex. redução das tarifas domésticas), e maximizar o retorno em épocas de expansão (ex. a redução nas tarifas estrangeiras). De acordo com esta teoria, as empresas com balanças negativas sofrerão o maior impacto da deterioração das condições de crédito no mercado através de um inexplicado choque na procura, uma vez que os credores fogem das empresas que enfrentam custos significativos de financiamento, referidos como "*flight to quality*" por Bernanke, Gertler, e Gilchrist (1996). A redução na disponibilidade de crédito, para essas empresas, irá exacerbar os problemas relacionados com a redução do património líquido, levando-as a reduzir o emprego e a produção mais do que outros, para um choque similar na procura do produto.

Esta teoria está suportada por alguns estudos empíricos. Por exemplo, Heisz e Larochelle-Côte (2004) demonstram que empresas financeiramente vulneráveis, na indústria transformadora no Canadá, tendem a abdicar de mais trabalhadores, do que empresas melhor posicionadas financeiramente, para uma queda igual na procura do produto. Assim, no início do acordo de livre comércio, empresas com balanças mais fracas podem ser mais afetadas por mudanças nas tarifas domésticas, e empresas que estavam financeiramente menos contraídas podem beneficiar mais com as mudanças nas tarifas.

De modo geral, através da literatura revista pode-se concluir que a liberalização comercial pode ter efeitos sobre o emprego, e estes são diferentes no curto e no longo prazo. A maioria dos estudos indicam que, no curto prazo, existe uma tendência para a diminuição do emprego nos países, enquanto os efeitos de longo prazo da liberalização comercial sobre a indústria tendem a ser positivos. A literatura indica, ainda, que empresas mais produtivas, eficientes, e financeiramente mais bem posicionadas estão melhor preparadas para enfrentar o desafio da liberalização comercial; e que são os trabalhadores menos qualificados dos países desenvolvidos os que mais sofrem as consequências da liberalização.

2.3 - Efeitos da Liberalização comercial sobre a produtividade das empresas

A liberalização comercial tem também efeitos sobre a produtividade das empresas. A maioria dos estudos aponta para que a liberalização comercial seja responsável por um aumento da produtividade. Nesta secção é feita, a análise da produtividade, aquando dos processos de liberalização comercial, apresentando as teorias do comércio, e os resultados para os países de estudos realizados, seguindo o exposto em Peluffo (2011).

Segundo Peluffo (2011), inicialmente, as teorias do comércio tradicionais, ao assumir mercados de concorrência perfeita, previam a alocação de recursos dos sectores que não detinham vantagem comparativa, para os sectores com vantagem comparativa. Mais tarde surgem as Novas Teorias do Comércio (NTC) que, assumindo mercados de concorrência imperfeita, para além dos ganhos das empresas dos sectores com vantagem comparativa, preveem que a liberalização comercial, também, origine ganhos decorrentes da diminuição do poder de mercado das empresas domésticas. Ou seja, o aumento da concorrência internacional, faz com que as empresas sejam forçadas a diminuir a sua margem de lucro, movendo a sua

curva dos custos médios para baixo. Isto faz aumentar o tamanho das empresas e a sua eficiência produtiva. Assumindo concorrência monopolística, as NTC com tecnologia idêntica, preveem que a liberalização comercial aumente as exportações (e por conseguinte a produtividade) das empresas, em todos os países.

Mais recentemente, surgem os modelos que consideram a heterogeneidade nas empresas. Estes modelos surgem impulsionados por um conjunto de artigos que mostram que as empresas orientadas para a exportação, maioritariamente, são mais produtivas, remuneram melhor o fator produtivo trabalho, e são mais capital intensivo.

O primeiro estudo destes modelos foi o de Melitz (2003), este considera que a existência de custos de entrada no mercado exportador afeta, drasticamente, a forma como o impacto do comércio é distribuída, entre os diferentes tipos de empresas. O autor argumenta que apenas as empresas mais eficientes (com custos de produção mais baixos) devem colher benefícios do comércio, na forma de ganhos nas quotas de mercado e nos lucros; e que por outro lado as empresas menos eficientes não só vêm diminuir a sua quota de mercado e os seus lucros, como se tornam mais propensas a saírem do mercado. Isto faz com que a produtividade média das empresas aumente (uma vez que empresas menos produtivas são forçadas a saírem do mercado). Considerando empresas heterogêneas, e seguindo a mesma linha de pensamento, autores como Melitz e Ottaviano (2008), Bernard, Redding e Schot (2007), e Bernard et al (2003), segundo Peluffo (2011), chegam às mesmas conclusões: a liberalização comercial, leva ao aumento da produtividade média das empresas. Estes resultados não se alteram se, incluirmos diferentes tecnologias, aos modelos de empresas heterogêneas. Exemplos são os estudos de Melitz (2003) que considera tecnologia, aleatoriamente, distribuída por cada empresa, e o de Yeaple (2005) que considera que as empresas podem escolher entre tecnologia de baixo ou de elevado custo.

As principais conclusões a que as teorias e os modelos do comércio chegam, são suportadas pelos estudos empíricos sobre os efeitos da liberalização comercial na produtividade. Na Tabela 1, são apresentados estudos empíricos e as respetivas conclusões sobre esses efeitos.

Tabela 1- Efeitos da liberalização comercial na produtividade dos países

Autores	País/Região analisada	Metodologia	Impacto da liberalização comercial, sobre a produtividade
Tybout, Melo, e Corbo (1991)	Chile	Produtividade medida através da função Cobb-Douglas Metodologia das diferenças	(+) Os níveis de produção tornam-se maiores e mais uniformes, entre as empresas das indústrias, que experimentaram redução das tarifas.
Pacvnik (2002)	Chile	Produtividade medida através da função Cobb-Douglas Modelo dinâmico (permite variação na produtividade ao longo do tempo, e entre sectores comerciais e não comerciais)	(+) Melhoramento da produtividade entre empresas, sobretudo, em sectores concorrentes nas importações.
Muendler (2002)	Brasil	Produtividade medida de três formas diferentes ³ . Simulações, através das estimativas das diferentes funções produtividade estudadas, na variação da produtividade, na ausência dos três vetores em estudo (pressão competitiva; pressão na entrada de matérias primas-estrangeiras; eliminação da concorrência)	(+) O encerramento de empresas ineficientes, com o aumento da concorrência exterior, leva ao melhoramento da produtividade das empresas que se mantêm no mercado.
Lopez-Cordova e Mesquita (2002)	Brasil e México	Produtividade medida, segundo a abordagem de Olley e Pakes (1996) ⁴ ; e de Griliches e Reveg (1995) ⁵ Efeitos do IDE obtidos através modelo de efeitos fixos em painel; e efeitos sobre o comércio obtidos através da abordagem à equação gravitacional.	(+) O aumento da produtividade está fortemente relacionado com a diminuição das barreiras comerciais

³ As formas de medir a produtividade são (1) a aproximação ao logaritmo *TFP* de Griliches e Mairesse (1990); (2) a estimativa da função de produção através do modelo OLS, para dados em painel desequilibrados (*unbalanced panel*); (3) e o processo de estimação de Olley e Pakes.

⁴ Olley, G., e Pakes, A. (1996) "The Dynamics of Productivity in the Telecommunications Equipment Industry", *Econometrica*, No. 64, pp.1263-1297

⁵ Griliches, Z., e Reveg, H. (1996) "Firms Productivity in Israeli Industry, 1979-1988", *Journal of Econometrics*, Vol.65, pp. 175-203

Tabela 1: Efeitos da liberalização comercial na produtividade dos países.

Autores	País/Região analisada	Metodologia	Impacto da liberalização comercial, sobre a produtividade
Ferreira e Rossi (2003)	Brasil	Produtividade medida através da função Cobb-Douglas Modelo de efeitos fixos	(+) <p>A diminuição das tarifas comerciais, entre 1988 e 1990 no Brasil, levou ao aumento do crescimento da produtividade em 6%, e a um aumento similar na produtividade do trabalho.</p>
Fernandes (2007)	Colômbia	Produtividade medida segundo a abordagem de Olley e Pakes (1996) ⁶ Modelos paramétricos, e não paramétricos.	(+) <p>A produtividade das empresas aumenta, com a liberalização comercial, mesmo após controlar os resultados para os efeitos cíclicos, a taxa de câmbio, e a heterogeneidade de empresas e indústrias.</p>
Krishna e Mitra (1998)	Índia	Produtividade medida segundo a abordagem de Solow (1957) ⁷ Modelo de equilíbrio parcial	(+) <p>Os resultados apontam para que o processo de liberalização na Índia, tenha levado à diminuição das margens de lucro das empresas, em termos de aumento na produtividade a evidência é fraca.</p>

Fonte: Elaboração própria

A revisão de literatura aos efeitos da liberalização comercial na produtividade, apresentada nesta secção, é consensual e aponta para efeitos positivos na produtividade das empresas aquando dos processos de liberalização comercial.

⁶ Olley, G., e Pakes, A. (1996) "The Dynamics of Productivity in the Telecommunications Equipment Industry", *Econometrica*, No. 64, pp.1263-1297

⁷ Solow, R., (1957) "Technical change and the aggregate production function", *Review of Economics and Statistics*, pp. 312-320

2.4 - A liberalização comercial na Indústria Têxtil e de Vestuário

A existência de acordos protecionistas sobre o comércio de produtos têxteis e de vestuário entre países, tem sido desde cedo um imperativo nas trocas comerciais destes produtos, principalmente, com vista à proteção das economias domésticas. A crescente liberalização comercial imposta, sobretudo pelo Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), tem resultado num ambiente competitivo mais intenso, em que as empresas, de modo a reduzirem os custos e os ciclos de tempo na produção, precisam de ser mais inovadoras (Choi, Powell e Cassill, 2005).

Os efeitos da liberalização comercial sobre a ITV, têm suscitado o interesse dos investigadores e inúmeros artigos têm sido desenvolvidos. De seguida, serão apresentados os principais estudos sobre a temática, e apontados os seus resultados. Para uma melhor compreensão dos efeitos, esta secção, encontra-se subdividida em termos de efeitos sobre o bem-estar, e efeitos sobre as variáveis alvo de estudo (emprego e produtividade).

2.4.1 - Efeitos sobre o bem-estar

Da análise aos estudos sobre o impacto da liberalização comercial na indústria têxtil e de vestuário, em termos de bem-estar, retira-se que este implica ganhos. No entanto, a dimensão dos mesmos não é consensual entre os autores, o que se deve ao facto de utilizarem anos base, hipóteses e cenários diferentes nas suas análises. A revisão de literatura apresentada parte da teoria exposta em Kirmani (1994) e concluiu com estudos empíricos sobre o tema.

Kirmani (1994), procurou encontrar as implicações económicas do *Uruguay Round*⁸, fazendo a distinção entre países industrializados (em que Portugal se insere) e PVD. O autor refere que a liberalização prevista para o sector têxtil e de vestuário levará a um aumento substancial do bem-estar nos países industrializados, apesar do provável aumento da penetração das importações e das perdas de empregos (em relação a Portugal, e dado o grande impacto sobre a sua indústria doméstica, a Comissão Europeia, estabeleceu um fundo com vista à modernização da ITV portuguesa). Nos PVD espera-se um aumento das exportações para os países desenvolvidos. No entanto, os efeitos da liberalização comercial nos PVD podem ser sentidos de forma diferente por grupos específicos de países. Segundo Kirmani (1994), isto

⁸ O *Uruguay Round* foi a oitava ronda das Negociações de comércio multilaterais, conduzida pelo GATT entre 1986-1994, envolvendo os cerca de 123 países membros (na altura) culminou com a criação da OMC.

ocorre porque i) a existência de restrição de quotas em alguns países faz com que haja uma realocação da produção para países menos restritos, beneficiando os países de produção mais eficiente, tal como a China e o Vietname; ii) as exportações de alguns países beneficiam de acesso preferencial para mercados específicos (ex. Marrocos, Tunísia e México), o que deixa de acontecer com o Acordo Multi-fibras (AMF), enfraquecendo a posição desses países nesses mercados, mas permitindo-lhes expandir as suas oportunidades comerciais noutros mercados, anteriormente restritos; iii) apesar de alguns países de economias exportadoras conseguirem manter as suas quotas de mercado com o AMF, devido à rigidez do sistema de quotas (ex. Hong Kong e Coreia), e dado o aumento da concorrência de produtores mais eficientes, a sua posição de mercado pode sofrer uma queda.

O estudo de Nguyen, Perroni, e Wigle (1993), baseado num modelo de equilíbrio geral estático, examina os efeitos da eliminação das tarifas do AMF, para nove sectores de atividade agrupados em dez grupos de países⁹, e suporta as principais conclusões de Kirmani (1994). Para o sector têxtil e de vestuário, Nguyen, Perroni, e Wigle (1993), concluem que o comércio de produtos têxteis irá aumentar em cerca de 6%, e que o acesso aos mercados para os fornecedores sob o AMF irá melhorar. Para além disso, fornecedores que suportam grandes custos (ex. Japão) irão perder quota de mercado para fornecedores mais eficientes, enquanto mercados muito protegidos pelo AMF irão beneficiar com exportações mais baratas. No entanto, os seus resultados diferem da análise de Kirmani (1994), em termos de efeitos positivos sobre o bem-estar nos países desenvolvidos e PVD, na medida em que Nguyen, Perroni, e Wigle (1993), defendem que o bem-estar global será sentido, de igual modo, pelos PVD e pelos países desenvolvidos.

O estudo de Appelbaum (2004) através de simulações de Equilíbrio Geral Computável (*EGC*), contraria as conclusões de Nguyen, Perroni, e Wigle (1993) e vai ao encontro do defendido por Kirmani (1994), ao concluir que o fim das quotas à exportação prevista pelo ATV levará a ganhos de bem-estar positivos, mas que são sentidos de forma diferente pelos PVD e

⁹ Os setores de atividade são: AGR (agricultura e comida); BSI (intermediários Básicos); MIN (Mineração e recursos extrativos); LIN (Indústrias leves); FRF (Produtos florestais e pesca); HTC (Indústrias de alta tecnologia); INM (Indústrias intermédias); SVC (Serviços). Os grupos de países são: AGX (exportadores agrícolas de médio rendimento – Brasil, Argentina, Indonésia, Tailândia, Malásia, Filipinas); AGM (importadores agrícolas de médio rendimento – Coreia do Sul, Tailândia, Hong Kong e Singapura); CNP (economias de planeamento central – Bulgária, Hungria, Alemanha de leste, Cuba, Mongólia, Polónia, Roménia, União Soviética, Checoslováquia, Jugoslávia, republica Popular da China); OWE (outras economias europeias do ocidente – Suécia, Noruega, Finlândia, Suíça, Áustria); USA (Estados Unidos da América); CAN (Canadá); EEG (Comunidade Económica Europeia – Reino Unido, França, Alemanha de Oeste, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Portugal, Irlanda, Dinamarca e Grécia); JPN (Japão); ANZ (Austrália e Nova Zelândia); ROW (Resto do mundo - todos os países, nomeadamente, todos da África, América Latina (exceto Brasil, Argentina e Cuba), e da Ásia (exceto República Popular da China, Mongólia, Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Malásia, Singapura, Hong Kong, Tailândia e Filipinas).

pelos países desenvolvidos. Appelbaum (2004), defende que enquanto nos países desenvolvidos os ganhos estão centrados nos consumidores que vêem os preços dos produtos diminuírem, ao invés dos produtores que vêem a sua produção diminuir; nos PVD os efeitos são maiores como resultado do aumento da produção dos produtos têxteis e de vestuário e esta, inevitavelmente, contribui para o aumento do emprego e do rendimento. O autor nota ainda que os principais países beneficiários são a China, a Índia e países do sudeste asiático que vêem a sua participação, no comércio internacional destes produtos aumentar, apresentando as maiores taxas de crescimento da produção e exportações desses produtos.

O impacto da liberalização comercial na ITV, em termos de bem-estar, foi também alvo de estudo por parte de autores, tais como: Yang (1994), Francois, McDonald, e Nordstrom (1994), Trela e Whalley (1988), Hammouda, Oulmane e Sadni-Jallab (2006), Dadakas e Katranidis (2010) e Rivera, Agama e Dean (2003), tendo todos eles encontrado um impacto positivo no bem-estar.

Yang (1994), ao estudar a ITV através de um modelo de equilíbrio parcial para oito grupos de países, refere que a eliminação das quotas do AMF beneficiará a maioria dos países e irá resultar numa melhoria do bem-estar global. Estes resultados foram também encontrados por Francois, McDonald, e Nordstrom (1994) ao estudarem, através de um modelo de equilíbrio geral para nove países, o sector têxtil e de vestuário. Estes concluíram que os benefícios decorrentes da melhoria do acesso ao mercado dos PVD para os países desenvolvidos, compensam em larga medida as perdas de quota de mercado. Resultado também encontrado por Trela e Whalley (1988).

No seu estudo e através de um modelo de equilíbrio geral, Trela e Whalley (1988) concluem que a eliminação ineficiente das quotas reverte, em grande parte, para o desenvolvimento dos países exportadores; e que melhorias de eficiência resultariam num ganho para os países importadores desenvolvidos na forma de preços mais baixos. Para além disso, todos os PVD beneficiam da eliminação das quotas, apesar do ganho não ser proporcional entre eles, como defendido por Kirmani (1994). Efeitos entre os países refletem a variação de preços em cada país, bem como os efeitos da transferência de quotas bilateralmente. Trela e Whalley (1988), contrapõem o seu estudo com o de Cline (1987) na medida em que os resultados em termos de bem-estar encontrados, por este autor, apesar de positivos são menores que os seus.

Uma razão explicativa para isto é o facto de Cline (1987), ao contrário de Trela e Whalley (1988), utilizar um modelo de equilíbrio parcial no seu estudo.

Dadakas e Katranidis (2010) analisaram, também através de um modelo de equilíbrio parcial, os efeitos da liberalização comercial do AMF e do ATV no bem-estar dos produtores de fio de algodão na Grécia. Encontraram que as regulações impostas primeiro pelo AMF e depois pelo ATV, levaram à diminuição dos lucros dos produtores e à perda de competitividade na produção de algodão, o que resultou na perda de bem-estar dos produtores. No entanto, esta foi compensada pelo ganho de bem-estar dos consumidores, através da diminuição dos preços.

O estudo de Adrianamanjara, Balistreri e Ross (2004) e de Rivera, Agama e Dean (2003), obtiveram resultados idênticos aos de Dadakas e Katranidis (2010). Adrianamanjara, Balistreri e Ross (2004) procuraram estudar para os países da América do Norte os efeitos do fim do ATV. Através de um modelo *IMPLAN* observaram que os efeitos são distintos entre cada estado, sobretudo, devido às diferenças nas suas estruturas produtivas. Assim, estados com produção têxtil e de vestuário mais enraizada são os mais afetados em termos de bem-estar. No entanto, no geral os autores observam um aumento do bem-estar associado ao aumento do consumo e a ganhos de eficiência produtiva, nos EUA. Por sua vez, Rivera, Agama e Dean (2003) analisaram, através de um modelo *GTAP*, o fim do ATV em conjunto com o AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) para três regiões da África¹⁰. Como resultados encontraram que a diminuição de preços provocada pela liberalização do comércio levará ao aumento do bem-estar. No entanto, os países que beneficiaram do AGOA e que têm participação no comércio nos mercados importadores (como os países da África Meridional e os pertencentes ao SACU – *Southern Africa Customs Union*) ganham com a liberalização, enquanto os países situados na África Subsaariana, ao não terem participação nestes, vêm o seu bem-estar diminuir.

Hammouda, Oulmane e Sadni-Jallab (2006) apresentam uma revisão aos principais estudos que simulam, através do modelo *GTAP*, os impactos do fim do AMF em termos de bem-estar. O autor também conclui através dos estudos de Trela e Whalley (1990); Harisson, Rutherford e Tarr (1997); Hertel et al (1995); Yang (1997); Francois, Glissman e Spinanger (2000); Avisse e Fouquin (2001); Fouquin et al (2002) que existem ganhos de bem-estar com a

¹⁰ As regiões são: SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia); África Subsaariana (Malawi, Moçambique, Zimbábue); África Meridional (Angola, República Democrática do Congo, Ilhas Maurícias e Seicheles)

liberalização comercial prevista no AMF. No entanto a dimensão destes não é consensual entre eles, o que se deve ao facto de utilizarem anos base, hipóteses e cenários diferentes.

De modo geral, os estudos sobre o impacto da liberalização comercial na ITV, em termos de bem-estar, vai ao encontro do exposto em Kirmani (1994), e deles podem-se retirar as seguintes conclusões: (i) são os PVD os principais beneficiários com as trocas comerciais; (ii) os ganhos estão concentrados em dois países: China e Índia, e os PVD pequenos serão praticamente excluídos; (iii) os ganhos, nos países desenvolvidos, concentram-se no lado dos consumidores (através da diminuição dos preços) que não perdem em termos de produção; iv) a grande abertura dos mercados dos PVD no sector têxtil e de vestuário, que estava muito protegido, não oculta um potencial exportador para os países desenvolvidos comparado à progressão das suas importações.

2.4.2 - Efeitos sobre o crescimento económico, emprego e produtividade nos países

O impacto da liberalização comercial na ITV, em termos de crescimento económico, emprego, e produtividade também foi alvo de estudo. Dos estudos referidos abaixo pode-se concluir que a liberalização comercial pode ter efeitos diferentes em termos de crescimento económico sobre os países, enquanto as variáveis emprego e produção, no geral, registam uma tendência decrescente nos países analisados.

Em termos de crescimento económico, pode-se recorrer ao estudo de Appelbaum (2004), que baseando-se em dois estudos específicos, indica os potenciais de crescimento dos países dado a liberalização comercial prevista nos produtos têxteis e de vestuário. Assim, o autor, refere que países como a China, a América Central, o México, a Turquia e a Europa de Leste manteriam o seu crescimento depois da liberalização ocorrida em 2005 pelo ATV; enquanto países como o Bangladesh, o Sri Lanka, as Filipinas, a Grécia e Portugal provavelmente iriam experimentar um decréscimo no crescimento. Não existia consenso sobre se a Tailândia seria afetada, ou se seria protegida pelo seu mercado interno; e países como a Indonésia e Singapura também eram mencionados como possíveis perdedores.

Os estudos dos efeitos da liberalização comercial sobre a produção e o emprego na ITV são diversos, e exemplos disso são os estudos de Giermanski e Lodge (2002), Conway et al (2003), Yang e Mlachila (2004), Lips et al (2003), Martin, Malone e Mensbrugge (2004), Marouani (2005), Dadakas e Katranidis (2010), Hammouda, Oulmane e Sadni-Jallab (2006),

Adrianamanjara, Balistreri e Ross (2004) e Amaral (2008). Estes estudos utilizam metodologias diversas, incidem sobre países em particular, e as suas conclusões são referidas de seguida.

Estudos qualitativos como o de Giermanski e Lodge (2002) e Conway et al (2003) procuraram estudar os efeitos da liberalização comercial na Carolina do Norte. Os primeiros chegam à conclusão de que a *NAFTA* (Tratado Norte Americano no Comércio) não teve grande impacto no sector têxtil e de vestuário, no entanto as perdas de emprego substanciais registadas podem estar relacionadas com a liberalização comercial a que este país foi sujeito após décadas de protecionismo. Por sua vez Conway et al (2003) confirmam que a liberalização comercial, e consequente eliminação de barreiras em termos de preços e de não preços, foram responsáveis pelo efeito negativo sentido nos trabalhadores e comunidades norte americanas.

Através de um modelo *GTAP*, Yang e Mlachila (2004) e Lips et al (2003) estudaram os efeitos do fim das quotas à exportação de produtos têxteis e de vestuário no Bangladesh. Utilizando dados de 1997, e através de pressupostos diferentes na análise de cenários, ambos os estudos concluem que a economia do Bangladesh irá sofrer um impacto negativo com a liberalização no sector têxtil e de vestuário, devido à estrutura da economia do país.

Martin, Malone e Mensbrugghe (2004) estudam para o Paquistão o fim do ATV, e encontram que este será responsável por uma redução da produção, do emprego e das exportações, devido à maior concorrência de países como a China e Hong Kong que antes do acordo, enfrentavam maiores restrições. Contudo, os autores, referem que as exportações de produtos têxteis para a China irão aumentar - dado que são utilizados como intermediários por esta - o que poderá amenizar os efeitos negativos na diminuição das exportações deste país, dado o forte crescimento das exportações da China. Os autores referem, também, que o aumento da produtividade, deste sector, em cerca de 20% é suficiente para neutralizar o impacto negativo no país decorrente da implementação do ATV.

Marouani (2005) através da utilização de um modelo *ECG* dinâmico estuda para a Tunísia os efeitos do fim do ATV, no emprego e na produção dos sectores têxteis e de vestuário. Utilizando dois cenários distintos, conclui que esta economia sofrerá um efeito negativo sobre a produção, o investimento, e o emprego para qualquer nível de qualificação dos indivíduos. Para além disso, as desigualdades de rendimento também se mostram patentes, como resultado das disparidades salariais entre classes de salários e da diminuição das exportações.

Dadakas e Katranidis (2010) analisando para a Grécia os efeitos da liberalização comercial do AMF e do ATV no bem-estar dos produtores de fio de algodão. Encontraram que a adesão à U. E., em 1981, não alterou o padrão de produção, o que indicia que o padrão de proteção às importações não foi alterado com a entrada. Resultados diferentes para o Brasil foram encontrados por Amaral (2008) que estudou através de um modelo *GTAP*, os efeitos da eliminação das quotas; e concluiu que os efeitos sobre o emprego e a produção agregada, apesar de não serem muito significativos, são positivos.

Os impactos sobre os países de África foram estudados por Hammouda, Oulmane e Sadni-Jallab (2006). Estes propuseram-se estudar os efeitos do fim das quotas do AMF e simularam a existência de acordos de livre comércio com os EUA, a Europa e a Turquia. Concluíram que os efeitos da eliminação das quotas sobre as economias dos países africanos em termos de produção e emprego são adversos, mas podem ser atenuados com a implementação dos acordos de livre comércio, especialmente com a U. E., visto ser sua principal cliente.

O estudo de Adrianamanjara, Balistreri e Ross (2004) procurou estudar para os países da América do Norte os efeitos do fim do ATV. Encontraram que existem diferenças entre estados, sobretudo devido às diferenças nas suas estruturas produtivas; e que estados em que o sector têxtil e de vestuário estão mais enraizados registam uma queda no emprego e na produção. Seyom (2007) estuda as estratégias de ajustamento para os EUA decorrentes do aumento da concorrência de produtos têxteis e de vestuário através da liberalização comercial. Observa que apesar das perdas substanciais de emprego, sobretudo na indústria de vestuário que tem assistido à deslocação dos seus trabalhadores não qualificados para países de baixo rendimento, esta permanece tecnologicamente avançada.

Em suma, e apesar dos ganhos de bem-estar inerentes aos consumidores de produtos têxteis e de vestuário, o impacto da liberalização sobre os produtores parece ser menos otimista. Assim, as conclusões apontam para que o impacto sobre o emprego e a produção na ITV não seja positivo na maioria dos países. Desta forma, prevê-se que países desenvolvidos aumentem o valor das suas importações de têxteis e vestuário dos PVD e, por isso, os primeiros vejam a sua ITV sofrer uma deterioração em relação aos segundos. É de notar a importância de PVD, como a China e a Índia, que pelo crescimento que têm registado nas últimas décadas, e pela

importância que este sector adquire nas suas economias, se apresentam como principais beneficiárias da liberalização comercial nos têxteis e vestuário.

2.5 - Impactos da adesão da China à OMC na Indústria Têxtil e de Vestuário

A implementação das regras de liberalização comercial da OMC, implica uma redução substancial nas tarifas e nas barreiras não tarifárias, sobre todos os sectores da economia num dos maiores mercados e de maior crescimento. O que afeta não só a economia chinesa, mas também a dos seus parceiros comerciais. Os padrões comerciais e a produção noutros países terão de se ajustar para acomodar tais mudanças (Wang, 2002). Nesta secção, será feita uma revisão aos principais estudos que abordaram os impactos possíveis que a adesão da China à OMC provocaria, em termos de sector têxtil e de vestuário. Estes estudos embora não sejam abundantes focam-se, essencialmente, nos países da Ásia e da África. Desta feita, não foram encontrados estudos que abordem este impacto em países da U. E., como é o caso de Portugal.

Os estudos, abordados nesta secção, sobre o impacto da entrada da China na OMC, em termos de ITV, encontram-se sintetizados na Tabela 2.

Tabela 2 - Impactos da entrada da China na OMC nos países

Autor (es)	Metodologia	Impacto da entrada da China na OMC nos países																							
		Países																	Continentes						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	A	B	C	D	E		
Yeung e Mok (2004),	Estudo qualitativo	0																							
Ianchovichina e Walmsley (2003),	Análise de equilíbrio geral	✓	✓									✓	✓	✓											✓
Ianchovichina e Martin (2001),	Estudo qualitativo	✓													✓										
Macdonald et al (2010)	Modelo CGE dinâmico e análise de cenários																								
Tan (2005)	Modelo de Armington de elasticidades de substituição constante na procura							x																	
Appelbaum (2004)	Modelo EGC			x	x				x	x											x				
Wang (2000b)	Modelo de equilíbrio geral e análise de cenários		x									x	x												
Avisse e Fouquim (2001)	Modelo de equilíbrio estático					x																			✓
USITC (1999)	Modelo CGE		x		x		x	x					x												
Au e Wong (2007)	Modelo de regressão de séries temporais	✓	x		✓						✓					✓									
Mehar (2007)	Modelo econométrico		x		x												x	✓	✓	✓					
Wang (2000a)	Estudo qualitativo	✓													✓									✓	
Nordas (2004)	Modelo GTAP e Modelo Gravitacional	✓														✓									
Zhao e Wong (2003)	Entrevistas e questionários		✓																						
Naudé e Rossouw (2008)	Modelo CGE																								
Sandrey e Jensen (2007)	Modelo GTAP	✓																							
Edwards e Morris (2006)																							✓		

Legenda:				✓	Impacto positivo				X	Impacto negativo				0	Impacto nulo																												
1	China	2	Hong Kong	3	Bangladesh	4	México	5	EUA	6	Canadá	7	ASEAN	8	Indonésia	9	Turquia	10	Tailândia	11	Coreia do Sul	12	Japão	13	Índia	14	Taipei	15	Paquistão	16	Polónia	17	Austrália	A	América central	B	África do Sul	C	U.E./OCDE	D	Leste Asiático	E	Sul e sudeste da Ásia

Fonte: Elaboração própria

Yeung e Mok (2004), através de um estudo qualitativo, referem que os estudos sobre o impacto da China na OMC estão segmentados em três temas que são: o impacto da entrada da China na OMC para as empresas estatais chinesas; as implicações do acesso chinês à OMC no Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e no comércio internacional entre a China e os outros países desenvolvidos; e o impacto da adesão em sectores específicos. No que concerne à indústria têxtil e de vestuário, os autores referem que os estudos existentes não são completos e a maioria estão em chinês. Na sua análise concluem, ainda, que a adesão da China à OMC acarretará uma nova área competitiva para as empresas têxteis e de vestuário chinesas, dependendo da propriedade e tamanho das mesmas; e que a liberalização do comércio, através da redução das tarifas à importação, da eliminação das quotas à exportação, e da regulação das disputas comerciais não importa para a maioria das empresas chinesas. O que refuta Wang (2000a) que referia que os produtores chineses de certos bens industriais - como os têxteis e vestuário - poderiam beneficiar com a eliminação das barreiras ao comércio porque, desse modo, os sectores de trabalho intensivo poderiam tornar-se mais competitivos nos mercados internacionais.

Ianchovichina e Walmsley (2003), através de uma análise de equilíbrio geral, sustentam Wang (2000a) concluindo que a China será a grande beneficiária com a adesão à OMC muito por causa da liberalização comercial daí decorrente. Ianchovichina e Martin (2001), ao estudarem o impacto da entrada da China na OMC, quer para a China como para a OMC, chegam à mesma conclusão, acrescentando que a adesão assegurará à China oportunidades para aumentar o acesso ao mercado em áreas trabalho intensivo, como o sector têxtil e de vestuário, o que possibilita o aumento do bem-estar da população chinesa e o aumento da procura por trabalhadores não qualificados. Estes resultados também são defendidos por Wang (2000b) que, através de um modelo de equilíbrio geral e da análise de cenários, se propôs estudar o impacto da entrada da China na OMC no mercado de exportação trabalho intensivo.

Macdonald et al (2010), por sua vez, através de um modelo *CGE* dinâmico e da análise de cenários, assumindo níveis de equilíbrio e taxas de câmbio ao longo do período de transição, concluem que com a eliminação das tarifas e das barreiras comerciais através do ATV, a produção mundial desses produtos aumentará. No entanto, e uma vez que o aumento das exportações chinesas ocorre também em países fora do acesso preferencial (EUA e U. E.), os autores sugerem que o comércio destes produtos é conduzido, não só pelos impactos diretos e

indiretos da liberalização comercial como sugerido por Lanchovichina e Walmsley (2003) e Lanchovichina e Martin (2001), mas também por outros fatores como as taxas de câmbio. Tan (2005), através do modelo de *Armington* de elasticidade de substituição constante na procura de importações, refere que apenas uma desvalorização da moeda chinesa, no curto e médio prazo, pode fazer com que a China melhore a sua posição de forma a ameaçar os PVD do Sul da Ásia, da América Latina e da África seus concorrentes.

Um ponto de vista diferente de Macdonald et al (2010) é defendido por Appelbaum (2004) ao referir os estudos de Kearney (2003a) e Kearney (2003b), que apresentam resultados extremos da adesão da China na OMC. Assim, os estudos referem que esta adesão leva a uma diminuição dos preços significativa na ITV, e como consequência a quota de mercado da China na produção de têxteis e de vestuário sofrerá um grande aumento. Isto faz com que países muito pobres que dependem das exportações dos seus têxteis e vestuário se deparem com a destruição das suas economias. Os autores argumentam que países como o Bangladesh, o México, a Indonésia, a Turquia e a América Central têm vindo a assistir ao encerramento das suas fábricas, e à perda de centenas de postos de trabalho, e concluem que esta tendência será também sentida noutros países da Ásia e da África. Wang (2000b) conclui, também, que as empresas e os trabalhadores da indústria têxtil e de vestuário de países como a Tailândia, a Coreia do Sul e Hong Kong irão perder, dado a deslocação das suas empresas para a China.

Avisse e Fouquim (2001) analisam através de um modelo de equilíbrio estático, em treze países e para sete sectores de atividade (incluindo a ITV) a eliminação das quotas pelo ATV. Partindo do pressuposto de concorrência perfeita e considerando dois cenários distintos, em que i) não é incluída a entrada da China na OMC; ii) é incluída a entrada da China na OMC. Os autores concluem que a entrada leva ao aumento do comércio em cerca de 10%, caso contrário este seria de apenas 2%. Os principais beneficiários da liberalização são os países do Sul e Sudeste Asiático, no entanto os seus ganhos são menores no segundo cenário. Para além disso, a entrada da China na OMC leva a uma diminuição da produção na América e na Europa.

Os resultados obtidos por Wang (2000b) e por Avisse e Fouquim (2001) apontam para que o aumento da quota de mercado da China leve à diminuição da expansão da quota de mercado no sul asiático, e ao aumento drástico, ao ano, da posição chinesa nos Estados Unidos. O que também é confirmado no estudo de USITC (1999) que, através de um modelo *CGE*,

procurou estimar para os EUA o impacto da adesão da China na OMC. Este concluiu, ainda, que a quota de mercado diminuirá para países como a Coreia do Sul, Hong Kong, México, Canadá e alguns países pertencentes à ASEAN¹¹, nos EUA. Isto realça a grande substituíbilidade dos produtos de trabalho intensivo entre os países desenvolvidos, e a pressão competitiva nos mercados de exportação dos mesmos (Wang (2000b); Wang (2002)).

Posição diferente de Wang (2000b) têm lanchovichina e Walmsley (2003) uma vez que referem que, com a adesão da China à OMC, a procura aumenta de forma significativa nos sectores onde existe procura adicional para as exportações – como nos têxteis e vestuário – e assim, países como o Japão, a Tailândia, a Coreia e Hong Kong vêm a sua produção aumentar nos sectores em que as exportações chinesas também aumentaram (como é o caso do sector têxtil).

Au e Wong (2007) reforçam estes padrões comerciais, através de um modelo de regressão de séries temporais em que analisaram as exportações de têxteis e de vestuário de países desenvolvidos e PVD sob o AMF e o ATV, entre 1990 e 2004, referindo que a oferta de produtos têxteis continua forte nalguns países desenvolvidos, especialmente, na produção de alto valor acrescentado, enquanto a produção de vestuário é sobretudo trabalho intensivo, e o seu comércio está dominado pelos PVD. Para além disso, concluíram que existe uma substituição gradual de exportações dos países desenvolvidos para os PVD. Assim, países como a Índia, a Turquia, o México e a China tornar-se-ão os principais beneficiários com a implementação dos acordos, enquanto países deficitários em matérias-primas, como Hong Kong e outros PVD sairão perdedores.

Estes resultados foram confirmados em parte, pelo estudo de Mehar (2007) que tinha como objetivo prever os padrões de comércio futuros e identificar os determinantes das exportações dos produtos têxteis e de vestuário. Ao analisar, através de um modelo econométrico, os dezoito países líderes de exportações mundiais, concluiu que a liquidez financeira, a produção endógena de algodão, e a magnitude das matérias-primas importadas e dos bens intermédios são as causas da exportação de produtos têxteis e de vestuário; enquanto produtos domésticos brutos, e as exportações de produtos têxteis e de vestuário são identificados como boas previsões para as importações dos produtos têxteis e de vestuário.

¹¹ Os países pertencentes à ASEAN são: Singapura; Malásia; Tailândia; Indonésia; Filipinas; *Brunei Damssalam*, Cambója; *Laos*, *Myanmar* e *Vietname*

Assim, partindo do princípio de que as taxas de crescimento da poupança e do investimento em termos de PIB permanecem constantes, países como o México, Hong Kong e *Taipei* serão perdedores líquidos nas trocas comerciais; enquanto o Paquistão, a Indonésia, a Polónia, e a Austrália sairão ganhadores nas trocas comerciais. A principal descoberta neste estudo é a dependência da produção de têxteis e de vestuário entre países, sendo que o volume de importações é dependente do volume de exportações.

Como resposta ao grande aumento da produção de têxteis e vestuário chinesa, países como o Japão, os NPI asiáticos e alguns países da OCDE, diminuem a sua produção e exportação de vestuário, mas aumentam a produção e exportação de têxteis. Isto permitirá a integração vertical entre a China e os NPI asiáticos, e levará a que estes países beneficiem com a adesão da China à OMC (Wang (2000a) e Ianchovichina e Martin (2001)). Deste modo, seriam os países desenvolvidos e os NPI da Ásia aqueles que beneficiariam mais, relativamente a outros PVD, com a entrada da China na OMC (Ianchovichina e Walmsley (2003); Wang (2000b); Wang (2002)), uma vez que a sua dotação fatorial e a fase de desenvolvimento da sua tecnologia é diferente (Wang (2000b); Wang (2002)) e os faz beneficiar do efeito de complementaridade com a China (a produção chinesa é trabalho intensiva, enquanto que NPI da Ásia e países desenvolvidos têm vantagem na produção têxtil capital intensivo) (Shafaeddin (2002) e Shafaeddin (2004)).

Com vista a estudar o impacto na indústria têxtil e de vestuário após o ATV, Nordas (2004), desenvolveu um modelo em que considerou variáveis que têm sido excluídas da análise, como o tempo e a integração vertical. Com isso concluiu que países como a China e a Índia conseguirão obter quotas de mercado de países como os EUA, o Canadá e os países pertencentes à União Europeia. No entanto, esse efeito pode ser menor do que o esperado, uma vez que esses países continuam a ter importância no comércio de produtos têxteis e de vestuário, e os países que estão localizados perto desses mercados principais serão os menos afetados. Para além disso, o autor refere que a China não revelou, ainda, força competitiva nos segmentos de mercado do *design* e moda, e outros países desenvolvidos têm vindo a competir, com esta, em termos de custos unitários no sector.

O impacto na ITV da entrada da China na OMC foi estudado, isoladamente para alguns países. Zhao e Wong (2003) estudaram Hong Kong; Ianchovichina e Walmsley (2003)

estudaram os países do leste asiático; Tan (2005), estudou os países do ASEAN; e Naudé e Rossouw (2008), Edwards e Morris (2006), e Sandrey e Jensen (2007) estudaram os países do sul da África. Os seus principais resultados são expostos de seguida.

Zhao e Wong (2003) concluíram que as empresas têxteis e de vestuário em Hong Kong podem, ao contrário do previsto por Wang (2000b), Au e Wong (2007) e Mehar (2007), beneficiar com a adesão da China. Segundo os autores, Hong Kong tem um papel de intermediário entre as empresas exteriores e as empresas chinesas, e os países do sul asiático não são tão competitivos como a indústria chinesa. Desse modo, o desenvolvimento da indústria têxtil chinesa leva conseqüentemente ao desenvolvimento dessa indústria em Hong Kong, uma vez que a primeira continuará a precisar de importar produtos têxteis de Hong Kong, e estes possuem vantagens em relação aos produtos do sul asiático.

No sul da África, em 2006, foi anunciada a imposição de quotas sobre as importações chinesas, com vista a proteger as economias desses países (criando novos empregos e aumentando a produção) da concorrência nos produtos têxteis e de vestuário. Naudé e Rossouw (2008), através de um modelo *CGE* procuraram estudar o impacto desta política para os países sul-africanos. Os autores concluem que a imposição das tarifas não será benéfica a nível macroeconómico, sectorial e das famílias. Os empregos criados serão menores que os empregos destruídos; as quotas às importações aumentam o nível de preços domésticos, o que leva à diminuição da competitividade das exportações dos países do sul-africano; o aumento dos preços dos produtos têxteis e de vestuário, por sua vez levam à diminuição do rendimento e do consumo das famílias, aumentando as disparidades entre famílias pobres e famílias ricas, e entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Os autores reforçam as suas conclusões referindo o estudo de Edwards e Morris (2006), uma vez que este defende que o aumento das importações da China pode não ser a principal razão para as perdas de emprego registadas, no sector têxtil e de vestuário, nos últimos anos nos países da África do Sul, apontando outras razões possíveis.

Sandrey e Jensen (2007), como referido por Naudé e Rossouw (2008), também estudam o impacto da liberalização comercial entre a China e os países do sul da África que pertencem ao SACU. Na sua análise utilizam um modelo *GTAP*, e concluem que o acordo de comércio livre entre a China e os países pertencentes ao SACU, quando todas as tarifas e quotas

forem reduzidas a zero, resultará em ganhos de bem-estar geral para ambos os países. O modelo sugere também que as importações e exportações entre os países irá aumentar, e que é principalmente o comércio com os países da U. E. que será substituído. Por sua vez, a diminuição dos preços nas importações de vestuário levará à diminuição da taxa de inflação dos países do Sul-africano, contrariamente, ao aumento da inflação devido às quotas. Através dos estudos de Sandrey e Jensen (2007) e Naudé e Rossouw (2008), pode-se concluir que a liberalização comercial, nos produtos têxteis e de vestuário decorrente da entrada da China na OMC, para os países do sul-africano, é mais benéfica do que a inexistência de livre comércio, entre estes países.

O impacto da adesão da China à OMC nos países do leste Asiático foi estudado por Ianchovichina e Walmsley (2003) que concluíram, de modo geral, que os países do leste asiático beneficiarão. No entanto, o benefício será pequeno em relação ao tamanho das suas economias, e ao crescimento que se projetava ocorrer. Os autores referem, ainda, que as alterações na indústria serão sentidas de forma diferente entre os países desenvolvidos e os PVD no leste asiático, sendo que os últimos sofrerão quebras do seu PIB real, no bem – estar e no investimento externo decorrentes da competição das indústrias têxteis e de vestuário chinesas que têm vantagem competitiva nas mesmas áreas que estes.

Resultados diferentes foram encontrados por Tan (2005) ao estudar o impacto da adesão da China para os países da ASEAN. Este encontrou que a indústria têxtil e de vestuário dos ASEAN, ao competir diretamente com a ITV chinesa, sofrerá um impacto negativo sentido com maior intensidade nos países menos desenvolvidos (ex. Cambójjia). Em relação às exportações destes países para os EUA, o autor refere que, no geral, houve um aumento no seu valor, embora países como Singapura, Malásia, Filipinas e *Laos* tenham registado uma diminuição nas exportações. O efeito positivo deve-se ao aumento do tamanho global das importações (incentivado pelo aumento da procura global e pela diminuição da procura doméstica), e à complexidade dos determinantes de IDE e dos padrões de comércio na ITV. O autor, conclui referindo que uma forma dos ASEAN amenizarem o impacto da concorrência chinesa seria a promoção da cooperação económica entre as suas economias; e uma integração económica mais estreita com a China. Por sua vez Seyom (2007) refere que países exportadores da América Latina, África e Caraíbas que se prevê também percam quota de mercado para a China, nos produtos têxteis e de vestuário, devem procurar: rentabilizar a sua proximidade aos

mercados principais (ex. EUA); desenvolver vantagem em áreas em que a China não tem; e diversificar o risco adotando diferentes estratégias, com vista a amenizar os efeitos adversos da adesão da China à OMC.

Através da literatura revista nesta secção, podem ser retiradas as seguintes conclusões: i) a China é uma grande potência mundial em termos de produtos têxteis e de vestuário, (o que se deve à sua dotação fatorial trabalho intensiva), e a sua entrada na OMC levará a um grande aumento do comércio destes produtos, sendo a China a principal beneficiária do mesmo; ii) a América e a Europa experimentarão uma diminuição da produção e, conseqüentemente, do emprego decorrentes da entrada na OMC da China; iii) a concorrência da China nos países pode ser amenizada através da proximidade a outros mercados principais, através da aposta em áreas em que a China ainda não detenha vantagem (ex. produção capital intensivo), e através da complementaridade entre mercados (fornecimento de bens intermédios para a China). Pelas conclusões retiradas da revisão de literatura exposta, espera-se que o efeito, em termos de emprego e produção, da entrada da China na OMC, para a ITV portuguesa não seja positivo.

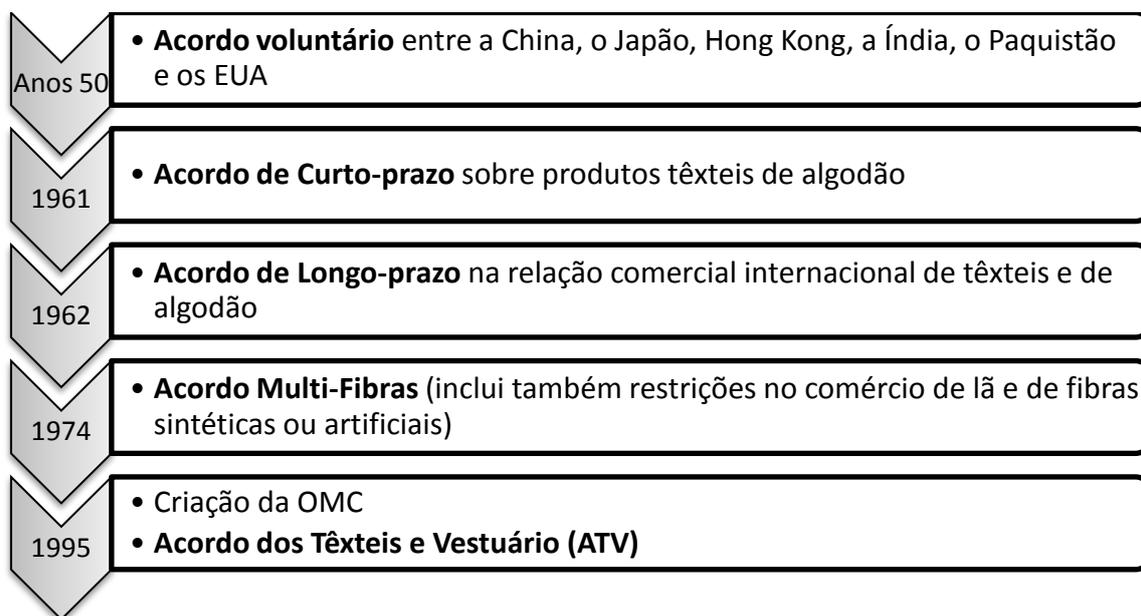
Capítulo III – A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE VESTUÁRIO E A ENTRADA DA CHINA NA OMC

A ITV tem sido alvo de regulamentação entre os países ao longo dos tempos. Perceber a sua importância a nível mundial, bem como o papel de destaque da China na comercialização dos produtos têxteis e de vestuário, torna-se por isso relevante. Este capítulo encontra-se organizado para que isso seja possível. Assim, inicialmente, apresenta os principais acordos na comercialização dos produtos têxteis e de vestuário, entre os países ao longo dos tempos. De seguida, apresenta a caracterização da OMC e da ITV chinesa, e faz o enquadramento da entrada da China na OMC, dando importância aos pontos principais do acordo em termos dos produtos têxteis e de vestuário. Por fim, em síntese, apresenta as datas mais relevantes para o estudo.

3.1 - Comércio internacional dos produtos têxteis e de vestuário - Historial

Os produtos têxteis e de vestuário têm um longo historial em termos de acordos, entre os países, com vista à regulação do comércio destes produtos entre os mesmos. Perceber esse historial torna-se importante, na medida em que ajuda a clarificar o porquê da entrada da China na OMC poder ser importante na variação da estrutura mundial e, por conseguinte, na estrutura portuguesa do sector têxtil e de vestuário. Os principais acordos estão ilustrados na Figura 1 e serão explicados de seguida

Figura 1 - Cronograma dos principais Acordos Internacionais de Regulação do Comércio Têxtil e de Vestuário



Fonte: Elaboração própria

Nos anos 50 países como a China, o Japão, Hong Kong, a Índia e o Paquistão acordaram, voluntariamente, restringir as exportações de produtos têxteis de algodão para os EUA. No seu seguimento foi assinado, em 1961, o Acordo de Curto-Prazo sobre os produtos têxteis de algodão com o objetivo de evitar “perturbações de mercado” (Tan, 2005). Segundo François e Spinanger (2004), a definição de perturbação de mercado era vaga o que permitia, aos países importadores, destacar países e produtos para restringir o mercado. Assim, em 1962 foi assinado, sobre a supervisão do GATT, um Acordo de Longo Prazo na Relação Comercial Internacional de Têxteis de Algodão. Este acordo foi revisto várias vezes e deu lugar, em 1974, ao AMF que, para além das restrições aos produtos têxteis de algodão, inclui também restrições no comércio de lã e de fibras sintéticas ou artificiais (Nordas, 2004).

O AMF tinha como objetivo ajudar a uma abertura ordenada das restrições comerciais, a fim de evitar perturbações de mercado. Este acordo foi revisto em 1981, em 1991, e expirou em 1994. O fim do AMF não significava, contudo, que as quotas às exportações das indústrias têxteis e de vestuário para os países subdesenvolvidos tivessem terminado.

Em 1995 a criação da OMC que luta por um comércio justo, nos países em desenvolvimento, ajudando a que o comércio flua livre e suavemente de forma previsível e justa (Zhao, 2003), fez com que o AMF tenha tido seguimento no ATV (Nordas, 2004).

O ATV não é uma extensão do AMF, mas sim um regime transitório entre o último e a integração total da ITV nos sistemas de comércio multilateral. Este regime transitório terá lugar num período de dez anos e será feito em quatro etapas (Nordas, 2004).

Tabela 3 - Etapas de integração das quotas dos produtos têxteis e de vestuário

Data	Volume mínimo de integração (%)	Volume integrado acumulado (%)	Taxa de crescimento da quota remanescente (%)
01.01.1995	16	16	16
01.01.1998	17	33	25
01.01.2002	18	51	27
01.01.2005	49	100	Integração total

Fonte: Adaptado de Nordas (2004)

A integração das quotas dos produtos têxteis e de vestuário autoriza a que os países importadores apliquem salvaguardas especiais, e imponham restrições comerciais na transação dos produtos têxteis e de vestuário sempre que as importações causarem sérios danos na indústria doméstica. Estas salvaguardas têm uma duração prevista de três anos, prorrogáveis por mais três anos quando o crescimento da quota anual esperada dos países for superior a 6%. O objetivo das salvaguardas não é reduzir o comércio abaixo do volume de importação nos últimos doze meses (Tan, 2005).

O progresso do processo de integração previsto na Tabela 3 foi limitado. Segundo Nordas (2004) a utilização das medidas de salvaguarda pelos países, e o facto de estes integrarem, primeiramente, os produtos que não estavam cobertos pelo AMF são os motivos pelos quais o processo de integração tem sido limitado. A acrescentar a estes, o “*Textiles Monitoring Body*” (TMB)¹² descobriu que os países depois de integrarem os produtos que não estavam integrados no âmbito do AMF, integram os produtos que têm menor taxa de utilização. Este adiamento no processo de integração constituiu uma preocupação real para os políticos que analisaram o ATV (François e Spinanger, 2004), e continuou a sê-lo com a adesão da China à OMC, em 2001 (Tan, 2005).

¹² O TMB foi estabelecido para supervisionar a implementação do ATV e examinar todas as medidas tomadas ao abrigo do mesmo, de modo, a garantir que estas se encontrem de acordo com as regras estabelecidas. É um órgão quase judicial, e é constituído por um presidente e por dez membros que tomam decisões por consenso. Os dez membros são eleitos pelos governos membros da OMC.

3.2 - O comércio de têxteis e de vestuário e a entrada da China na OMC

Esta secção faz o enquadramento da entrada da China na OMC. Para tal, encontra-se subdividida em três partes. Na primeira parte, debruça-se sobre a OMC, o seu âmbito de atuação e importância no comércio mundial; na segunda parte faz a caracterização da ITV chinesa, apontando os seus pontos fortes; e na terceira, e última parte descreve o processo de adesão da China à OMC, apresentando as vantagens e os inconvenientes da mesma, e os pontos principais do acordo da adesão.

3.2.1- Organização Mundial do Comércio

A OMC é uma organização global cujo objetivo principal é promover o livre comércio e um mundo sem barreiras, como o são as tarifas e as quotas. Por isso funciona como um fórum para as negociações, e como árbitro nas disputas comerciais entre os países membros, monitorizando as políticas comerciais dos países desenvolvidos que, frequentemente, colocam os países em desenvolvimento numa posição indesejável.

A OMC surge da última negociação - *Uruguay Round* - no âmbito do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT)¹³ que decorreu entre 1986 e 1994, entrando em vigor a 1 de Janeiro de 1995¹⁴. A sua sede foi estabelecida em Genebra, e atualmente, é constituída por 153 países membros dos quais 117 são PVD, e é responsável por mais de 90% do comércio mundial.

¹³ O GATT foi estabelecido em 1948, e surge da necessidade de criar um ambiente de confiança internacional, favorável às trocas comerciais mundiais, após a 2ª Guerra Mundial. Tem como objetivo promover o comércio internacional através do desarmamento pautal. Para isso, baseia-se num conjunto de regras e concessões tarifárias que lhe permitiam combater práticas protecionistas e harmonizar as trocas comerciais. Funcionava com base em negociações ou rondas.

¹⁴ 1 de janeiro de 1995, data em que Portugal passa também a fazer parte da OMC. No seu âmbito e por questões legais, até 30 de Novembro de 2009, Portugal e os países pertencentes à U. E., incluíam-se no grupo da Comunidade Europeia.

conduta que regem o comércio internacional (ex. antidumping, subsídios, padrões de produtos entre outros); administrar e monitorizar a aplicação das regras acordadas pela OMC para o comércio de bens, serviços e direitos de propriedade intelectual; monitorizar e analisar as políticas comerciais regionais e bilaterais; resolver litígios entre os seus membros sobre a aplicação e interpretação dos acordos; reforçar a capacidade dos governos oficiais dos PVD em matéria de comércio internacional; participar no processo de adesão de cerca de trinta países que ainda não pertencem à organização; realizar pesquisas económicas, recolher e tratar dados comerciais de suporte a outras atividades principais da OMC; e explicar e educar a população sobre a OMC, sua missão e atividades.

A sua atuação assenta em princípios como:

- a liberdade comercial com vista a encorajar o comércio - é conseguida através da eliminação das barreiras comerciais através da sua proibição, ou pela imposição de quotas que restringem de modo seletivo as quantidades importadas;
- a não discriminação que consiste no facto de que um país não deve ser discriminado entre os seus parceiros comerciais, nem deve discriminar entre os seus próprios produtos e serviços e os produtos e serviços estrangeiros;
- a previsibilidade e transparência que requer que as empresas estrangeiras, os investidores e os governos devam estar confiantes que as barreiras comerciais não cresçam arbitrariamente - com previsibilidade e estabilidade, o investimento é encorajado, novos empregos são criados e os consumidores podem disfrutar dos benefícios da competição (mais escolha e menores preços);
- e a nação mais favorecida cujo objetivo é estimular o livre comércio numa lógica de não discriminação no comércio internacional. Assim, qualquer vantagem que um dos países pertencentes à OMC conseguir em relação a um produto tem, obrigatoriamente, que ser atribuída aos outros países contratantes.

Em suma, a OMC procura que a abertura dos mercados nacionais, ao comércio internacional, incentive e contribua para o desenvolvimento sustentável, para o aumento do bem-estar das pessoas, para a diminuição da pobreza, e para a promoção da paz e da estabilidade. Assim, pertencer à OMC significa para os países não só fazer parte da maior organização comercial a nível mundial, como também o acompanhamento da abertura comercial, através de

políticas comerciais internacionais que contribuam para o seu crescimento e desenvolvimento económico, tendo em conta as aspirações e necessidades de cada membro.

3.2.2– A China e a Indústria Têxtil e de Vestuário: Caracterização

A China, país asiático em desenvolvimento, tem-se evidenciado nas últimas décadas pelo forte crescimento económico que vem a registar. Possuidora de uma vasta população (cerca de um quinto da população mundial), detém a sua vantagem competitiva na produção trabalho-intensiva, como o é o sector têxtil e de vestuário.

A nível mundial, e segundo dados da *OMC*, apresenta-se como o segundo maior exportador de produtos têxteis com um crescimento anual de 16%; e é líder mundial nas exportações de vestuário registando um crescimento anual de 13%. Em termos de importações, ocupa o terceiro lugar nos produtos têxteis, atrás da U.E. e dos EUA; e encontra-se entre os quinze maiores importadores de vestuário. Consultar Tabela. 3B e Tabela. 4B, no apêndice B.

O forte crescimento registado dos produtos têxteis e de vestuário chineses, demonstram que o sector têxtil e de vestuário, deste país, conseguiu fazer face à média/baixa qualidade dos seus produtos têxteis e de vestuário, e às restrições impostas quer pelos acordos de salvaguarda (abordados com maior ênfase nas secções seguintes), quer pelo tratamento preferencial para algumas regiões (ex. entre os EUA, a U. E. e alguns PVD), como pelos acordos estabelecidos entre a China e alguns países pertencentes à OMC, como o México, a Argentina, a Comunidade Europeia, a Hungria, a Polónia, a Eslováquia e a Turquia. Estes acordos tinham em vista restringir as exportações dos produtos têxteis e de vestuário chineses, com a finalidade de proteger as indústrias domésticas.

O forte crescimento observado da ITV chinesa deveu-se, sobretudo, aos custos relativamente baixos com o trabalho; à força de trabalho produtiva e muito disciplinada; à cadeia de produção completa, resultado da rede de negócios grandemente avançada e com origem em Hong Kong e na Tailândia; e às excelentes ligações de transporte que resultam num tempo de transporte muito rápido e eficiente, para os EUA e a U. E. (Tan (2005); Appaelbaum (2004)).

Appaelbaum (2004) através da revisão de alguns estudos aponta as principais fontes da capacidade de liderança da China na produção de têxteis e de vestuário. Estas assentam:

- Na capacidade exportadora no sector do vestuário que tem, ainda, potencial de crescimento (a China exporta metade da sua produção, sendo que um terço desta se destina aos mercados dos EUA e da U.E.);

- Na amplitude e variedade de produção de vestuário chinês que são imbatíveis em qualquer parte do mundo;

- Na quase autossuficiência em matérias-primas para a sua indústria têxtil – grande capacidade mundial na produção de algodão, e fibras sintéticas ou artificiais, como o linho e a seda (exceto a lã que importa, principalmente, da Austrália e Nova Zelândia);

- Na facilidade de acesso à importação de tecidos de grande qualidade provenientes, principalmente, da Coreia do Sul, da Tailândia e do Japão (mais de metade das exportações chinesas são feitas a partir destes tecidos importados);

- Na grande importância dada, pelo governo chinês, a este sector de atividade que se pretende seja o principal empregador na China (50% das importações provenientes da China, são de empresas estatais que operam com perdas - fornecem subsídios);

- No forte investimento na ITV chinesa, que contrasta com o estagnar desse investimento nos países do Sul da Ásia;

- Na força de trabalho qualificada, difícil de igualar noutras partes do mundo, principalmente quando combinada com os baixos salários;

- Na ITV da China que beneficia da experiência em marketing, na gestão e nas finanças dos investidores de Hong Kong e da Tailândia;

- No bom posicionamento em termos de produtividade, gestão de competências e tecnologia, organizações não-salariais, custos de transporte, e custos de material;

- Na taxa de câmbio fixa e subavaliada, o que torna as suas exportações mais baratas e atrativas;

- E no sucesso da China no Japão (e na Austrália), onde não existe quotas e os consumidores são muito exigentes. Isto demonstra que a China também pode fornecer vestuário de alta qualidade.

Todas as características supramencionadas fazem da China um concorrente de peso em termos de ITV mundial. A sua adesão à OMC, ao fazer com que beneficie da eliminação das quotas nas suas exportações, previstas no ATV, aumenta a concorrência mundial nesses produtos e pode fragilizar a ITV dos países.

3.2.3 - A adesão da China à OMC

O historial da China com a OMC, de modo geral, pode dizer-se que se iniciou em 1986 quando a China pediu o acesso ao GATT. As negociações prosseguiram e em 1995, com a

criação da OMC, coube a um grupo de trabalho formado por representantes da organização a prossecução das negociações. Estas têm o seu término em Novembro de 2001, na Conferência Ministerial de Doha, com a aprovação da entrada da China na OMC passando, deste modo, a ser o 143º membro da organização (Pereira e Filho, 2005).

Vantagens e inconvenientes da adesão

A decisão de candidatura da China à OMC levantou algumas questões, muito por causa do isolamento daquele país durante décadas. No entanto, benefícios da sua adesão foram encontrados, quer para a China, quer para os países membros da OMC. Estes seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 - Vantagens da adesão da China à OMC

Vantagem da adesão da China à OMC para:	
<i>China</i>	<i>Restantes Membros</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de conquistar novos mercados; - Necessidades dos operadores económicos chineses, satisfeitas em condições mais vantajosas; - Promoção da diminuição dos entraves ao comércio dos produtos chineses; - Participação ativa na execução das regras da OMC que tradicionalmente penalizavam as suas trocas comerciais; - Permitiu uma mudança estrutural na economia, através da modernização tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do acesso ao mercado chinês; - Ambiente mais previsível nas trocas comerciais, e no investimento estrangeiro.

Fonte: Elaboração própria segundo Rolo (2007)

Em contrapartida, o principal receio da participação da China na OMC, em termos de ITV, prende-se com o aumento da concorrência mundial nestes produtos. Que se, por um lado beneficia os consumidores através da diminuição dos preços, por outro lado pode deteriorar a posição dos produtores domésticos que competem diretamente com a gigante China.

O Texto do Acordo

Com vista à aprovação da entrada da China na OMC foi estabelecido um Acordo entre este país e a organização. O Acordo está dividido em três partes e contém sete anexos. Os pontos mais importantes do Acordo para a ITV são, em seguida, descritos.

Na primeira parte do acordo, a China, assumiu um conjunto de compromissos de entre os quais: teve de rever e reformular a sua estrutura legal com o intuito de tornar os negócios e as transações comerciais com o exterior transparentes e previsíveis; assumiu obrigações inclusas através de mais de vinte acordos multilaterais, no âmbito da OMC, em todas as áreas de negócios em que se propõe cumprir os princípios da organização; estabeleceu ainda acordos de salvaguarda com o intuito de prevenir ou remediar possíveis danos decorrentes das suas importações noutros países (Pereira e Filho, 2005).

Estes acordos de salvaguarda são de cariz multilateral, na medida em que qualquer país membro pode impor restrições às importações de determinado produto, sempre que se comprove que as mesmas constituem prejuízo grave no mercado nacional. Em contrapartida, o país que impõe a restrição deve compensar, o outro, através de maiores concessões à importação de outros produtos. As restrições são de quatro anos que se podem prolongar até a um máximo de oito anos, sempre que as condições do mercado assim o exigirem. Durante este período o país que usufrui das restrições deve-se ir liberalizando, progressivamente, e deve apresentar as medidas que pretende implementar para reestruturar a sua indústria. As salvaguardas podem, ainda, ser usadas temporariamente (até duzentos dias) sempre que o tempo para cumprir todas as formalidades possa provocar prejuízos irreparáveis na indústria (Pereira e Filho, 2005).

Neste âmbito, a China foi alvo de uma cláusula especial (ponto dezasseis do Acordo) - *Transitional Product-Specific Safeguard Mechanism* – que se prevê vigore até 2013, e que consiste na existência de uma salvaguarda unilateral e sem oferta de compensação.

Os acordos de salvaguarda impostos à China são necessários, visto o grande poder de mercado que esta demonstra sobretudo no sector têxtil e de vestuário. Assim, é de salientar a cláusula especial sobre produtos têxteis e vestuário, em vigor até 2008, que estabelece que sempre que as exportações chinesas superarem 7.5% do fluxo registado nos doze meses anteriores, uma salvaguarda deverá ser aplicada após dois meses de consultas entre a China e o

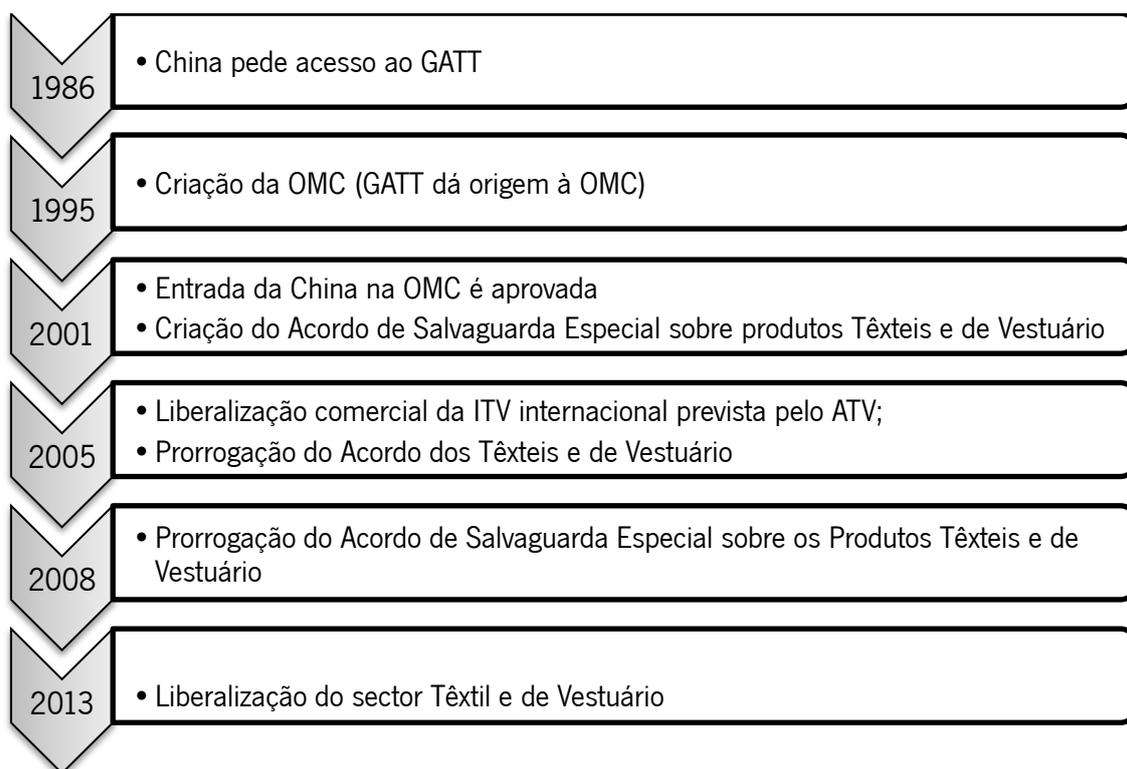
país que aplica a salvaguarda, sem que seja necessária a apresentação de danos graves para a indústria doméstica. Estes acordos, de certa forma, já existiam sendo que agora as exportações chinesas passam a ser monitorizadas pela OMC (Pereira e Filho, 2005).

Na segunda parte do acordo são referidos os cronogramas da liberalização que se encontram descritos em anexos especiais; e na terceira parte estabelecem-se as disposições finais do compromisso de acesso da China à OMC.

3.3 - Visão geral

Dado o exposto nas secções subsequentes deste capítulo, e a relevância da China no comércio internacional de produtos têxteis e de vestuário, é apresentado de seguida o cronograma com as principais datas, para a ITV internacional, da adesão da China à OMC.

Figura 3 - Cronograma com as datas principais da entrada da China na OMC, para o sector têxtil e de vestuário



Fonte: Elaboração própria

A importância da China no comércio mundial de produtos têxteis e de vestuário, e a sua capacidade de liderança, nesse sector, fez com que a sua entrada na OMC em 2001, fosse alvo de tratamento especial. Assim, de forma a proteger as indústrias têxteis e de vestuário

domésticas da forte concorrência chinesa, foi criado o *Acordo de Salvaguarda Especial sobre Produtos Têxteis e de Vestuário*. O principal objetivo, deste, seria amenizar os efeitos da liberalização comercial nos produtos têxteis e de vestuário decorrentes do ATV, do qual a China também passa a beneficiar. Este acordo permite aos países restringir as exportações chinesas sempre que as mesmas forem superiores a 7.5% das exportações registadas nos doze meses anteriores, e dada a sua importância para as economias domésticas o *Acordo de Salvaguarda Especial sobre Produtos Têxteis e de Vestuário*, tem-se prolongado no tempo.

Capítulo IV - A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE VESTUÁRIO PORTUGUESA

O presente capítulo tem como finalidade fazer a caracterização da ITV portuguesa. Para tal encontra-se dividido em quatro secções principais. Numa primeira secção são apresentados e diferenciados os dois sectores que compõem a ITV, e é descrita a evolução dos mesmos em Portugal. De seguida é feita a análise Swot, e a caracterização da ITV portuguesa através de indicadores como: o número de empresas; o pessoal ao serviço; a produtividade; e os principais clientes e fornecedores. Para finalizar o capítulo é apresentado o plano estratégico da ITV para os próximos anos.

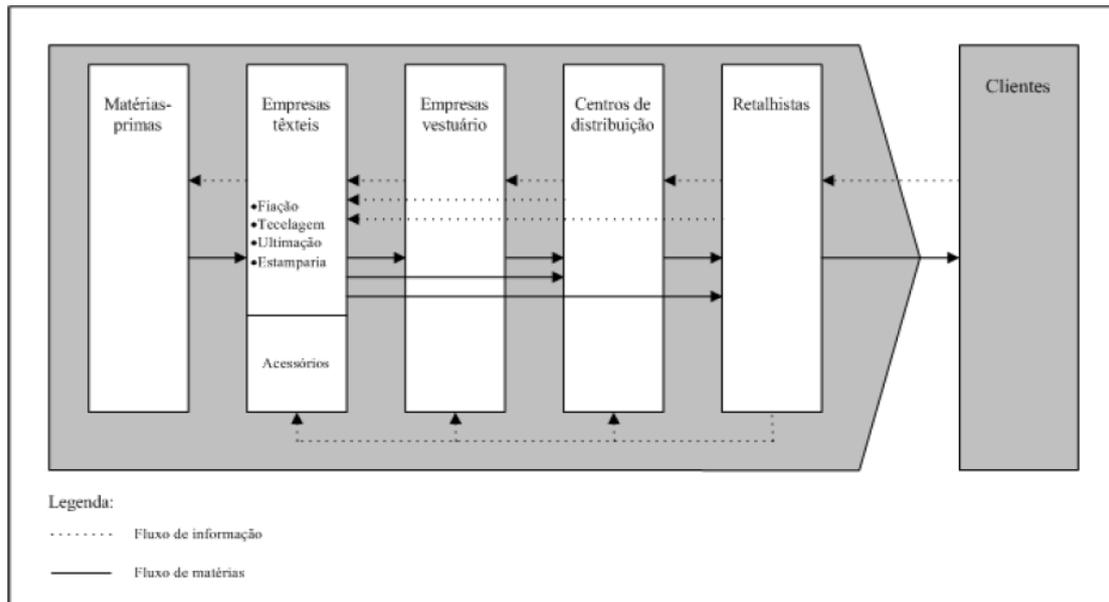
4.1 – Enquadramento e evolução da indústria têxtil e de vestuário

A ITV é composta por dois sectores: o sector têxtil e o sector de vestuário. Segundo o CAE Rev. 3¹⁶ engloba-se na secção da indústria transformadora (C) envolvendo a fabricação de têxteis (CAE - 13), e a confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pêlo (CAE - 14). O CAE disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) faz ainda uma separação detalhada das diferentes atividades dos sectores, o que permite uma melhor compreensão da sua amplitude. Esta separação segue no Apêndice C –Tabela. 5C.

A distinção entre o sector têxtil e o sector do vestuário centra-se nas atividades de produção que lhe estão associadas (Cenit, 2009). Assim, o primeiro encontra-se relacionado com as atividades que se iniciam na obtenção de fibras, fios e tecidos, passando pelo seu tratamento em termos de tinturaria e ultimação, bem como pelos têxteis lares e pelos têxteis técnicos (atividades de produção a montante); enquanto ao segundo se encontram associadas atividades de transformação dos materiais têxteis em vestuário, e pode englobar atividades como o corte, a confeção e o acabamento das peças de vestuário (atividades a jusante). No entanto, nem toda a produção do sector têxtil se encontra destinada ao sector de vestuário, visto que uma parte se destina à distribuição (têxteis lar), e outra à produção noutras indústrias (têxteis técnicos e artigos para revestimento) (Vasconcelos, 2006).

¹⁶ A Rev. 3 entrou em vigor em 2007, substituindo a Rev. 2.1. As equivalências em termos de CAE para a ITV encontram-se na Tabela 5C, do apêndice C.

Figura 4 - Sistema de negócios da indústria têxtil e de vestuário



Fonte: Cenit (2009) – Baseado em Nordas (2004)

Em Portugal, a ITV desde cedo desempenhou um papel de relevo na indústria nacional. No século XVI, centrava-se na produção de velas para os navios utilizados pelos navegadores nos Descobrimentos, o que denota a exigência e a qualidade desde logo impostas a estes produtos (Cenit, 2009).

Com a revolução industrial inglesa surgem novas matérias-primas, como o algodão, os preços diminuem e a produção nacional inviabiliza. No entanto em 1836 a indústria têxtil estabelece-se e progride em Portugal. Entre 1840 e 1860, e apesar da resistência à inovação a indústria têxtil regista um avanço (Cenit, 2009), e divide-se de forma lenta e desigual pelas diferentes regiões nacionais (Vasconcelos, 2006).

Em 1960 a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio¹⁷ (EFTA), ao promover uma maior abertura ao exterior, tornou Portugal num dos maiores exportadores mundiais de têxteis e vestuário, dada a boa relação preço/qualidade dos seus produtos (Cenite, 2009).

Com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), a 1 de Janeiro de 1986, Portugal entra num ciclo económico favorável à atividade industrial, e no decorrer da década de 90 as exportações portuguesas principalmente para os mercados europeus, assumem um papel de relevo na produção industrial. Isto ao deixar as exportações de

¹⁷ EFTA- *European Free Trade Association*

têxteis e de vestuário muito dependentes destes mercados, fez também com que os sectores do têxtil e vestuário perdessem quota no mercado interno (Cenite, 2009).

A competitividade destes sectores baseava-se nos baixos custos com a mão-de-obra, e na baixa qualificação dos trabalhadores. A adesão de Portugal à moeda única que terminou com a desvalorização do escudo face às outras moedas; a eliminação das quotas alfandegárias entre países pertencentes à OMC que intensificou a concorrência de países como a China, a Índia e o Paquistão; e o alargamento da UE aos países de Leste fez com que a competitividade do sector têxtil e de vestuário deteriora-se em Portugal (Cenite, 2009).

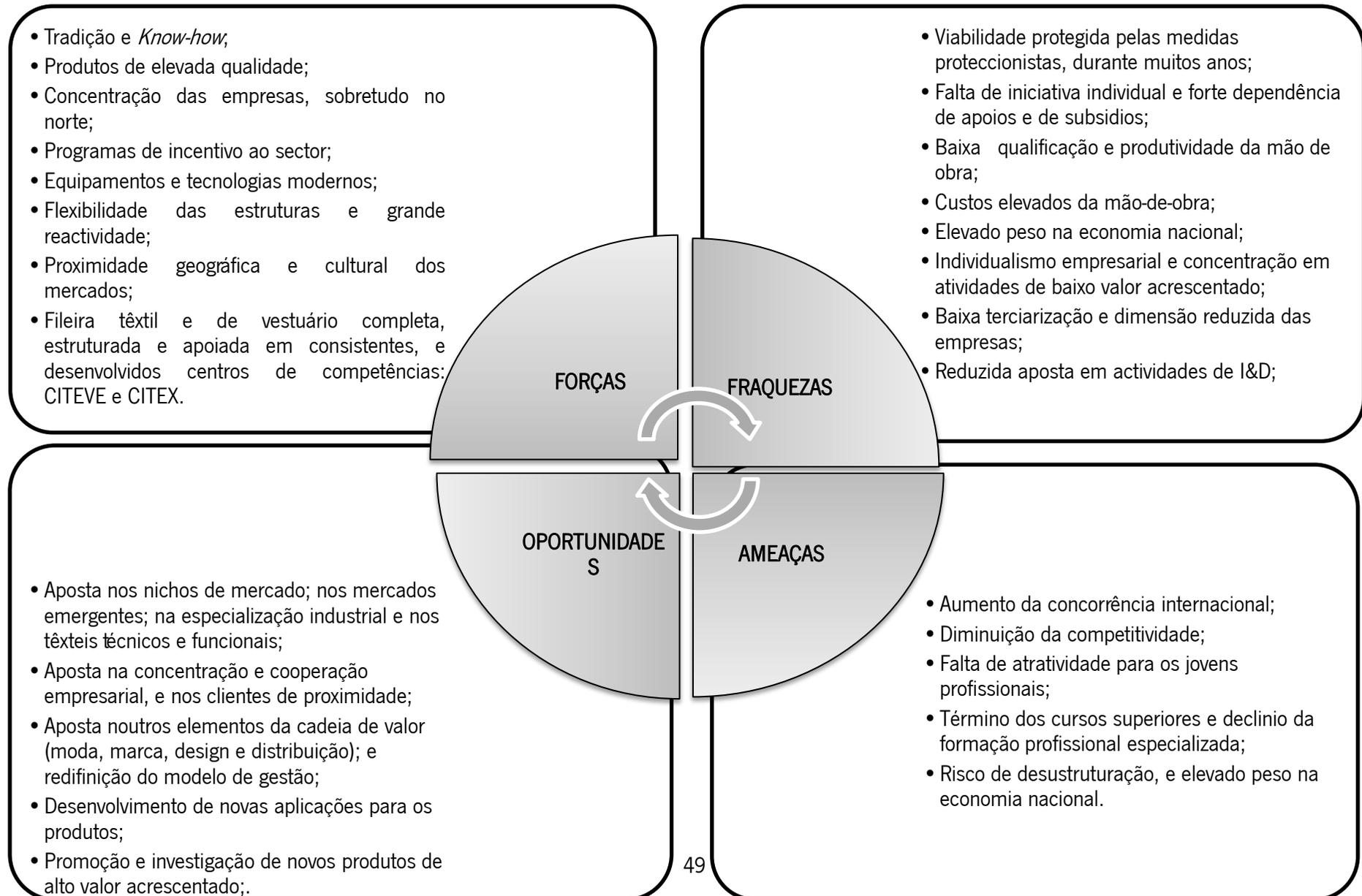
4.2- Análise SWOT

A ITV portuguesa tem experimentado algumas modificações ao longo dos tempos. A Associação de Têxteis e Vestuário Portuguesa (ATP) salienta, como responsáveis pelas mesmas:

- a liberalização do comércio mundial, em 2005, que aumentou em larga escala a concorrência mundial;
- o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, que levou a indústria a passar de produção extensiva para produção qualitativa e serviços, o que fez aumentar os custos dos fatores produtivos, em especial a mão-de-obra;
- a reestruturação empresarial, a racionalização, a profissionalização da gestão, e a terciarização que tiveram lugar após a revolução industrial dos anos 90;
- e a aposta na incorporação de fatores críticos de competitividade, como são exemplo a moda, a marca, o marketing, a distribuição, a inovação tecnológica e a logística.

De seguida é apresentada a análise Swot da ITV portuguesa.

Figura 5 - Análise SWOT da Fileira Têxtil e de Vestuário – Síntese



Através da Análise Swot ao sector têxtil e de vestuário português podem observar-se como principais FORÇAS:

- A sua tradição e *Know How* (grande conhecimento da produção, processos, produtos e mercadorias – “saber-fazer”);

- Produtos de elevada qualidade;

- Empresas têxteis que começam a desenvolver esforços na modernização das suas estruturas produtivas, e na qualificação e formação profissional da sua mão-de-obra;

- Concentração das empresas da ITV, sobretudo no norte, que permite o estabelecimento de dinâmicas interempresariais, o que facilita a transmissão de conhecimento tácito;

- Programas de incentivo ao sector que procuram articular o Estado, as empresas e toda a sua envolvente, com vista a uma melhor visão estratégica orientada para a Inovação, Qualificação e Internacionalização;

- Os equipamentos e tecnologias modernos dada a grande aposta em I&D;

- A flexibilidade das estruturas que permite dar resposta à renovação constante da oferta exigida pelo mercado, o que proporciona prazos de entrega muito curtos;

- A proximidade geográfica e cultural dos mercados, que permite o acesso privilegiado às últimas tendências da moda e *design*, e diminui o tempo de chegada a esses mercados;

- A existência de uma fileira têxtil e de vestuário completa, estruturada, dinâmica e apoiada em consistentes e desenvolvidos centros de competências – CITEVE¹⁸ e CITEX.

Estas características podem ser aproveitadas e podem tornar-se em oportunidades do sector. Deste modo, como OPORTUNIDADES salientam-se:

- A aposta nos nichos de mercado, nos mercados emergentes (ex. ex-colónias), na especialização industrial e nos têxteis técnicos e funcionais,

- A aposta na concentração e cooperação empresarial com o intuito de obter dimensão e competitividade, em pequenas séries de grande valor acrescentado, e nos clientes de proximidade,

¹⁸ CITEVE- Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Instituição de referência nacional e europeia para a promoção da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico das ITV, é uma entidade privada de utilidade pública e sem fins lucrativos. Tem como missão o apoio ao desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas da ITV, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade, e do suporte instrumental à definição das políticas industriais para o sector. Estas resultam da cooperação e colaboração com as diferentes associações empresariais da ITV e com os mais variados organismos públicos. Para além disso, o CITEVE, colabora também com diversos serviços da U. E., tais como a *DG Enterprise & Industry* e a *DG Research*.

- A aposta noutros elementos da cadeia de valor, tais como: a moda, a marca, o *design*, e a distribuição "*Made in Portugal*", e a redefinição do modelo de negócio e gestão;
- O desenvolvimento de novas aplicações para os produtos têxteis – designados de têxteis do futuro;
- A competitividade da ITV pode ser estimulada pela emergência de novos mercados com baixos custos de produção (ex. China, Paquistão, Índia);
- Promoção da investigação de novos produtos têxteis de elevado valor acrescentado nas empresas, tornando-a numa atividade não exclusiva das universidades;

Em contraste, o sector apresenta como FRAQUEZAS:

- A viabilidade da ITV que esteve durante muito tempo protegida pelas medidas protecionistas;
- A forte dependência das empresas dos subsídios e apoios, quer do Estado como da U. E., o que demonstra falta de iniciativa individual;
- A baixa produtividade associada ao baixo nível de escolaridade, e de formação da sua mão-de-obra a todos os níveis da empresa;
- Os seus custos com a mão-de-obra que são mais elevados do que nos países emergentes (ex. China, Paquistão, Índia), e pode desencadear a deslocalização das empresas nacionais;
- O elevado peso da ITV na economia portuguesa, o que contribui para a elevada taxa de desemprego nacional em tempos de crise, como a atual, no sector;
- O individualismo empresarial, e a concentração excessiva da ITV em atividades de baixo valor acrescentado;
- A baixa terciarização do tecido empresarial, e a dimensão reduzida das suas empresas que dificultam o acesso ao crédito;
- O reduzido número de projetos empresariais privados, e os constantes apelos ao intervencionismo do Estado;
- A reduzida aposta em atividades de I&D, principalmente nos ramos ligados à indústria de vestuário, sendo que grande parte do investimento em I&D é feito pelo Estado.

Isto resulta em debilidades do sector que se materializam em AMEAÇAS. Estas podem ocorrer através:

- Do endurecimento da concorrência internacional nos produtos básicos, e nas gamas de maior valor acrescentado;

- Da falta de atratividade, do sector, para os jovens profissionais;
- Do término de cursos superiores, e do declínio da formação profissional especializada,
- Do risco da desestruturação da fileira têxtil e de vestuário que tem um elevado peso na economia portuguesa, e que em períodos de crise, como a atual, leva ao aumento da taxa de desemprego nacional;
- Da diminuição da competitividade da ITV nacional decorrente da existência de novos países, com custos de mão-de-obra mais baixos, no mercado internacional.

4.3- Evolução dos principais indicadores da Indústria Têxtil e de Vestuário

Nas secções subsequentes é feita a caracterização da ITV em termos de indicadores, tais como: principais clientes e fornecedores internacionais; número de empresas; pessoal ao serviço; e produtividade. Com vista a aferir as relações comerciais entre Portugal e a China, numa primeira secção são apresentados, com base em dados fornecidos pela ATP para o período de 2000-2010, os principais clientes e fornecedores da ITV. Nas secções seguintes, e com base em dados fornecidos pelos *Quadros de Pessoal*¹⁹, é feita a caracterização da ITV portuguesa em termos de indicadores como: o número de empresas, o pessoal ao serviço, e a produtividade. Aqui e de acordo com os dados fornecidos pelos *Quadros de Pessoal* os anos de comparação são 1999 - 2009.

4.3.1 - Principais Fornecedores e Clientes da Indústria Têxtil e de Vestuário

Nas parcerias comerciais com o exterior Portugal tem como principais parceiros, sobretudo, os países pertencentes à UE. Assim, países como a Alemanha, a Espanha, o Reino Unido, a França e a Itália surgem na linha da frente nos clientes de produtos têxteis. O papel da China enquanto cliente de têxteis portugueses sofreu um aumento do ano de 2000 para o ano de 2010, no entanto, ainda pouco representativo (1%, em termos de quota de mercado). Em relação ao vestuário o cenário é idêntico, sendo de notar o grande aumento na quota de

¹⁹ Os *Quadros de Pessoal* são a base de dados utilizada no estudo, esta será melhor descrita no capítulo seguinte.

mercado da Espanha de 2000 para 2010, e a não representatividade da China. Consultar no apêndice C, a Tabela 6C e os Gráficos. 1C e Gráfico. 2C.

Em relação ao fornecimento de produtos têxteis e de vestuário Portugal tem também como seus principais parceiros países pertencentes à UE. Assim, a Espanha, a Alemanha, o Reino Unido, a Itália e a França surgem como principais fornecedores de produtos têxteis, mas têm vindo a perder quota de mercado para países como a Índia, a China, e o Paquistão. Em termos de fornecimento de vestuário a Alemanha, a Espanha e a França mantêm-se como principais fornecedores sendo de notar, para o período em análise, a crescente importância da Espanha, e o aumento da quota de mercado da China. Consultar no apêndice C, a Tabela. 7C e os Gráfico. 3C e Gráfico. 4C.

Com base nos dados apresentados, e nas tabelas e gráficos em apêndice, verifica-se que as relações comerciais de Portugal com a China se intensificaram entre 1999 e 2010. Para além disso, pode constatar-se que estas são mais representativas em termos do fornecimento dos produtos têxteis e de vestuário chineses para Portugal.

4.3.2 - Empresas

A caracterização das empresas da ITV é feita, de seguida, com base na Tabela 4.

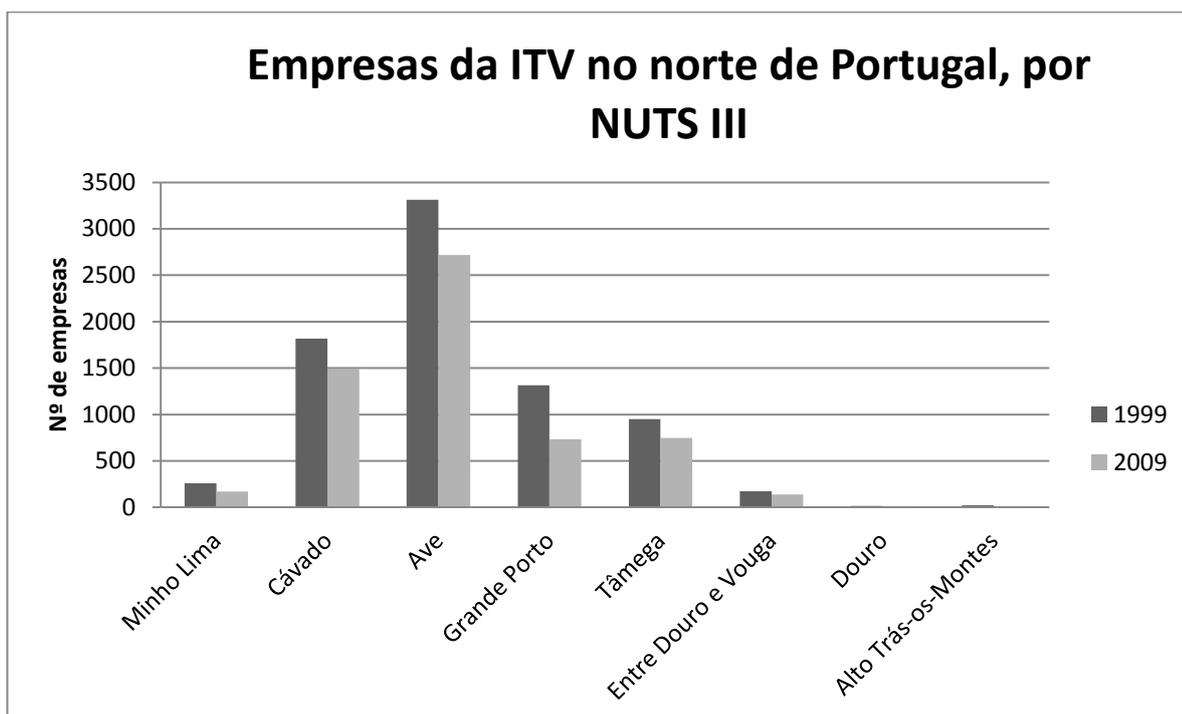
Tabela 4 - Empresas da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental

Empresas	1999 (1)	2009 (2)	1999 a 2009		Variação (2)-(1)
			Média	Desvio -Padrão	
Número em Portugal continental	9380	6930	8615	810	-2450
por Localização geográfica	(%)	(%)	(%)		(%)
Norte	83,85	86,81	84,33	0,03	2,96
Não Norte	16,15	13,19	15,67	0,03	-2,96
Indústria transformadora (%)					
Portugal Continental	21,18	17,17	19,52	0,14	-4,61
Portugal continental (%)					
Portugal Continental	3,99	2,06	2,91	0,01	-1,93

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

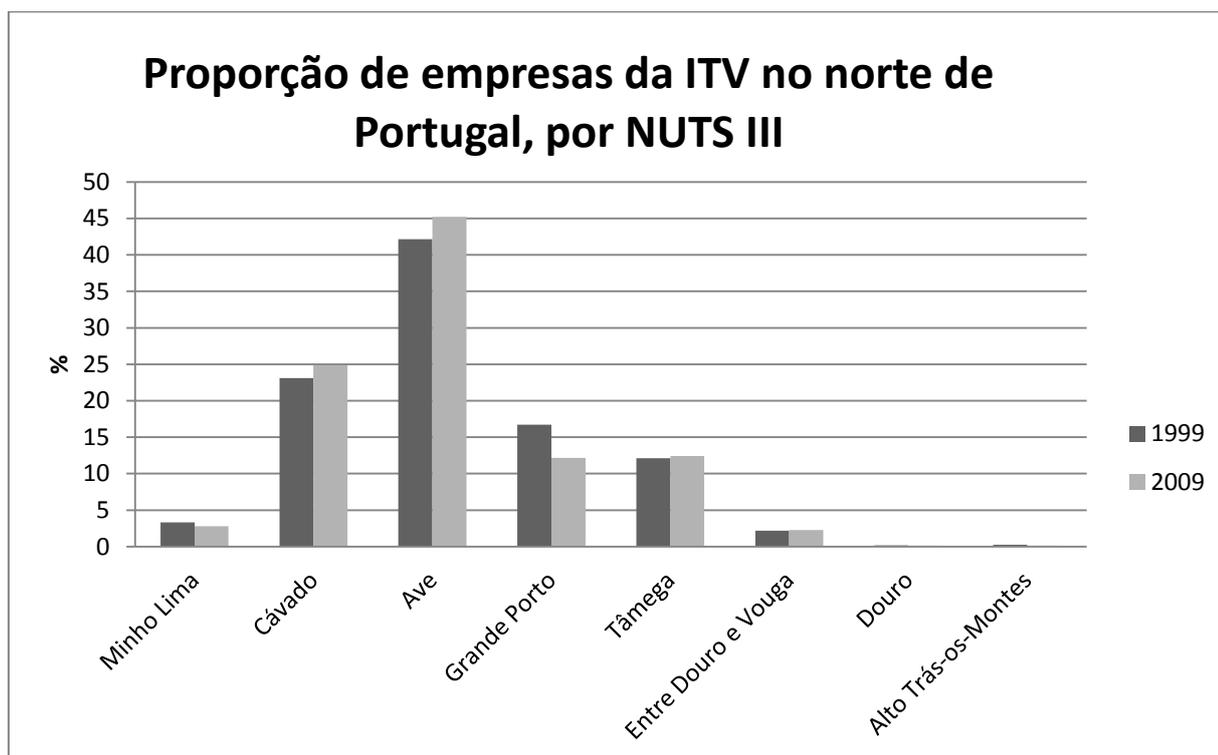
Da análise da Tabela 4 verifica-se para o período em análise que, em média, cerca de 85% das empresas da ITV se encontravam situadas na região norte. Para além disso e para o mesmo período verifica-se que, em média, as empresas da ITV representavam cerca de 20% das empresas da indústria transformadora e que, em média, o seu peso no conjunto das empresas nacionais era de cerca 3%. É de salientar, para o período em análise, a tendência para a diminuição relativa do número de empresas. Esta diminuição apesar de ocorrer em termos absolutos, quer nas empresas que se situam no norte de Portugal, quer nas empresas situadas nas outras regiões do país; em termos relativos, apenas, se regista nas regiões fora do norte de Portugal. Isto demonstra que o impacto do encerramento das empresas foi menos sentido no norte de Portugal, onde a sua representatividade é maior. Observar o Gráfico 1 abaixo, e a Tabela 8C no apêndice C.

Gráfico 1 - Empresas da ITV no norte de Portugal, por NUTS III



Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Gráfico 2- Proporção de empresas da ITV no norte de Portugal, por NUTS III



Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Em termos de dimensão das empresas da ITV, verifica-se o predomínio de micro e pequenas empresas. Consultar a Tabela. 9C, no apêndice C.

Em suma, em termos de empresas da ITV, para além de se verificar uma tendência para a sua diminuição no período em análise, constata-se também que estas se concentram na região norte de Portugal (sobretudo na região do Cávado e Ave), e que maioritariamente são de reduzida dimensão.

4.3.3 - Pessoal ao Serviço

Nesta subsecção é feita a análise dos trabalhadores da ITV, em termos de localização geográfica, peso relativo em Portugal e na indústria transformadora, idade, escolaridade e sexo. Na Tabela 5, abaixo, segue a caracterização do emprego na ITV em termos de localização da mão-de-obra, e peso da ITV no emprego a nível nacional, e a nível da indústria transformadora.

Tabela 5 - Trabalhadores da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental

Trabalhadores	1999	2009	1999 a 2009 ^a		Variação
	(1)	(2)	Média	Desvio-padrão	(2) - (1)
Número em Portugal continental	228814	136040	183292	28501	-92774
por Localização geográfica	%	%	%		%
Norte	78,55	84,61	82,18	0,023	6,06
Não Norte	21,45	15,39	17,82	0,023	-6,06
Indústria transformadora (%)					
em Portugal continental	27,09	21,08	24,08	0,019	-6,00
Portugal Continental (%)					
em Portugal continental	9,22	4,52	6,52	0,015	-4,7

^a Os valores para o período compreendido entre 1999 e 2009, não incluem o ano de 2001, visto que esse ano não está disponível na base de dados em uso.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Através da análise da Tabela 5 constata-se para o período em análise, que a ITV é responsável, em média, por cerca de 7% do emprego nacional, e por cerca de 24% do emprego da indústria transformadora, sendo que, em média, cerca de 82% dos seus trabalhadores se encontravam no norte de Portugal. À semelhança do que ocorre com as empresas da ITV, também o número de trabalhadores tem vindo a diminuir no período em análise, apenas se verificando um aumento relativo destes no norte de Portugal, onde são mais representativos. Consultar a Tabela. 10C, do apêndice C.

A força de trabalho da ITV é, sobretudo, constituída por mulheres (representam mais de 70% dos trabalhadores); a idade média dos trabalhadores da ITV portuguesa oscila entre os trinta e três anos e os quarenta anos; e a maioria possui apenas o 9º ano de escolaridade. Consultar a Tabela. 11C, no apêndice C.

Em termos de trabalhadores da ITV, de modo geral, constata-se que estes se concentram na região norte de Portugal, que não são muito instruídos, e que maioritariamente são do sexo feminino.

4.3.4– Produtividade

Nesta subsecção é feita a análise do volume de vendas, por cada trabalhador, em termos reais e aos preços de 2009.

Tabela 6 - Produtividade real da ITV por localização geográfica, e peso na indústria transformadora, e em Portugal continental

Produtividade Real	1999 (1)	2009 (2)	1999 a 2009 ^a		Variação (2) – (1)
			Média	Desvio-padrão	
Portugal continental (milhões de euros)	179.80	275.75	227.77	67.85	95.95
por Localização geográfica	%	%	%		%
Norte	82,5	86,17	84,37	0,021	3,67
Não Norte	17,5	13,83	15,63	0,021	-3,67
Indústria transformadora (%)					
Portugal continental (milhões de euros)	13,59	11,34	12,61	0,012	-2,25
Portugal Continental (%)					
Portugal continental (milhões de euros)	1,63	1,04	1,28	0,002	-0,06

^a Os valores para o período compreendido entre 1999 e 2009, não incluem o ano de 2001, visto que esse ano não está disponível na base de dados em uso.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

A Tabela 6 mostra, para o período em análise, que a produtividade real das empresas da ITV se localizava maioritariamente na região norte de Portugal, e que esta região representava, em média, cerca de 84% da produtividade real desta indústria. Por sua vez, o peso da produtividade real das empresas da ITV na indústria transformadora e em Portugal continental, em média, era de cerca de 13% e 1%, respetivamente. Através da análise da tabela verifica-se também, para o período considerado, uma tendência decrescente na produtividade real em termos relativos. Esta tendência decrescente, apenas, é contrariada na região norte de Portugal.

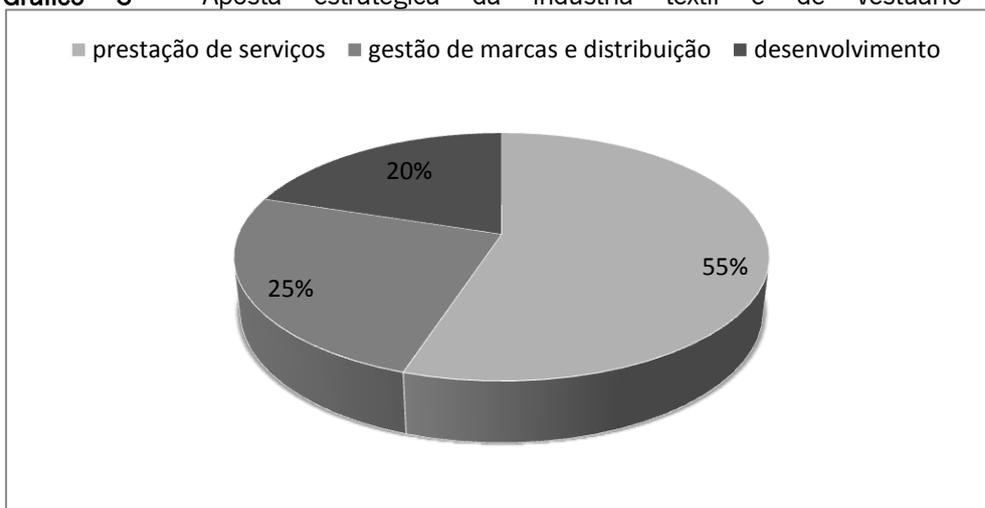
Em termos de dimensão das empresas verifica-se uma concentração da produtividade real, para o período em análise, nas empresas de dimensão reduzida (micro e pequenas empresas). Consultar a Tabela. 13C no apêndice C.

Em suma, da análise à produtividade real das empresas da ITV constata-se que, tal como para o número de empresas e de trabalhadores, esta se localizava maioritariamente na região norte de Portugal, e que esta é também a única região que apresenta um aumento na produtividade real em termos relativos, no período em análise. De notar, que são as empresas de dimensão reduzida as responsáveis pelos valores de produtividade real mais elevados, o que se pode dever ao facto de serem estas as empresas com maior representatividade no sector.

4.4 - Ações no longo prazo

É com base na consciência de todos os aspetos supramencionados que a ITV implementou como seu grande objetivo, até 2015, tornar-se numa indústria de excelência dirigida a nichos de mercado de alto valor acrescentado, apostando para isso em três modelos de negócio. Estes são: a prestação de serviços que envolve a subcontratação e co-contratação especializada; a gestão de marcas e distribuição que inclui o retalho; e por último o desenvolvimento baseado na inovação tecnológica, inovação estruturante e nos têxteis técnicos e funcionais.

Gráfico 3 - Aposta estratégica da indústria têxtil e de vestuário para 2015



Fonte: Elaboração própria segundo informação da ATP

Para a prossecução desses objetivos, a ITV definiu Ações em torno de cinco Eixos prioritários que por ordem são: *Qualificação e capital humano. Empreendedorismo;*

Internacionalização; Competitividade e Produtividade; Inovação (tecnológica e não tecnológica). Diversificação e diferenciação. Responsabilidade social; e Ganhar dimensão. Cooperação e concentração. Cluster inter-regional (com a Galiza). Um esquema, detalhado, dos mesmos é apresentado na Tabela. 14C, no apêndice C.

Com base nos eixos prioritários e nas ações por eles definidos estão a ser desenvolvidos projetos e parcerias. Um esquema dos mesmos é apresentado na Figura. 1C e Figura. 2C do apêndice C.

O “Plano estratégico para a indústria têxtil e de vestuário portuguesa, 2007-2013”, desenvolveu o seu plano de ação em torno de cinco eixos estratégicos, após a identificação dos caminhos estratégicos a seguir (marca, distribuição e moda; têxteis funcionais e técnicos; *private level*/sofisticado). Para a prossecução dos mesmos foram desenvolvidos projetos e parcerias, em que o envolvimento das empresas da ITV, do associativismo empresarial em seu torno, e do próprio Estado são preponderantes. Este Plano é, ainda, de cariz flexível permitindo fazer ajustamentos aquando da ocorrência de situações inesperadas, como a crise internacional que eclodiu em 2008 e que exigiu uma melhor gestão de recursos.

Capítulo V - DADOS E METODOLOGIA

Uma vez feito o enquadramento teórico do tema em análise cabe, ao presente capítulo, fazer a ponte entre a teoria e os resultados empíricos. Para tal, o capítulo encontra-se dividido em quatro secções. Na primeira secção, é apresentada a metodologia e o modelo econométrico que a suporta. Na segunda secção, é apresentada a base de dados *Quadros de Pessoal* em utilização no estudo; e por fim são apresentadas as variáveis utilizadas no modelo empírico.

5.1- Metodologia

Para uma melhor compreensão da metodologia utilizada esta seção foi subdividida em quatro partes. Começando com o enquadramento teórico da metodologia, através de estudos em que foi empregue; e com o pressuposto base por detrás da mesma; finaliza a descrever os modelos econométricos por detrás das técnicas *before and after* e *difference-in-differences*.

5.1.1 - Enquadramento teórico

Neste estudo foi utilizada a metodologia das diferenças que tem sido empregue em vários estudos, sobretudo, na área da psicologia e da economia com impactos a nível social e económico. Na literatura o primeiro estudo conhecido é o de Snow (1855) que se propôs estudar uma mudança na rede de abastecimento de água em Londres, com vista a aferir as causas de morte devido à cólera.

Na economia, Lecher (2011) refere o estudo de Obenauer e Von der Nienburg (1915) como sendo um dos primeiros estudos económicos utilizando o método das diferenças. Estes, segundo Lecher (2011), procuraram analisar, comparativamente com Portland (cidade maior), o impacto do salário mínimo no estado de Oregon nos EUA, para um grupo particular de trabalhadores. Os resultados apresentados, são vários, de acordo com as variáveis e os grupos específicos de trabalhadores em análise. Com o decorrer dos tempos a metodologia das diferenças foi utilizada na economia para, tal como em Rose (1952)²⁰, estudar as variações nas leis e regulações do Estado, definindo períodos antes e após a implementação da política/regulação, e grupos de comparação não tratados. Um exemplo disso é o estudo de

²⁰ O estudo de Rose (1952) enquadra-se na área da psicologia, e procurou estudar o papel da obrigatoriedade da mediação nas disputas laborais, através da metodologia DiD. Para obter resultados comparou: i) estados com e sem a lei da obrigatoriedade da mediação nas disputas comerciais e ii) antigos estados, antes e após a lei entrar em vigor.

Simon (1966) que procurou estudar a elasticidade-preço nas vendas de licor. Para isso, como grupos de comparação utilizou estados que não sofreram variação nos preços do licor.

Para além destes, muitos outros autores utilizaram a metodologia das diferenças para analisarem questões económicas. Estudos sobre emprego e salários são os mais recorrentes. Assim, como exemplo, temos o estudo dos efeitos dos salários no emprego de Lester (1946) e de Card e Krueger (1994); estudos dos efeitos do ensino e de outros programas, para os desempregados, no mercado de trabalho: Ashenfelter (1978), Ashenfelter e Card (1985), Heckman e Robb (1986), Heckman e Hotz (1989), Heckman, et al (1998), Blundell, et al (2004); e estudos sobre efeitos da emigração no mercado de trabalho doméstico: Card (1990). Estudos sobre regulações específicas no mercado de trabalho também foram realizados com recurso à metodologia das diferenças. Desta forma, e como exemplo surgem estudos como o de Waldfogel (1988) que incidia sobre as regulações da licença de maternidade; Acemoglu e Angrist (2001) que estudaram as regulações na América para pessoas portadoras de deficiência; Meyer, Viscusi, e Durbin (1995) que estudaram os efeitos da ausência dos trabalhadores devido a doença (baixa); Besley e Burgess (2004) que estudaram para a Índia (PVD) o efeito da existência de regulações do trabalho favoráveis aos trabalhadores.

A utilização da metodologia *difference-in-differences* (DiD) em processos de liberalização, contudo, não é usual (Peluffo, 2011). Apesar disso são conhecidos alguns estudos, tais como o de Slaughter (2001), Trefler (2004), Giovazzi e Tabellini (2005), Álvarez e López (2008), e Peluffo (2011). Todos estes autores estudam o processo de liberalização de diferentes perspetivas. O estudo de Peluffo (2011) é o que mais se ajusta ao presente estudo, pois através do método DiD procura analisar o efeito do aumento da concorrência comercial decorrente da criação do MERCOSUR, para o Uruguay, em termos de produtividade, emprego e salários na indústria transformadora. Os resultados preliminares da autora apontam para uma diminuição do emprego, e um aumento da produtividade e dos salários.

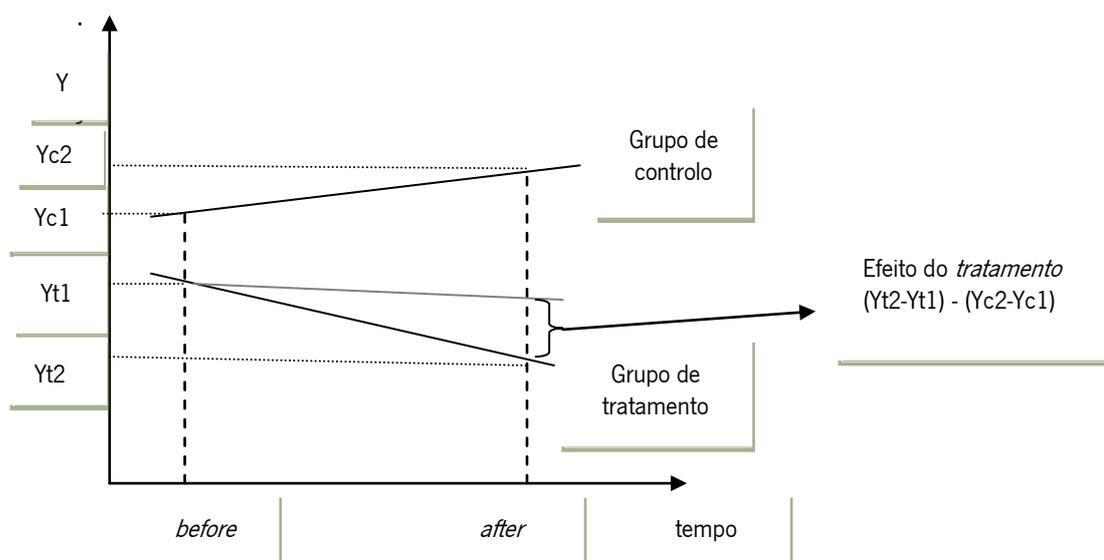
De seguida, é feita uma breve descrição da metodologia das diferenças, aplicada neste estudo.

5.1.2 - Pressuposto chave

A análise empírica, desta dissertação, está assente na metodologia das diferenças, através das técnicas *before and after* e DiD, que são aconselhadas quando existe uma fonte exógena transparente de variação (tal como uma mudança de política) na exploração das variáveis. A essa fonte designamos de *tratamento*. No presente estudo, o *tratamento* é a *Salvaguarda Especial sobre Produtos Têxteis e de Vestuário* chineses, decorrente da entrada da China na OMC.

A metodologia das diferenças, comumente, é utilizada para estimar efeitos causais, e baseia-se na comparação de quatro grupos. Esses grupos são definidos tendo por base o *tratamento* – se estão sujeitos (grupos de tratamento) ou não (grupo de controlo) a ele; e se ocorrem antes ou após o mesmo. Desta feita, se existem quatro grupos (dois deles pertencentes ao grupo de tratamento, e os outros dois ao grupo de controlo), e o *tratamento* não tem qualquer efeito sobre eles no período antes da sua implementação, a comparação entre ambos os grupos em ambos os períodos (DiD) oferece a variação média da variável de interesse, para o grupo de tratamento, caso este não fosse sujeito ao *tratamento*. Para melhor se compreender o exposto pode observar-se a Figura 6 abaixo.

Figura 6 - Metodologia das diferenças



Y – Resultado
t- grupo de tratamento
c - grupo de controlo
1 e 2- período antes ou após o *tratamento*, respetivamente
Fonte: Elaboração própria

De seguida, são explicitadas as técnicas *before and after* e DiD.

5.1.3 - *Before and After*

Numa primeira parte do estudo é utilizada a metodologia *before and after*. Segundo Meyer (1995) esta metodologia estuda as empresas antes e após o *tratamento*, sendo que o efeito do *tratamento* é determinado pela variação da média (ou qualquer outra medida de distribuição) dos resultados de interesse entre os períodos. Esta metodologia baseia-se na seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \beta d_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que y_{it} é o resultado de interesse para a empresa i no período t ; e d_t é uma variável binária pertencente ao grupo em estudo (grupo de tratamento, ou grupo de controlo). Assim, $d_t=1$ se $t=1$ e 0 (zero) caso contrário; e o coeficiente β é o verdadeiro efeito causal do *tratamento* no resultado para este grupo.

Este modelo tem como pressuposto de que $\beta=0$ na ausência de tratamento, ou seja:

$$E[\varepsilon_{it}|d_t]=0$$

O que significa que a média condicional do termo de erro não depende do valor da variável *dummy* em tratamento. Se esta condição estiver assegurada, uma estimativa imparcial de β pode ser obtida como:

$$\begin{aligned} \hat{\beta}_d &= \Delta \bar{y} \\ &= \bar{y}_{t=1} - \bar{y}_{t=0} \end{aligned}$$

Em que a barra ($\bar{\quad}$) significa uma média ao longo das unidades individuais. No presente estudo, sob os pressupostos típicos β é obtido diretamente da equação (1) usando dados para os dois períodos de tempo. Através da regressão será estimado β_d , e o erro padrão será o mesmo da estimativa $\hat{\beta}_d$, sendo permitida a variância de ε_{it} e t .

Como forma de testar a consistência e melhorar os resultados obtidos, na análise *before and after*, foram utilizados modelos alternativos à equação (1). Estes são apresentados e descritos de seguida.

Controlo para características individuais

Uma das formas utilizadas foi o controlo para características individuais. Assim, e através dos pressupostos supramencionados, a equação (1) passa a ter a seguinte forma:

$$y_{it} = \alpha + \beta d_t + z_{it}^j \delta + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que y_{it} é o resultado de interesse para a empresa i no período t ; d_t é um variável binária pertencente ao grupo em estudo (grupo de tratamento, ou grupo de controlo); z_{it}^j representa o vetor das características individuais das empresas; e β é o tratamento causal verdadeiro no resultado, controlado para as características individuais.

Pooled OLS

Outra forma utilizada, com vista a melhorar os resultados da análise, foi a incorporação de um modelo de efeitos fixos que se ajusta para as características das empresas não observadas. Desta forma a equação (1) passa a ter a seguinte forma:

$$y_{it} = \alpha + \beta d_t + \mu_i v_{it}^j + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Em que v_{it}^j representa o vetor de características não observadas das empresas, e β é o tratamento causal verdadeiro no resultado, controlado para as características não observadas das empresas.

Pooled OLS e controlo para características individuais

Da junção das duas formas utilizadas para garantir consistência, e melhorar os resultados obtidos na análise *before and after* da equação (1), surge a seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \beta d_t + z_{it}^j \delta + \mu_i v_{it}^j + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Em que β representa agora o verdadeiro efeito causal do *tratamento*, controlado para as características observadas e não observadas das empresas.

A abordagem *before and after*, é contudo, uma abordagem preliminar que acarreta consigo algumas debilidades sobretudo em termos de validade interna. Como forma de ultrapassar foram criadas outras técnicas. A análise dos resultados médios nas variáveis de interesse para grupos similares que não estão sujeitos ao *tratamento*, é uma delas e está descrita na próxima secção.

5.1.4 - *Difference-in-differences*

A metodologia DiD compara a variação obtida na metodologia *before and after* com a variação no resultado médio das observações não-aleatórias no mesmo período. Estas pertencem a um grupo de controlo uma vez que não receberam o tratamento (não foram alvo de reforma), mas experimentaram todas as outras influências que afetaram o grupo de tratamento. Neste caso, a equação subjacente tem a seguinte forma:

$$y_{it}^j = \alpha + \alpha_1 d_t + \alpha^1 d^j + \beta d_t^j + \varepsilon_{it}^j \quad (5)$$

Em que o resultado y_{it}^j está agora associado ao grupo j , sendo que $j=1$ pertence ao grupo de tratamento, e $j=0$ pertence ao grupo de controlo analisado. d_t é uma variável *dummy* que representa a variável *tempo*. $d_t^j = (d^j * d_t)$ e representa a interação entre d^j e d_t . Por sua vez, o β é o *tratamento* causal verdadeiro no resultado para este grupo. O coeficiente α_1 dá informação sobre a forma como ambos os grupos $j=0$ e $j=1$ são influenciados pelo tempo, e α^1 captura a diferença invariante nas médias gerais entre os grupos $j=0$, e $j=1$. Este modelo pressupõe também que na ausência de *tratamento* $\beta=0$, e por isso:

$$E[\varepsilon_{it}^j | d_t^j] = 0$$

Assim, uma estimativa imparcial de β pode ser obtida como:

$$\begin{aligned} \hat{\beta}_{da} &= \Delta \bar{y}_o^t - \Delta \bar{y}_o^0 \\ &= \bar{y}_1^t - \bar{y}_0^t - (\bar{y}_1^0 - \bar{y}_0^0) \end{aligned}$$

Em que a barra significa a média ao longo de i , o subscripto o tempo, e o sobrescrito o grupo²¹. O β estimado com base na equação (5), reproduz $\hat{\beta}_{da}$, e torna claro que não existe

²¹ Em que o t representa o grupo de tratamento (*treat*), e 0 representa o grupo de controlo em análise.

interação entre $t=1$ e $j=1$ (a não ser o *tratamento*), mas dá um erro padrão diferente caso não se permita a variância do erro com os quatro grupos definidos por t e j .

Extensões ao modelo DiD também são conhecidas. No presente trabalho, à semelhança do que ocorre na análise *before and after*, é utilizado o controlo para características individuais, o *pooled OLS* e a junção das duas, para testar a consistência e melhorar os resultados.

Controlo para características individuais

O controlo para características individuais, consiste na incorporação de influências de outras variáveis na equação (5). Desta forma, a equação passa a ter a seguinte forma:

$$y_{it}^j = \alpha + \alpha_1 d_t + \alpha^1 d^j + \beta d_t^j + \delta z_{it}^j + \varepsilon_{it}^j \quad (6)$$

Em que z_{it}^j representa o vetor das características individuais, e β é o tratamento causal verdadeiro no resultado, para este grupo, controlado para as características individuais.

Pooled OLS

A utilização de um modelo com efeitos fixos, permite ajustar os resultados para as características das empresas não observadas, e a equação que lhe está associada é a seguinte:

$$y_{it}^j = \alpha + \alpha_1 d_t + \alpha^1 d^j + \beta d_t^j + \mu_i v_{it}^j + \varepsilon_{it}^j \quad (7)$$

Em que v_{it}^j representa o vetor de características não observadas das empresas, e β é o *tratamento* causal verdadeiro no resultado controlado para as características não observadas das empresas.

Pooled OLS e controlo para características individuais

Da junção das duas formas utilizadas para garantir consistência, e melhorar os resultados obtidos na análise *differences-in-differences* da equação (5), surge a seguinte equação:

$$y_{it}^j = \alpha + \alpha_1 d_t + \alpha^1 d^j + \beta d_t^j + \delta z_{it}^j + \mu_i v_{it}^j + \varepsilon_{it}^j \quad (8)$$

Em que β representa, agora, o verdadeiro efeito causal do *tratamento* controlado para as características observadas e não observadas das empresas.

As regressões associadas a estas metodologias serão computadas através do programa estatístico *stata* versão 12.0.

5.2 - Base de dados: *Quadros de Pessoal*

Os *Quadros de Pessoal* correspondem a um conjunto de dados recolhidos todos os anos pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social Português, e englobam informação organizada em arquivos independentes, para cada ano, sobre os estabelecimentos propriamente ditos (localização, emprego e atividade económica); as empresas (localização, emprego, atividade económica, enquadramento legal e vendas); e os trabalhadores (género, idade, competências, ocupação, escolaridade, rendimento, duração do trabalho, e mecanismo de negociação salarial) – para uma análise mais detalhada das variáveis e dos conceitos da base de dados *Quadros de Pessoal*, consultar a Tabela. 15D, do apêndice D. O arquivo dos estabelecimentos tem, em média, cerca de cento e sessenta mil observações; enquanto o arquivo dos trabalhadores tem, em média, cerca de dois milhões de observações; e o das empresas tem, em média, cerca de cento e cinquenta mil observações anuais. Na presente dissertação apenas são utilizados os arquivos referentes às empresas e aos trabalhadores.

A informação constante na base de dados *Quadros de Pessoal* é recolhida anualmente através de questionários. Estes são obrigatoriamente por lei preenchidos, desde 1982, por todos os estabelecimentos com mais de um empregado, e desde 1993 que os mesmos têm de ser preenchidos em Outubro²² de cada ano. Na presente dissertação, o período temporal de análise é de dez anos (1999-2009), o que permite comparar o antes e após a entrada da China na OMC para o sector têxtil e de vestuário no norte de Portugal.

Os trabalhadores domésticos, os militares, e os trabalhadores de entidades reguladas pela lei pública, não fazem parte desta base de dados. Apesar dessas limitações, a escolha da base de dados deve-se ao facto de esta incluir um conjunto alargado de variáveis/conceitos relevantes ao estudo; de os dados serem consistentemente recolhidos no tempo; e de o período temporal que abrange ser alargado.

²² De 1982 a 1993 os dados eram preenchidos, anualmente, em Março.

5.3 - Variáveis em estudo

Da base de dados utilizada no estudo, como referido anteriormente, consta informação ao nível da empresa, sendo possível construir um painel de empresas devido à variável de identificação da empresa. Assim, construí um painel de empresas para os anos de 1999 e 2009. Seguindo Baltagi (1995) a utilização de dados em painel tem vantagens, uma vez que: permite comparações para a heterogeneidade individual; os dados fornecem maior informação, têm maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e são mais eficientes; permitem construir e testar modelos comportamentais mais complicados, e identificam melhor os efeitos que não são detetados em dados *cross-section*, ou em dados de series temporais puros. Por sua vez podem gerar problemas no *design* e na recolha dos dados; podem distorcer as medidas do erro; e podem gerar problemas de seletividade (auto - seletividade, não resposta, atrito).

Para a prossecução do estudo, e através da base de dados *Quadros de Pessoal*, foi criado um conjunto de variáveis que servem de base à análise empírica. As variáveis chave encontram-se expostas no Quadro 2²³, e são analisadas de seguida.

²³ As estatísticas descritivas apresentadas fazem referências aos anos em análise (1999, 2006 e 1999).

Quadro 2 - Caracterização das variáveis chave utilizadas no estudo.

Variável (Tipo)	Descrição	Nº de observações	Média	Desvio - padrão	Mínimo	Máximo
Grupos de controlo e de tratamento						
Treat (Binária)	Empresas da ITV no norte de Portugal	902195	0.023	0.15	0	1
Cont_3 (Binária)	Empresas da indústria do calçado no norte de Portugal	902195	0.006	0.07	0	1
Cont_5 (Binária)	Amostra aleatória de 30% das empresas portuguesas pertencentes à indústria transformadora, e que não incluem a ITV.	805065	0.04	0.19	0	1
Variáveis chave do estudo						
lpeessoal (contínua)	Logaritmo do número de trabalhadores por empresa	899947	1.23	1.09	0	9.91
lvR_perworker (contínua)	Logaritmo da produtividade real	777226	10.48	1.12	1.92	20.03
Tempo (Binária)	Período antes e após a salvaguarda especial dos produtos têxteis e de vestuário chineses (1999-2009)	571228	0.59	0.49	0	1
Características individuais do modelo						
dimensão (categórica)	Dimensão da empresa de acordo com o número de trabalhadores	902195	1.17	0.47	1	4
educ (contínua)	Anos de Escolaridade	890365	10.06	1.79	3	20
sub_regiao (categórica)	Distritos na região norte segundo as Nuts III	331907	4.05	1.71	1	8
perc_homens (contínua)	Percentagem de indivíduos do sexo masculino, por empresa	899947	0.57	0.39	0	1
agetrab (contínua)	Idade média dos trabalhadores, por empresa	883723	39.17	8.95	14	75

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Primeiramente foi definido o grupo de tratamento, e os grupos de controlo. Estes grupos constituem variáveis binárias que assumem o valor 1 (um) se a variável assume determinada condição, e o valor 0 (zero) caso contrário. Para a construção do grupo de

tratamento, bem como para a construção do grupo de controlo *cont_3*, foram utilizados os Códigos de Atividade Económica (CAE), e as Nomenclaturas das unidades territoriais II (NUTS II) disponibilizados na base de dados *Quadros de Pessoa*.

A variável *treat*, constitui o grupo de tratamento, e assume o valor um se a empresa pertencer à ITV no norte de Portugal, e o valor zero, caso contrário.

A metodologia empregue, nesta dissertação, prevê a comparação dos resultados médios do grupo de tratamento com os resultados médios dos grupos de controlo. Para tal, foram definidos dois grupos de controlo – *cont_3* e *cont_5*. O primeiro grupo constitui empresas que se situam na mesma região do grupo de tratamento. Assim, a variável *cont_3* assume o valor um se a empresa pertencer à indústria do calçado no norte de Portugal, e o valor zero caso contrário. A escolha da indústria de calçado na região norte, como grupo de controlo, prende-se com o facto de ser uma indústria relativamente similar à ITV, quer em termos de maior representatividade das suas empresas na região norte, como pelo facto de também constituir um polo de especialização da indústria portuguesa, e por exportar cerca de 50% da sua produção (Lança, 2000). Estas características foram observadas no período antes da entrada da China na OMC. Por sua vez, o grupo de controlo, *cont_5* constitui uma amostra aleatória de cerca de 30% das empresas da indústria transformadora, situadas em Portugal continental, e que não pertencem à ITV portuguesa.

A comparação dos grupos de controlo e de tratamento no tempo, é feita de acordo com a variável binária *tempo*. Esta foi construída com base na variável *ano* e representa o período antes, e o período após a entrada da China na OMC. Assim, assume o valor zero para o ano de 1999 (antes da entrada da China na OMC), e o valor um para o ano de 2009 (após entrada da China na OMC, e do final inicialmente previsto para a salvaguarda especial sobre produtos têxteis e de vestuário chineses).

A análise central desta dissertação assenta nas variáveis *lpessoa* e *lvvR_perworker*. A variável *lpessoa* foi obtida através da variável *idtrab* do arquivo dos trabalhadores e representa o logaritmo do número de trabalhadores por empresa; por sua vez a variável *lvvR_perworker*, representa o logaritmo da produtividade real, e é calculada da seguinte forma $\log(vendReal_perworker)$, em que $vendReal_perworker = (wend/pessoa) * IPC$. A variável *wend* é fornecida pela base de dados *Quadros de Pessoa*, e representa para cada empresa o volume de

vendas anual; enquanto a variável *pessoa* sendo obtida da base de dados dos trabalhadores representa o número de trabalhadores, por empresa. Assim, o rácio ($wend/pessoa$) representa o volume de vendas nominais por cada trabalhador na empresa. Para se obter o valor da produtividade real por trabalhador é necessário ajustar esse valor à inflação. A variável IPC^{24} , corresponde ao valor da inflação registado em cada ano, tendo como ano base 2009, desta forma $\log((wend/pessoa)/IPC)$ representa o logaritmo da produtividade real por trabalhador.

Estas variáveis podem ser influenciadas por algumas características específicas, quer dos trabalhadores, como das empresas. Por isso, foram criadas algumas variáveis representativas dessas características, que depois se ajustam ao modelo.

A literatura refere que a dimensão das empresas pode ser afetada aquando dos processos de liberalização. Seguindo o exposto em Álvarez e López (2008) modelos recentes de comércio que pressupõem empresas heterogéneas²⁵, preveem que a liberalização comercial leve à diminuição do número de empresas, e ao aumento da dimensão média das mesmas. Segundo este autor refere, o modelo de Bernard et al (2003) para além destas conclusões prevê também que a liberalização comercial aumente a produtividade média; e que se a diminuição do emprego for menor que a diminuição do número de empresas, então o emprego médio por empresa tende a aumentar. Por sua vez, resultados algo diferentes foram os encontrados por Álvarez e López (2008) e Head e Ries (1999). Os primeiros, através do método DiD e considerando vinte e oito indústrias pertencentes à indústria transformadora em cerca de quarenta e seis países, estudaram os efeitos do comércio nas empresas em termos de número, tamanho e margens de lucro. Estes concluíram que a liberalização comercial apenas aumenta o tamanho médio das empresas em indústrias que detenham vantagem comparativa. Os autores referem, ainda, o estudo de Head e Ries (1999) que concluíram que o tamanho médio das empresas não deve alterar como resultado de processos de liberalização comercial. Apesar dos efeitos na dimensão das empresas, dos processos de liberalização comercial, autores como Reis e Lisboa (93) referem que não existe ligação entre dimensão e desempenho das empresas.

Dada a relevância que o tamanho da empresa pode ter na análise empírica da presente dissertação, foi criada a variável *dimensão*. Esta é uma variável categórica, que se

²⁴Os valores do IPC considerados foram retirados do site de Eurostat (http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/ResultSerie.cfm), e transformados em preços constantes de 2009. Os seus valores constam no apêndice D, na Tabela 17D.

²⁵ Os modelos de comércio que pressupõem empresas heterogéneas e que foram estudados por Álvarez e López (2008) são: Melitz (2003), Bernard, et al (2003), Yeaple (2005), Bernard et al (2007), Melitz e Ottavino (2008) e Emami-Namini e López (2008)

encontra classificada segundo a nova classificação das empresas no Código de Trabalho⁸. Assim, empresas com menos de dez trabalhadores são microempresas; empresas entre dez e quarenta e nove trabalhadores são pequenas empresas; empresas entre cinquenta e duzentos e quarenta e nove trabalhadores são empresas médias; e empresas com mais de duzentos e cinquenta trabalhadores são grandes empresas. Um esquema dessa classificação é feito no Quadro. 1D, no apêndice D.

A variável *sub_região* é uma variável categórica que assume valores no intervalo de um a oito, representando cada um deles uma sub-região da região norte de Portugal. A sua codificação é feita com base nas NUTS III, e é apresentada, na Tabela. 18D, no apêndice D.

Uma outra característica considerada no estudo é a escolaridade dos trabalhadores. O sistema educativo português prevê diferentes níveis de escolaridade. Assim o 1º ciclo do ensino básico corresponde aos primeiros quatro anos de escolaridade dos indivíduos; seguindo-se o 2º ciclo (5º e 6º ano) e o 3º ciclo (7º, 8º, e 9ºano), sendo que os indivíduos que completem o ensino básico têm de ter completado 9 anos de escolaridade. O próximo nível é o ensino secundário (10º, 11º e 12º ano) e para o concluírem os indivíduos têm de ter completado 12 anos de escolaridade. Segue-se o ensino superior (facultativo). Neste existem três níveis: a licenciatura (1º ciclo) que maioritariamente com as reformas de Bolonha passam a ter a duração de três anos; o mestrado (2º ciclo) que maioritariamente decorre num período de dois anos; e por fim o doutoramento (3º ciclo) que se considera terem uma duração aproximada de três anos.

A literatura revista aponta para que os anos de escolaridade dos trabalhadores influenciem o emprego e a produtividade. Desta feita, foi criada a variável *educ* que representa para cada nível de habilitações, os anos de escolaridade dos indivíduos. Esta variável foi criada através da variável *Habil1* (habilitações escolares - 1 dígito), fornecida pela base de dados *Quadros de Pessoal*, e através dela foi possível criar um código que permitisse agrupar as habilitações escolares em diferentes níveis (coluna um do Quadro 3). Esses níveis foram transformados na variável categórica habilitações (coluna dois do Quadro 3), que depois foi transformada em anos de ensino dando origem à variável *educ* (coluna três do Quadro 3).

⁸http://www.gesbanha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=275:nova-classificacao-das-empresas-no-codigo-do-trabalho&catid=100:legislacao-laboral&Itemid=399

Quadro 3 - Níveis de escolaridade e anos de ensino

Nível de escolaridade	Habilitações	<i>educ</i> (anos de ensino)
< 1º ciclo ensino básico	0	3 anos
Ensino básico	1	9 anos
Ensino secundário	2	12 anos
Licenciatura (3 anos - Bolonha)	3	15 anos
Mestrado (2 anos)	4	17 anos
Doutoramento (3 anos)	5	20 anos
Ignorada	6	-

Fonte: Elaboração própria

A variável *agetrab* é contínua, foi criada a partir da variável *idade* no arquivo dos trabalhadores e representa a idade média dos trabalhadores na empresa. Assim, para obter a idade média dos trabalhadores por empresa, procedeu-se à soma das idades dos trabalhadores por empresa, dividindo-a pelo número de trabalhadores da empresa cuja idade não estava ignorada.

Por último, temos a variável *perc_homens* que representa o peso relativo dos homens no total de trabalhadores de cada empresa. Esta variável teve origem na variável *sexo* do arquivo dos trabalhadores, e foi obtida da divisão do número de trabalhadores homens pelo número de trabalhadores totais, em cada empresa.

Apresentada a metodologia empregue no estudo, bem como a fonte dos dados e as variáveis a serem estudadas, no capítulo seguinte, é feita a análise e discussão dos resultados decorrentes da aplicação da metodologia.

Capítulo VI - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentada a teoria, e o modelo empírico que dão suporte ao estudo. Cabe, ao presente capítulo, apresentar e discutir os resultados obtidos. Para tal, o capítulo, encontra-se subdividido em quatro partes. Na primeira parte, é analisada a comparabilidade entre as médias, com vista a testar a comparabilidade entre grupos; e na segunda parte é feita a análise às diferenças nas características. Numa terceira parte, são apresentados os resultados obtidos na análise *before and after* e DiD para o emprego, e para a produtividade; e por fim, na última secção, são discutidos os resultados, e apresentadas as limitações do estudo.

6.1 – Análise à comparabilidade de médias

A metodologia das diferenças, através das técnicas *before and after* e DiD, prevê que a comparação das médias das variáveis em estudo para dois grupos – um que recebe o *tratamento* (grupo de tratamento) e outro que não está sujeito ao mesmo (grupo de controlo), – entre dois períodos de tempo – antes (*before*) e após (*after*) o *tratamento* – revele o efeito do *tratamento* para o grupo de tratamento.

A comparabilidade entre os grupos de controlo e o grupo de tratamento, entre períodos torna-se, por isso, importante. Nesta secção, para cada período e com vista a aferir a comparabilidade entre grupos, é feita a análise às médias das variáveis dependentes, bem como às médias das características utilizadas no estudo. Para uma melhor visualização das médias das variáveis em estudo, consultar no apêndice E o Gráfico. 5E e 6E.

Quadro 4 - Médias das variáveis incluídas no estudo, e estatística t

Variável	Grupo de tratamento <i>treat</i>	Grupo de tratamento		Grupo de tratamento	
		Grupo de controlo 1 <i>Cont_3</i>	t^a	Grupo de controlo 2 <i>Cont_5</i>	t^b
1999					
<i>lpessoal</i>	2,12 (1,35)	2,45 (1,32)	9,42	1,88 (1,24)	-12,41
<i>lvR_perworker</i>	9,32 (1)	9,48 (0,89)	5,78	9,94 (0,91)	40,57
<i>perc_homens</i>	0,21 (0,28)	0,45 (0,28)	32,68	0,74 (0,28)	123,68
<i>age trab</i>	31,94 (6,54)	32,97 (6,51)	5,83	36,14 (7,96)	36,43
<i>dimensão</i>	1,52 (0,7)	1,68 (0,74)	5,46	1,4 (0,66)	-15,7
<i>educação</i>	9,08 (0,68)	8,87 (1,08)	-10,03	9,23 (0,98)	11,3
<i>sub-região</i>	3,2 (1,12)	5,17 (1,11)	67,41	4,3 (1,53)	46,92
2009					
<i>lpessoal</i>	2,02 (1,31)	2,32 (1,28)	7,96	1,68 (1,24)	-16,51
<i>lvR_perworker</i>	9,97 (1,01)	10,08 (0,88)	3,79	10,65 (0,88)	43,06
<i>perc_homens</i>	0,25 (0,31)	0,44 (0,3)	21,28	0,73 (0,3)	97,02
<i>age trab</i>	38,82 (6,49)	39,2 (5,87)	2,1	40,51 (7,65)	14,35
<i>dimensão</i>	1,49 (0,65)	1,62 (0,71)	6,94	1,32 (0,59)	-16,67
<i>educação</i>	9,33 (0,91)	9,19 (0,68)	-5,55	9,7 (1,26)	19,7
<i>sub-região</i>	3,15 (1,1)	5,1 (1,07)	62,06	4,32 (1,6)	44,99

^aTeste t à igualdade de médias entre o grupo de tratamento (*treat*) e o grupo de controlo (*cont_3*)

^bTeste t à igualdade de médias entre grupo de tratamento (*treat*) e o grupo de controlo (*cont_5*)

Nota: Entre parêntesis () encontram-se os valores do desvio-padrão

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoaal*

Da observação do Quadro 4, e tendo em atenção as variáveis dependentes em estudo, verifica-se que as médias têm vindo a diminuir para o logaritmo do emprego, em todos os grupos e períodos considerados. Estas médias são idênticas entre grupos, apesar de, comparativamente com o grupo de tratamento, o grupo de controlo 1 apresentar valores ligeiramente superiores, e o grupo de controlo 2 apresentar valores ligeiramente inferiores. Em relação às médias do logaritmo da produtividade real verifica-se, para todos os grupos, um ligeiro aumento nos períodos considerados. Observa-se, também, que os grupos de controlo apresentam valores ligeiramente superiores aos observados no grupo de tratamento.

Em relação às variáveis referentes a características das empresas verifica-se que as variáveis *perc_homens*, *educ* e *dimensão* se mantêm constantes ao longo dos tempos. No entanto, enquanto as médias da variável *perc_homens* entre grupos são distintas entre grupos; as médias das variáveis *educ* e *dimensão* são similares. Por sua vez, as médias para a variável *agetrab* aumentaram ligeiramente nos períodos em análise, e são idênticas entre grupos, embora ligeiramente superiores nos grupos de controlo. Por fim, a variável *sub_regiao* não apresenta variação nos valores das médias para cada grupo, nos períodos em análise.

De referir que dos testes estatísticos realizados à igualdade das médias entre grupos, dos quais o *t-student* é apresentado no Quadro 4, se verificou que se rejeita a hipótese nula de igualdade das médias. Por isso, pode afirmar-se que existem diferenças significativas, nas médias, entre os grupos.

6.2 – Análise às diferenças nas características

Através da equação (1) apresentada no capítulo V, foram analisadas as diferenças nas características, entre os períodos em análise. O resultado de interesse (y_{it}) neste caso, representa cada uma das características das empresas, individualmente. Os resultados para o período de 1999 e 2009 encontram-se sumariados na tabela abaixo.

Tabela 7 - Análise às diferenças nas características individuais, no período 1999-2009

		<i>agetrab</i>	<i>educ</i>	<i>perc_homens</i>	<i>dimensão</i>	<i>sub_região</i>
Grupo de tratamento (Empresas da indústria têxtil e de vestuário no norte - treat)	β	6,880*** (0,106)	0,247*** (0,014)	0,042*** (0,004)	-0,079*** (0,010)	-0,052*** (0,016)
Grupo de controlo 1 (Empresas da indústria do calçado no norte - cont_3)	β	6,234*** (0,201)	0,313*** (0,031)	-	-0,056*** (0,020)	-0,079** (0,032)
Grupo de controlo 2 (Amostra aleatória de 30% das empresas da indústria transformadora, que não pertencem à ITV- cont_5)	β	4,377*** (0,109)	0,465*** (0,016)	-0,012*** (0,004)	-0,077*** (0,008)	-

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *cluster* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Da análise da Tabela 7, para o período de 1999 e 2009, verifica-se que os coeficientes β das variáveis *agetrab*, *educ*, *dimensão*, e *sub_região* têm a mesma amplitude no grupo de tratamento e nos grupos de controlo, apesar de valores absolutos diferentes. Para além disso, através da análise, constata-se que para a variável *perc_homens* no grupo de controlo 1, e para a variável *sub_região* no grupo de controlo 2, não se rejeita a hipótese nula do modelo. O que significa que a regressão não é significativa, e não explica, por isso, a variação nas variáveis consideradas.

6.3 – *Before and After e Difference-in-differences*

As análises *before and after* e DiD ao logaritmo do emprego e ao logaritmo da produtividade real, apresentadas de seguida, seguem o modelo descrito no capítulo anterior. De notar que foram criados dois modelos distintos de ajuste às características.

A análise às diferenças das variáveis revelou que o modelo da variável *sub-região* para o grupo de controlo 2, e o modelo da variável *perc_homens* para o grupo de controlo 1 não eram significativos. Para além disso, a variável *sub_região* apenas está definida para as NUTS III do norte, e as médias da variável *perc_homens* são distintas das médias do grupo de tratamento. Assim, a variável *sub_região* e a variável *perc_homens* foram excluídas do modelo de ajuste às características do grupo de controlo 2, e do grupo de controlo 1, respetivamente.

Modelo I - $z_{it}^j = agetrab, educ, dimensão, perc_homens,$

Modelo II - $z_{it}^j = agetrab, educ, dimensão, sub_região.$

6.3.1 - Análise *before and after* e *difference-in-differences* ao logaritmo do emprego

O resultado da análise *before and after*, para o grupo de tratamento e para os grupos de controlo, em termos de logaritmo de emprego, é apresentada de seguida na Tabela 8.

Tabela 8 - Análise *before and after* ao logaritmo do emprego

	Modelo sem efeitos fixos			Modelo com efeitos fixos		
	Simples Eq. (1)	Ajustado às características Eq.(2)		Simples Eq. (3)	Ajustado às características Eq. (4)	
		I	II		I	II
Grupo de tratamento (Empresas da indústria têxtil e de vestuário no norte de Portugal - <i>treat</i>)	-0.095*** (0.019)	-0.007 (0.013)	0.001 (0.013)	-0.199*** (0.018)	0.012 (0.032)	0.032 (0.033)
Grupo de controlo 1 (empresa da indústria do calçado no norte - cont_3)	-0.129*** (0.037)	-	0.033 (0.025)	-0.129*** (0.037)	-	0.161** (0.066)
Grupo de controlo 2 (amostra aleatória de 30% das empresas da indústria transformadora, que não pertencem à ITV- cont_5)	-0.193*** (0.016)	-0.093*** (0.009)	-	-0.172*** (0.021)	-0.055* (0.029)	-

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *clusters* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Através da análise *before and after*, exposta na Tabela 8, verifica-se tanto no modelo simples sem efeitos fixos, como no modelo simples com efeitos fixos, uma tendência decrescente no logaritmo do emprego, em todos os grupos. Isto revela que o emprego está a diminuir. No entanto, analisando os resultados para os modelos com ajuste às características, o efeito é controverso e depende do grupo de controlo que se está a analisar. Assim, ajustando os modelos às características, verifica-se uma tendência de melhoria no emprego, para o grupo de controlo 1, e reforça-se a tendência decrescente para o grupo de controlo 2.

De seguida, são apresentados os resultados DiD para o emprego, e é feita a sua análise.

Tabela 9 - Análise *difference-in-differences* ao logaritmo do emprego

	Modelo sem efeitos fixos			Modelo com efeitos fixos		
	Simples Eq. (5)	Ajustado às características Eq. (6)		Simples Eq. (7)	Ajustado às características Eq. (8)	
		I	II		I	II
$\overline{y_{2009}^{treat}} - \overline{y_{1999}^{treat}} - (\overline{y_{2009}^{cont_3}} - \overline{y_{1999}^{cont_3}})$	0.033 (0.041)	-	-0.001 (0.023)	-0.076** (0.036)	-	-0.028 (0.026)
$\overline{y_{2009}^{treat}} - \overline{y_{1999}^{treat}} - (\overline{y_{2009}^{cont_5}} - \overline{y_{1999}^{cont_5}})$	0.098*** (0.025)	0.046*** (0.014)	-	-0.027 (0.027)	0.034 (0.021)	-

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *clusters* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Os resultados DiD para o logaritmo do emprego são controversos. O verdadeiro efeito causal do *tratamento* para o grupo de tratamento, apenas é estatisticamente significativo no modelo sem efeitos fixos, comparativamente com o grupo de controlo 2; e no modelo com efeitos fixos, comparativamente como grupo de controlo 1. Os efeitos daí decorrentes são opostos. Ou seja, no primeiro caso o efeito do *tratamento* sobre o emprego revela-se positivo, e no segundo caso revela-se negativo.

De forma a testar os resultados obtidos, foi implementado um teste de robustez sobre os resultados. Neste, foi replicada a análise feita ao logaritmo do emprego, mantendo o ano *before* 1999, e considerando como ano *after* 2006 (após o *tratamento*, e ano seguinte à liberalização comercial dos produtos têxteis e de vestuário, prevista no ATV). Os resultados obtidos são consistentes com os resultados para os anos de 1999 e 2009, não se podendo, por isso, retirar conclusões quanto ao efeito do *tratamento* sobre o emprego.

Em termos de emprego, e através das análises feitas, pode-se concluir que há uma tendência para a diminuição do emprego, no período em análise, em todos os grupos considerados. Esta deve estar relacionada com o ambiente macroeconómico sentido nas indústrias consideradas. Quando analisado o efeito causal do *tratamento* sobre o emprego, os efeitos são dúbios e dependem do grupo de controlo em questão.

6.3.2 - Análise *before and after e difference-in-differences* ao logaritmo da produtividade real

De seguida, é feita a análise ao logaritmo da produtividade real. Na Tabela 10, são apresentados os resultados da análise *before and after*.

Tabela 10 - Análise *before and after* ao logaritmo da produtividade real

	Modelo sem efeitos fixos			Modelo com efeitos fixos		
	Simples Eq. (1)	Ajustado às características Eq.(2)		Simples Eq. (3)	Ajustado às características Eq. (4)	
		I	II		I	II
Grupo de tratamento (Empresas da indústria têxtil e de vestuário no norte de Portugal - <i>treat</i>)	0.643*** (0.016)	0.439*** (0.019)	0.427*** (0.020)	0.559*** (0.020)	0.484*** (0.062)	0.464*** (0.065)
Grupo de controlo 1 (empresa da indústria do calçado no norte - cont_3)	0.598*** (0.029)	- -	0.484*** (0.041)	0.661*** (0.033)	- -	0.823*** (0.077)
Grupo de controlo 2 (amostra aleatória de 30% das empresas da indústria transformadora, que não pertencem à ITV- cont_5)	0.709*** (0.013)	0.635*** (0.013)	- -	0.648*** (0.022)	0.614*** (0.030)	- -

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *clusters* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Analisando os resultados *before and after* para o logaritmo da produtividade real, verifica-se que houve um aumento estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%, no período em análise, em todos os grupos, e independentemente do modelo utilizado. Estes resultados revelam um período produtivo expansivo nos sectores de atividade considerados. De seguida, são apresentados os resultados DiD para a produtividade

Tabela 11 - Análise *difference-in-differences* ao logaritmo da produtividade real

	Modelo sem efeitos fixos			Modelo com efeitos fixos		
	Simples Eq. (5)	Ajustado às características Eq.(6)		Simples Eq. (7)	Ajustado às características Eq. (8)	
		I	II		I	II
$\overline{y_{2009}^{treat}} - \overline{y_{1999}^{treat}} - (\overline{y_{2009}^{cont.3}} - \overline{y_{1999}^{cont.3}})$	0.045 (0.034)	-	0.051 (0.034)	-0.102*** (0.039)	-	-0.117*** (0.041)
$\overline{y_{2009}^{treat}} - \overline{y_{1999}^{treat}} - (\overline{y_{2009}^{cont.5}} - \overline{y_{1999}^{cont.5}})$	-0.067*** (0.021)	-0.083*** (0.019)	-	-0.089*** (0.029)	-0.115*** (0.031)	-

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *clusters* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Analisando agora os resultados DiD para o logaritmo da produtividade real, verifica-se que o *tratamento* no período em análise teve um efeito negativo sobre grupo de tratamento. Isto, uma vez que os resultados no DiD se revelam estatisticamente significativos ao nível de significância de 1%, e se apresentam negativos em todos os modelos e independentemente do resultado estar ajustado às características, ou não.

Como forma de obter, ou não, suporte a estes resultados foi também replicada a análise ao logaritmo da produtividade real para o período de 1999 e 2006. Os resultados obtidos, para esse período, são consistentes com os resultados obtidos para o período de 1999 e 2009 o que reforça a ideia de que o *tratamento* teve um efeito negativo sobre o grupo de tratamento.

Através da análise ao logaritmo da produtividade real, verifica-se que este aumentou no período em análise. No entanto, e apesar do período produtivo expansionista, o *tratamento* revelou ter um efeito negativo de cerca de 11%, sobre a produtividade real das empresas da ITV no norte de Portugal.

6.4 – Considerações finais

6.4.1 – Sobre os resultados obtidos

A revisão de literatura apresentada, nesta dissertação, aponta para que os processos de liberalização comercial contribuam para o aumento da produtividade; e para o aumento do emprego, sobretudo, no longo prazo. Quando este processo ocorre em termos de produtos têxteis e de vestuário, verifica-se uma tendência de aumento das exportações dos PVD, para os países desenvolvidos o que faz com que os primeiros beneficiem em relação aos segundos. A revisão de literatura aponta, também, para que os principais beneficiários das trocas comerciais, em termos de produtos têxteis e de vestuário, sejam países como a China e a Índia.

Quando considerada a entrada na OMC da China, potência mundial em termos de produtos têxteis e de vestuário, uma deterioração em termos de produção e emprego era esperada ocorrer nos países da América e da Europa. Assim sendo para Portugal, país desenvolvido pertencente à U.E, esperava-se que a entrada da China na OMC, e decorrente liberalização comercial dos seus produtos têxteis e de vestuário, leva-se a uma diminuição do crescimento do sector têxtil e de vestuário português, com efeitos negativos sobre o emprego e sobre a produtividade do sector no país.

Os resultados esperados através da revisão de literatura foram em parte confirmados. Assim, e contrariando o efeito expansionista da análise *before and after* sobre a produtividade para todos os grupos considerados no estudo, a análise DiD revelou que o *tratamento* teve um impacto negativo sobre a produtividade em cerca de 11%. Ou seja, a entrada da China na OMC, e conseqüente estabelecimento de uma salvaguarda especial sobre os produtos têxteis e de vestuário chineses, teve um impacto negativo significativo sobre a produtividade das empresas da ITV no norte de Portugal, no período de 1999 e 2009.

Se em termos de produtividade o efeito foi consistente e permitiu obter uma conclusão, o mesmo não se pode dizer em relação ao emprego. Apesar de este, na análise *before and after*, se revelar em queda em todos os grupos. A análise DiD, que permite isolar o impacto do *tratamento* de outros impactos macroeconómicos, não se revelou consistente, e o efeito sobre o emprego fica dependente do grupo de controlo considerado.

A escolha dos grupos de controlo, baseou-se na semelhança que as empresas apresentavam em relação às empresas do grupo de tratamento. Assim, o grupo de controlo 1 foi escolhido, para a análise, dada a importância dessa indústria na região norte. No entanto, dado o grande crescimento das empresas de calçado da região norte, este pode não ter sido o melhor grupo de controlo escolhido. O grupo de controlo 2, sendo uma amostra aleatória de cerca de 30% das empresas da indústria transformadora que não estiveram sujeitas ao *tratamento*, pela proximidade em termos de processo produtivo e de médias das variáveis, parece ser um bom grupo de controlo.

6.4.2- Sobre as limitações do estudo

O presente estudo teve como finalidade estudar os efeitos sobre o emprego e sobre a produtividade na ITV no norte de Portugal, decorrentes da entrada da China na OMC e consequente estabelecimento de uma salvaguarda especial sobre os produtos têxteis e de vestuário chineses. Pela metodologia empregue, a esta última designamos de *tratamento*. Esta dada a relevância da China em termos de produtos têxteis e de vestuário a nível mundial, foi sofrendo sucessivas prorrogações e por isso, encontra-se em vigor até 2013. Isto faz com que os resultados, aqui obtidos, sejam resultados preliminares do possível efeito global que o *tratamento* terá na ITV no norte de Portugal.

A utilização da metodologia das diferenças, através das técnicas *before and after* e DiD, tendo como vantagem uma interpretação simples dos seus resultados, tem como principal inconveniente, o facto de que os resultados não podem ser generalizados para outros conjuntos populacionais, que não os que estão a ser alvo de estudo. Desta forma, os resultados obtidos para a ITV, não podem ser generalizados para outras indústrias.

Para a análise dos efeitos do tratamento, os dados utilizados apenas fazem referência a dois pontos no tempo, não tendo sido utilizada informação entre os dois pontos no tempo. Seria útil usar mais dados entre os dois pontos no tempo

Os resultados obtidos, poderiam ainda ser melhorados, se fossem utilizados mais períodos de comparação (anos *before* e anos *after* o *tratamento*); se fossem incluídas mais características, tais como o nível de qualificações, e a experiência dos trabalhadores; e se os efeitos do *tratamento* fossem divididos em efeitos sobre a indústria têxtil e sobre a indústria de

vestuário. Estes sectores são distintos entre si e, por isso, o *tratamento* pode ter efeitos distintos em cada um deles. Assim, num futuro estudo seria interessante separar os efeitos do *tratamento* nestes sectores. Isolando os efeitos para os diferentes setores, bem como para diferentes períodos de tempo, para além de se conseguir obter informação mais detalhada, também permite testar mais hipóteses (Meyer, 1995) e refinar os resultados.

Capítulo VII – CONCLUSÃO

Os sectores têxteis e de vestuário português são responsáveis por empregar cerca de 7% da população portuguesa, e por cerca de 13% da produção da indústria transformadora. Estes sectores adquirem especial importância na região norte de Portugal, onde estão concentrados cerca de 80% das suas empresas, dos seus trabalhadores, e da sua produção.

A China é possuidora de uma grande quantidade de mão-de-obra e tem nos produtos trabalho-intensivo, como o são o sector têxtil e de vestuário, a sua fonte de vantagem comparativa. A adesão deste país à OMC, em 2001, trouxe preocupações adicionais para as economias domésticas, sobretudo, em termos de produtos têxteis e de vestuário. Isto levou ao estabelecimento de uma salvaguarda especial sobre produtos têxteis e de vestuário provenientes da China, com vista a proteger as economias domésticas da forte concorrência chinesa.

Este estudo teve como principal finalidade perceber qual o impacto que a entrada da China na OMC, e conseqüente liberalização comercial dos seus produtos têxteis e de vestuário, teve em termos de emprego e de produtividade, sobre o sector têxtil e de vestuário situado na região norte de Portugal.

Para prosseguir, com o estudo, foi utilizado o método dos experimentos naturais e quase naturais em economia. E através das técnicas *before and after* e DiD foi possível obter alguns resultados. De acordo com a teoria revista o efeito do *tratamento* sobre a produtividade real, das empresas da ITV portuguesa do norte, revelou-se negativo para qualquer que seja o grupo de controlo analisado. No entanto, os resultados em termos de emprego não foram conclusivos, pois os efeitos do *tratamento* revelaram-se com intensidades opostas nos diferentes grupos de controlo analisados.

A China é uma grande potência mundial, sobretudo ao nível dos produtos têxteis e de vestuário. A ITV portuguesa com vista a amenizar os efeitos negativos que, por ventura, a liberalização comercial decorrente da entrada da China na OMC provocou, ou possa vir a provocar nestes sectores de atividade, em Portugal, deve apostar na diferenciação dos seus produtos têxteis e de vestuário. Esta necessidade parece já ter sido sentida pelas empresas da ITV, e um plano estratégico a longo prazo foi criado. O cumprimento dos objetivos delineados

pelo mesmo deverá permitir que os efeitos menos positivos, que a entrada da China na OMC possa provocar, futuramente, à ITV portuguesa no norte de Portugal sejam amenizados.

Os resultados obtidos neste estudo podem ser futuramente melhorados alargando o período de análise para o após 2013 (ano que se prevê acabe a salvaguarda especial sobre produtos têxteis e de vestuário). Para além disso, a separação dos efeitos entre indústria têxtil e indústria de vestuário, também seria importante, uma vez que estas indústrias são distintas entre si, e a entrada da China na OMC pode ter efeitos diferentes sobre cada uma delas.

Capítulo VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adrianamanjara, S., Balistreri, E., Ross, M. (2004) "State-level equity and the demise of agreement on textiles and clothing", Paper presented in *GTAP Annual Conference*, No. 7
- Acemoglu, D. e Angrist, J. (2001) "Consequences of Employment Protection? The Case of the Americans with Disabilities Act", *Journal of Political Economy*, Vol. 109, pp. 915-957
- Agenor, P., e Aizenman, J. (1996) "Trade liberalization and unemployment" *Journal of International Trade and Economic Development*, Vol.5. No. 3, pp. 265-286
- Álvarez, R., e López, R. (2008) Trade Liberalization and Industry Dynamics: A Difference in Difference Approach", *Central bank of Chile*, Working paper, No. 470
- Amaral, D., (2008) *Efeitos do Fim do Acordo multifibras sobre a produção e o emprego dos sectores têxtil e de vestuário no Brasil*, Tese de Mestrado
- Angrist, J., e Pischke J. (2009) *Mostly Harmless Econometrics*, New York: Princeton University Press
- Appelbaum, R. (2004) "Assessing the impact of the phasing-out of the agreement on textiles and clothing on apparel exports on the least developed and developing countries", Santa Barbara: University of California
- Ashenfelter, O. (1978) "Estimating the Effect of Training Programs on Earnings", *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 60, No.1, pp. 47-57
- Ashenfelter, O., e Card, D. (1985) "Using the Longitudinal Structure of Earnings to Estimate the Effect of Training Programs", *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 67, pp. 648-660
- Au, F. e Wong, C. (2007) "Textile and clothing exports of developed & developing countries: An analysis under the restrictive trade regime" *Journal of the Textile Institute*, Vol.98, pp.471-478
- Avisse, R., & Fouquin, M. (2001). "Textiles and clothing: The end of discriminatory protection", *La Lettre du CEPP II*, No. 198
- Baggs, J. (2005) "Firm survival and exit in response to trade liberalization", *Canadian Journal of Economics*, Vol. 38, pp.1364–1383
- Balassa, B. (1982) *Development Strategies in Semi-Industrial Economies*, London: Oxford University Press
- Baldwin, J. e Gu, W. (2003) "Plant turnover and productivity in Canadian manufacturing", *Analytical Studies Branch Research Paper Series No. 193*, Statistics Canada Policy, Vol. 8, pp. 23–39
- Balgati, B. (1995) *Econometric Analysis of Panel Data*. New York: John Wiley & Sons, Ltd
- Beaulieu, E. (2000) "The Canada-U.S. Free Trade Agreement and labor market adjustment in Canada", *Canadian Journal of Economics*, Vol.33, pp.540–63
- Beaulieu, E. (2001) "North American integration and plant closures in Ontario", *Canadian Foreign*
- Bernard, A., Eaton, J., Jensen, J., e Kortum, S. (2003) "Plants and Productivity in International Trade", *American Economic Review*, Vol.93, No.4, pp.1268-1290
- Bernard, A, Redding, S., e Schott, P. (2007) "Comparative Advantage and Heterogeneous Firms" *Review of Economic Studies*, Vol. 74, No.1, pp.31-66
- Bernanke, B., Gertler, M., e Gilchrist S. (1996) "The financial accelerator and the flight to quality", *Review of Economics and Statistics*, Vol. 78, pp. 1–15
- Besley, T., e Burgess, R. (2004) "Can Labor Regulation Hinder Economic Performance? Evidence From India", *Quarterly Journal of Economics*, pp. 91-134

- Blundell, R., e Dias, M. (2009) "Alternative Approaches to Evaluation in Empirical Microeconomics", *Journal of Human Resources*, Vol. 44, pp. 565-640
- Card D. (1990) "The Impact of the Mariel Boatlift on the Miami Labor Market", *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 43, No. 2, pp.245-257
- Card, D., e Krueger, A. (1994) "Minimum Wages and Employment: A Case Study of the Fast-Food Industry in New Jersey and Pennsylvania", *The American Economic Review*, vol. 84, pp. 772-793
- Canit (2009), "Análise da Indústria Têxtil e Vestuário no Norte de Portugal e Galiza: Consolidação da Complementaridade do "Cluster Transfronteiriço na Euro região", *EuroClusTex*
- Choi, W., Powell, N., e Cassill, N. (2005) "New product development and its applications in textiles", *Journal of Textile and Apparel, Technology and Management*, Vol. 4, No. 4, pp. 1-28
- Cline, R. (1987) "The Future of World Trade in Textiles and Apparel", *Washington: Institute for International Economics*
- Collier, P. (1993) "Higgledy-piggledy liberalization", *The World Economy*, Vol.16, pp.503-512
- Conway, P., Connolly, R., Field, A., e Longman, D. (2003) "The North Carolina textile project: An initial report", *Journal of Textile and Apparel, Technology and Management*, Vol. 3, No. 3, pp.1-12
- Currie, J., e Harrison, A. (1997) "Sharing the costs: The impact of trade reform on capital and labor in Morocco", *Journal of Labor Economics*, Vol.15, No.3, pp.44-72
- Dadakas, D., e Katranidis, S. (2010) "The effects of Trade Liberalization in Textiles and Clothing on the Greek Market for Cotton Yarn: A Multi-Market Analysis", *Review of International Economics*, Vol. 18, No 1, pp 138-152
- Dollar, D., e Collier, P. (2001) *Globalization, growth and poverty: Building an inclusive world*. New York: Oxford University Press
- Driscoll, M. (2004) "Industry surveys: Apparel and footwear", *Standard and Poor's*, Vol. 173, No. 36, pp. 4-7
- Edwards, A., e Edwards, S. (1996) "Trade Liberalization and Unemployment: Policy issues and Evidence from Chile", *Cuadernos de Economía*, Año 33, No.99, pp.227-50
- Edwards, L., e Morris, M. (2006) "Undressing the numbers: The employment effect of import quotas on clothing and textiles", *Journal of Development Perspectives*, Vol. 2, No. 2, pp. 121-140
- Fernandes, A. (2007) "Trade Policy, Trade Volumes and Plant Level Productivity in Colombian Manufacturing Industries", *Journal of International Economics*, Vol.71, No.1, pp.52-71
- Ferreira, P. e Rossi, J. (2003) "New evidence from Brazil on trade liberalization and productivity growth", *International Economic Review*, Vol.44, pp.1383-1405
- Francois, J., Glismann, H., e Spinanger, D. (2000) "The Cost of EU Trade Protection in Textiles and Clothing", *Kiel Institute for World Economics*
- Francois, J., & Spinanger, D. (2001) "From rags to riches but then what? Hong Kong's Textile and Clothing Industry vs. the ATC and China's WTO accession", *Fourth annual conference on global economic analysis*, Purdue University: Indiana
- Francois, J., e Spinanger, D. (2004) "Liberalizing Quotas on Textiles and Clothing: Has the ATC Actually Worked?", Paper presented in *Seventh Conference annual of Global Economic Analyses*, Washington DC
- Fouquin, M., Morand P., Avisse R., Minvielle G., e Dumont P. (2002) "Mondialisation et régionalisation: le cas du textile et de l'habillement", *CEPII*, Document de travail No. 2002-2008

- Gaston, N., e Trefler, D. (1994) "The role of international trade and trade policy in the labour markets of Canada and the United States", *World Economy*, Vol.17, pp. 45–63
- Gaston, N., e Trefler, D. (1997) "The labor market consequences of the Canada-U.S. Free Trade Agreement", *Canadian Journal of Economics*, Vol.30, pp.18–41
- Ghose, A. (2000) "Trade liberalization and manufacturing employment", *International labour office Geneva*, No. 3
- Giavazzi, F., e Tabellini, G. (2005) "Economic and political liberalizations", *Journal of Monetary Economics*, Vol. 52, pp. 1297-1330
- Giermanski, J., e Lodge, P. (2002) "An analysis of NAFTA and textile closings in North Carolina", *Journal of Textile and Apparel, Technology and Management*, Vol. 2, No.3, pp. 1–5
- Greenaway, D. (1993) "Liberalizing foreign trade through rose-tinted glasses", *Economic Journal*, Vol.103, pp. 208-223.
- Gu, W., Sawchuk, G., e Whewell. (2003) "The effect of tariff reductions on firm size and firm turnover in Canadian manufacturing", *Analytical Studies Branch Economic Analysis*, No.014
- Harisson, G., Rutherford, T., e Tarr, D. (1995) "Quantifying the Uruguay Round", *In: The Uruguay Round and Developing countries*, Marin e Winters (ed.), Discussion Papers, No. 307, World Bank
- Hammouda, H., Oulmane, N., e Sadni- Jallab, M. (2006), "The impact f the multifiber agreement phase out on trade in North African countries: a prospective analysis", Paper presented in *Annual conference on global economic analysis*, No 9~
- Head K. e Ries, J. (1999) 'Rationalization Effects of Tariff Reductions," *Journal of International Economics*, Vol. 47 No.2, pp. 295-320
- Heckman, J., e Hotz, V. (1989) 'Choosing Among Alternative Nonexperimental Methods for Estimating the Impact of Social Programs: The Case of Manpower Training", *Journal of the American Statistical Association*, Vol. 84, pp. 862-880
- Heckman, J., Ichimura, H., Smith, J., e Todd, P. (1998): "*Characterizing Selection Bias Using Experimental Data*", *Econometrica*, Vol.66, pp.1017-1098
- Heckman, J., e Robb, R. (1986) *Alternative Methods for Solving the Problem of Selection Bias in Evaluating the Impact of Treatments on Outcomes*, In H. Wainer (ed.), *Drawing Inferences from Self-Selected Samples*, pp. 63-113
- Heisz, A., e LaRochelle-Côté, S. (2004) "Corporate financial leverage in Canadian manufacturing: consequences for employment and inventories", *Canadian Journal of Administrative Sciences*, Vol. 21, pp.111–128
- Hertel, T., Martin, W., Yanagishima, K., e Dimaranan, B. (1995), "Liberalizing manufactures in a changing world economy", Washington: World bank
- Ianchovichina, E. e Martin, W. (2001) "Implications of China's Accession to the World Trade Organisation for China and the WTO", *World Economy*, Vol. 24, pp. 1205-1219.
- Ianchovichina, E., e Walmsley, T. (2003) "Impact of China's WTO Accession on East Asia", *World Bank Policy Research*, Working paper, No.1309
- Imbens, G., e Wooldridge, J. (2009) "Recent Developments in the Econometrics of Program Evaluation", *Journal of Economic Literature*, Vol. 47, pp.5-86
- Kearney, N. (2003a) "Disaster looms for Textiles and Clothing Trade After 2005", General Secretary, ITGLWF (International Textile, Garment, and Leatherworkers' Federation), Press Release

- Kearney, N. (2003b) "Trade in Textiles and Clothing After 2005", General Secretary, ITGLWF (International Textile, Garment, and Leatherworkers' Federation), presentation to the EU Directorate General on Trade, Conference on "The Future of Textiles and Clothing Trade After 2005", Brussels (May 5-6)
- Kirmani, R. (1994) "*The Uruguay Round and Beyond. Vol II. Background Papers*", *Ir.* International Monetary Fund (ed.), *Economic Implications of the Uruguay Round*, (pp. 1-30), Washington D C
- Krishna, P., e Mitra, D. (1998) "Trade Liberalization, Market Discipline and Productivity Growth: New Evidence from India", *Journal of Development Economics*, Vol. 56, No.2, pp.447-462
- Krueger, O. (1982) *Trade and Employment in Developing Countries*, Chicago, IL: University of Chicago Press
- Krueger, O. (1983) *Alternative Trade Strategies and Employment*, Chicago, IL: Chicago Press for the National Bureau of Economic Research
- Lança, I. (2000), *A indústria portuguesa. Especialização, internacionalização e competitividade*. Oeiras: Celta Editora
- LaRoche-Côté, S. (2007) "Tariff reduction and employment in Canadian manufacturing", *Canadian Journal of Economics*, Vol. 40, No.3, pp 843-860
- Lecher, M. (2011) "*The estimation of causal effects by Difference-in-differences Methods*", University of St. Gallen, Discussion paper, No. 2010-28
- Lee, E. (2005) "Trade liberalization and Employment", *Economic and Social Affairs, Working paper n°5*
- Leontief, W. (1953) "Domestic Production and Foreign Trade: The American Capital Position Reexamined", *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 97, pp.331-9
- Lester, R. (1946) 'Shortcomings of marginal analysis for the wage-employment problems", *American Economic Review*, Vol. 36, pp. 63-82
- Levinsohn, J. (1999) "Employment responses to international liberalization in Chile" *Journal of International Economics*, Vol. 47, pp. 321-344.
- Lips, M., Tabeau, A., Tongeren, F., Ahmed, N., Herok, C. (2003) "Textile and wearing apparel sector liberalization: consequences for the Bangladesh economy", Paper presented in *Conference on Global Economic*, No 6
- Lopez-Cordova, E., e Mesquita, M. (2003) "*Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico*", Working Paper, No 14
- Macdonald, S., Pan, S., Somwaru, A., e Tuan, F. (2010) "China's role in world cotton and textile markets: a joint computable general equilibrium/partial equilibrium approach", *Applied Economics*, Vol. 42, pp. 875–885.
- Marouani, M. (2005) "The impact of the multifibre agreement phase-out on unemployment in Tunisia: a prospective dynamic analysis", *Centre for Globalization and Europeanization of the Economy*, Universität Göttingen
- Martin, W., Manole, V., Mensbrugge, D. (2004) "Dealing with diversity: analyzing the consequences of textile quota abolition", paper presented in *Annual Conference on Global Economic Analysis, Washington*
- Mehar, A. (2007) "World textile in free trade regime", *Journal of the Textile Institute*, Vol. 98, pp. 177-188
- Melitz, M. (2003) "The impact of trade on intra-industry reallocations and aggregate industry productivity", *Econometrica*, Vol. 71, pp.1695–725
- Melitz, M., e Ottaviano, G. (2008) "Market Size, Trade, and Productivity", *Review of Economic Studies*, Vol.75, No.1, pp.295-316

- Meyer, B. (1995) "Natural and Quasi-Experiments in Economics", *Journal of Business & Economic Statistics*, Vol. 13, No. 2, pp. 151-161
- Meyer, B., Viscusi, W., e Durbin, D. (1995) "Workers Compensation and Injury Duration: Evidence from a Natural Experiment", *American Economic Review*, Vol. 85, No. 3, pp. 322-340
- Milner, C., e Wright, P. (1998) "Modeling Labor Market Adjustment to Trade Liberalization in an Industrializing Economy", *The Economic Journal*, Vol.108, pp.509-28
- Monteiro, N. (2001) "Liberalization, Privatization and Labour Market: Evidence for the Portuguese Economy", *mimeo*, University of Warwick
- Moreira M. e Najberg, S. (2000) "Trade liberalization in Brazil: Creating or exporting jobs?", *Journal of Development Studies*, Vol.36, No.3, pp.78-99
- Muendler, M. (2002) "Trade, Technology and Productivity: A Study of Brazilian Manufacturers, 1986-1998", *University of California*, mimeo
- Naudé, W., e Rossouw, R. (2008) "South African quotas on textile imports from China: a policy error?", *Journal of Policy Modeling*, Vol.30, pp 737-750
- Nguyen, T., Perroni, C., e Wagle, R. (1993) "An evaluation of the draft final Act of the Uruguay Round", *Economic Journal*, Vol. 103, pp. 1540–1549
- Nordas, H. (2004) "The Global Textile and Clothing Industry post the Agreement on Textiles and Clothing", *World Trade Organization*, Discussion paper, No.5
- Obenauer, M., e Von der Nienburg, B. (1915) "Effect of Minimum-Wage Determinations in Oregon", *Bulletin of the U.S. Bureau of Labor Statistics*, No. 176
- Pacvnick, N. (2002) "Trade Liberalization, Exit and Productivity Improvements: Evidence form Chilean Plants", *Review of Economic Studies*, Vol.69, No.1, pp.245-276
- Papageorgiu, D., Michaely, M. e Choski M. (eds.) (1991) *Liberalizing Foreign Trade: Lessons of Experience in the Developing World*, Cambridge, MA: Basil Blackwell
- Pellufo, A. (2011) "Trade Liberalization, Productivity, Employment and wages:Evidence from Uruguay", Uruguay: Universidad de la República, Working paper
- Pereira, L., e Filho, T. (2005) "O Acesso da China à OMC: Implicação para os interesses brasileiros", Brasília: *Estudos Confederação Nacional da Indústria*, No. 5
- Pinheiro, C., Lange, E., Gomes, P., Costa, T. (2010) " *Inovação e Desenvolvimento no sector Têxtil e Vestuário*", Guimarães: I Edição Revista GeoPlanUM, pp. 29-36
- Ravenga, A. (1994)" Employment and wage effects of trade liberalization: The case of Mexican manufacturing", *World Bank*, Washington, DC.
- Rattso, J., e Torvik, R. (1998) "Zimbabwean trade liberalization: Ex post evaluation", *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 22, pp.325-346
- Revenga, A. (1997) "Employment and Wage effects of Trade Liberalization: The case of Mexican Manufacturing", *Journal of Labor Economics*, Vol.15, No.3, pp.20-43
- Rivera, S., Agama, L., e Dean, J. (2003) "Africa beyond 2005: understanding the impact of eliminating NTB's and tariffs on textiles and clothing", Washington: U. S. International Trade Commission, in Annual Conference on Global Economic Analysis
- Rolo, A. (2007) " *A competitividade da China na União Europeia a 15: O desempenho após a adesão à OMC*", Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto superior de Economia e Gestão
- Rose, A. (1952) " *Needed Research on the Mediation of Labour Disputes*", *Personal Psychology*, Vol.5, pp.187-200
- Rosenbaum, P. (2001) "Stability in the Absence of Treatment", *Journal of the American Statistical Association*, Vol. 96, pp. 210-219

- Sandrey, R., e Jensen, H. (2007) "Revisiting the South African–China trading relationship", Stellenbosch, Working paper, No. 6
- Shafaeddin, S. (2002) "The Impact of China's Accession to WTO on the Exports of Developing Countries", *UNCTAD*, Discussion Paper, No. 160
- Seyom, B. (2007) "Trade liberalization and patterns of strategic adjustment in the US textiles and clothing industry", *International Business Review*, Vol. 16, pp. 109-135
- Simon, J. (1966) "*The Price Elasticity of Liquor in the U.S. and a Simple Method of Determination*", *Econometrica*, Vol.34, pp.193-205
- Slaughter, M. (2001) "Trade liberalization and per capita income convergence: a difference-in-difference analysis", *Journal of International Economics*, Vol. 55, pp. 203-228
- Snow, J. (1855) *On the Mode of Communication of Cholera*, London
- Tan, J. (2005) *The Liberalization of Trade in Textiles and Clothing: China's impact on the ASEAN economies*. PhD thesis. Stanford: University of Stanford, USA
- Trefler, D. (2004) "The long and short of the Canada-U.S. Free Trade Agreement", *American Economic Review*, Vol. 94, pp. 870–95
- Trela, I., e Whalley, J. (1988) "Do developing countries lose from the MFA?", *National Bureau of Economic Research*, Working Paper, No.2618
- Trela, I. e Whalley, J. (1990) "Global Effects of Developed Country Trade Restrictions on Textiles and Apparel," *Economic Journal*, Vol.100, pp- 1190–205
- Tybout, J., Melo, J., e Corbo, V. (1991) "The Effects of Trade Reform on Scale and Technical Efficiency, new Evidence from Chile ", *Journal of International Economics*, Vol.3, No. 3 e 4, pp.231-250
- USITC (1999) *Assessment of the Economic Effects on the United States of China's Accession to the WTO, Impact on the United States from Eliminating Quotas on Textiles and Apparel Relative to China's WTO Accession*, (pp. 3-16), Publicação No. 3229
- Vasconcelos, E. (2006) "*Análise da Indústria Têxtil e de Vestuário*", *Estudo EditValue*, No.2
- Wang, S. (2000a) "The Social and Political Implications of China's WTO Membership", *Journal of Contemporary China*, Vol. 9, pp. 373-405.
- Wang, Z. (2000b) "The Impact of China's WTO Entry on the World Labour-intensive Export Market: A Recursive Dynamic CGE Analysis", *World Economy*, Vol.22, pp. 379-405
- Wang, Z. (2002) "The impact of China's WTO accession on patterns of world trade", *Journal of Policy Modeling*, Vol.25, pp. 1-41
- Wood, A. (1994) *North-South Trade Employment and Inequality*. Oxford: Oxford University Press
- Yang, Y. (1994) "The impact of MFA phasing out on world clothing and textile markets", *Journal of Development Studies*, Vol. 30, No.3, pp. 892–915
- Yang, Y., e Mlachila, M. (2004) "The end of textile quotas: a case study of the impact on Bangladesh", Washington, IMF Working paper
- Yeaple, S. (2005) "A Simple Model of Firm Heterogeneity, International Trade, and Wages", *Journal of International Economics*, Vol. 65, No.1, pp.1-20
- Yeung, G. e Mok, V. (2004) "Does WTO accession matter for the Chinese textile and clothing industry?", *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 28, pp.937-954
- Zhao, S., Wong, K. (2003) "The impact of China's WTO accession on Hong Kong textiles, clothing and its supporting industries", *Asia Pacific Business Review*, Vol. 9, pp. 61 - 84

Netografia:

- AEA. American Economic Association. *Journal of Economic Literature (JEL) – Classification system*. Obtido através da internet: http://www.aeaweb.org/jel/jel_class_system.php#B (acedido em 10/2012)

- ATP. Associação Têxtil e Vestuário Portuguesa. “*A Indústria têxtil e Vestuário Portuguesa*”, Apresentação *Power-Point*, Obtido através da internet: http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2010/01/ITV-Portuguesa_-12-04-2010.pdf, (acedido em 02/2012)
- ATP. Associação Têxtil e Vestuário Portuguesa. “*Caracterização do sector*”, Obtido através da internet: <http://www.atp.pt/gca/?id=3>, (acedido em 01/2012)
- Bessa, D., Vaz, P., Pereira, E., e Mota, J., (2009), “Cluster Moda têxtil Plano de Ação para a competitividade da ITV portuguesa 2010/2015”, Obtido através da internet: <http://www.atp.pt/fotos/editor2/Plano%20de%20Acao.pdf>, (acedido em 11/ 2011)
- CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário. Obtido através da internet: <http://www.citeve.pt/>, (acedido 03/2012)
- EUROSTAT. Gabinete de Estatísticas da Comissão Europeia. Obtido através da internet: http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/SelectSerie.cfm, (acedido em 01/2012)
- INE. Instituto Nacional de Estatísticas. Obtido através da internet: www.ine.pt, (acedido em 03/2012)
- OMC. Organização Mundial do Comércio. Obtido através da internet: OMC - <http://www.wto.org/>, (acedido 12/2011)
- OMC (2009).Organização Mundial do Comércio. “*International Trade Statistics: 2009*”, Obtido através da internet: http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2009_e/its2009_e.pdf, (acedido em 01/2012)
- Vaz, P. (2011), “*O Sector Têxtil e Vestuário português e o seu enquadramento na Economia Global. Actualização da Análise da Evolução e Tendências. Desempenho Internacional do Sector*”, Obtido através da internet: <http://www.atp.pt/fotos/editor2/Ficheiros%202011/apresentacao%20pv.pdf>, (acedido em 12/ 2011)

Capítulo IX – APÊNDICES

Apêndice A

Revisão de literatura

Tabela. 1A- A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho

2.1 A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho			
Autor (es)	País e ano(s) analisado	Dados e metodologia	Efeito da liberalização no emprego
Revenga (1997)	México, 1984 -1990	<i>Plant-level annual manufacturing survey.</i>	(-) Declínio no emprego de 2 - 3%, mas não é significativo
Levinsohn (1999)	Chile, 1979-1986	INE do Chile (dados sobre as empresas com pelo menos 10 trabalhadores- recolhidas através dos censos); Abordagem de Davis e Haltiwanger (1990) ^a	(-) Queda no emprego na indústria transformadora em 8%.
Rattso e Torvik (1998)	Zimbabué, 1990-1994	— Equilíbrio geral computacional	(-) Diminuição do emprego e do produto.
Milner e Wright (1998)	Ilhas Maurícias, 1968-1991	O conjunto de dados utilizados no estudo foram recolhidos utilizando uma diversidade de fontes com vista à construção de uma base de dados integrada de estatística comerciais, mercado de trabalho e indústrias; Técnicas de painel dinâmicas	(- /+) Impacto negativo no muito curto prazo e um impacto positivo no longo prazo

^a Davis, S.. e Haltiwanger, J.. (1990) "Gross job creation and destruction: Microeconomic evidence and macroeconomic implications". NBER Macroeconomics Annual V, pp. 123–168

Tabela. 1A A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho

Autor (es)	País e ano(s) analisado	Dados e metodologia	Efeito da liberalização no emprego
Curri e Harrison (1997)	Marrocos, 1984-1990	<p><i>Moroccan censos of manufacturing</i> (inclui empresas com pelo menos 10 trabalhadores ou com um lucro de vendas superior a U.S.\$11 000).</p> <p>Modelo de Equilíbrio Geral</p>	<p>(-)</p> <p>21% na diminuição das tarifas leva, nas indústrias afetadas, a uma queda no emprego em 3.5%. E uma diminuição em 24% das tarifas, nos sectores exportadores, levam a uma queda de 6% no emprego.</p>
Larochelle - Côté (2007)	Canadá, 1988-1994	<p>Base de dados fornecida por Keith Head, compilada como em Head e Ries (1999)²⁷ e complementada pela base de dados estatísticas do Canadá T2LEAP;</p> <p>Modelo de efeito Fixo</p>	<p>(-)</p> <p>Efeito negativo maior em empresas menos produtivas</p>
Gaston e Trefler (1997)	Canadá, 1988-1993	<p>EUA: Publications Bureau of Labor Statistics;</p> <p>Canadá: CANSIM, base de dados estatística do Canadá;</p> <p>Fórmula de equilíbrio geral de mercado.</p>	<p>(-)</p> <p>Eliminação das tarifas é responsável por 9-14% das perdas de emprego.</p>

²⁷ Head, Keith, and John Ries (1999) "Rationalization effects of tariff reductions", *Journal of International Economics*, Vol 47, pp. 295–320

Tabela. 1A - A liberalização comercial e os seus efeitos no mercado de trabalho

Autor (es)	País e ano(s) analisado	Dados e metodologia	Efeito da liberalização no emprego
Beaulieu (2000),	Canadá, 1983-1996	Estatísticas do Canadá: CANSIM e Catálogo no 31-203; Fórmula de equilíbrio geral de mercado	(-/0) Efeito negativo nos trabalhadores na produção, mas pequeno ou nulo nos trabalhadores fora da produção.
Trefler (2004)	Canadá, 1988-1993	<i>Canadian Annual Survey of Manufactures</i> (ASM), <i>Canadian Labour Force Survey</i> , <i>Statistics Canada International trade division</i> ; Difference-in-differences	(-) As perdas associadas com o Acordo de Livre Comércio, provocou uma perda de 12% no grupo de indústrias que competem em importações, e uma perda de 5% para as fábricas como um todo.
Moreira e Najberg (2000)	Brasil, 1990-1997	Contas Nacionais do Brasil; Estudo FCT e método de contabilização das contas.	(-/ +) Efeito negativo no curto-prazo, mas ultrapassado pelos efeitos positivos no longo-prazo.
Ghose (2000)	Norte (países da Ásia e da América Latina) e Sul (países da América do Norte e Europa Ocidental), 1980-1997	UNIDO e UNIDO base de dados das estatísticas industriais Modelo H-O-S	(+) A liberalização comercial tem impactos positivos - perdas de trabalhadores nos países desenvolvidos são pequenas e os ganhos no emprego nos PVD são substanciais

Legenda:

+	Positivo	-	Negativo	0	Nulo
---	----------	---	----------	---	------

Fonte: Elaboração própria

Tabela. 2A- A liberalização comercial na indústria têxtil e de vestuário

2.4. Liberalização comercial na indústria têxtil e de vestuário						
Autore(s)	Países/Regiões analisadas	Metodologia	Impactos			
			Bem-estar	Preços	Emprego	Produção
Nguyen, Perroni, e Wigle (1993),	9 setores de atividade agrupados em 10 países	Modelo de equilíbrio geral estático	(+)	—	—	—
Trela e Whalley (1988),	EUA, Canadá, Comunidade Económica Europeia e 34 PVD (fornecedores de produtos têxteis e de vestuário)	Modelo de equilíbrio geral	(+)	(-)	—	—
Yang (1994)	Oito grupos de países	Modelo de equilíbrio parcial	(+)	—	—	—
Francois, Mcdonald, e Nordstrom (1994)	Nove países	Modelo de equilíbrio geral	(+)	—	—	—
Hammouda, Oulmane e Sadni- Jallab (2006)	Países africanos – Economias de Magreb	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	—	(-)	(-)
Trela e Whalley (1990)	EUA, Canadá, <i>EC</i> e trinta e quatro PVD fornecedores de produtos têxteis e de vestuário	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	—	—	—
Harrison, Rutherford e Tarr (1997)	Países industrializados e PVD ²⁸	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	—	—	—
Francois, Glissman e Spinanger (2000)	União Europeia	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	(-)	—	—
Avisse e Fouquin (2001)	Países industrializados e PVD	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	—	—	—
Appelbaum (2004)	Países industrializados e PVD	Modelo <i>EGC</i>	(+)	(-)	(+)	(-)
Giermanski e Lodge (2002)	Carolina do Norte	Estudo qualitativo	—	—	(-)	—
Conway et al (2003)	Carolina do Norte	Estudo qualitativo	—	—	(-)	—
Yang e Mlachila (2004)	Bangladesh	Modelo <i>GTAP</i>	—	—	(-)	—
Lips et al (2003)	Bangladesh	Modelo <i>GTAP</i>	—	—	(-)	—
Martin, Malone e Mensbrugge (2004)	Paquistão	Modelo de equilíbrio geral	—	—	(-)	(-)
Marouani (2005)	Tunísia	Modelo <i>EGC</i> dinâmico	—	—	(-)	(-)
Dadakas e Katranis (2010)	Grécia	Modelo de equilíbrio parcial	(+)	(-)	—	(0)
Rivera, Agama e Dean (2003)	Regiões de África: SACU, África do Meridional e África Subariana	Modelo <i>GTAP</i>	(+)	(-)	—	—
Adrianamanjara, Balisteri e Ross (2004)	Países da América do Norte	Modelo <i>IMPLAN</i>	(+)	(-)	(-)	(-)
Amaral (2008)	Brasil	Modelo <i>GTAP</i>	—	—	(+)	(+)

Legenda:

+	Positivo	-	Negativo	0	Nulo
---	----------	---	----------	---	------

Fonte: Elaboração própria

²⁸ Austrália, Nova Zelândia, Canadá, EUA, Japão, Coreia do Sul, EU a 12, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, China, Hong Kong, *Taiwan*, Argentina, Brasil, México, Resto da América Latina, África Subariana, Médio Oriente e África do Norte, Europa Ocidental e União Soviética, Ásia do Sul, outros países europeus (EFTA, Suíça, Turquia)

Apêndice B

A indústria têxtil e de vestuário e a entrada da China na OMC

Tabela. 3B- Líderes mundiais nas exportações dos produtos têxteis e de vestuário

Líderes Mundiais							
Exportações							
Têxteis				Vestuário			
	Quota de mercado exp/imp		% Anual variação 2000-2009		Quota de mercado exp/imp		2000-2009
	2000	2009			2000	2009	
União Europeia (27)	36,0	29,5	1	China a)	18,3	34,0	13
.exportações extra- U.E. (27)	9,9	8,9	2	União Europeia (27)	28,5	30,7	6
China a)	10,3	28,3	16	.exportações extra-U.E. (27)	6,6	6,9	6
Hong Kong, China	-	-	-3	Hong Kong, China	-	-	-1
.exportações domésticas	0,7	0,1	-15	.exportações domésticas	5,0	0,2	-27
.re-exportações	-	-	-3	.re-exportações	-	-	5
Estados Unidos	7,0	4,7	-1	Túrcia	3,3	3,7	7
República da Coreia	8,1	4,3	-4	Índia	3,0	3,6	8
Índia	3,5	4,3	6	Bangladesh b)	2,6	3,4	9
Taipei, Chinesa	7,6	3,7	-4	Vietname b)	0,9	2,7	19
Turquia	2,3	3,7	9	Indonésia	2,4	1,9	3
Paquistão	2,9	3,1	4	Estados Unidos	4,4	1,3	-8
Japão	4,5	2,9	-2	México a)	4,4	1,3	-8
Emirados Árabes Unidos b) c)	2,5	2,3	2	Tailândia	1,9	1,2	0
Indonésia	2,2	1,5	-1	Paquistão	1,1	1,1	5
Tailândia	1,2	1,4	5	Malásia a)	1,1	1,0	4
Vietname b)	0,2	0,9	22	Tunísia	1,1	1,0	4
Canadá	1,4	0,8	-3	Marrocos a)	1,2	1,0	3
Somatório dos 15	90,4	91,6	-	Somatório dos 15	79,2	88,0	-

a) Inclui transferências significativas através de zonas de processamento;

b) Inclui estimativas do Secretariado;

c) Principalmente reexportações;

Fonte: Elaboração própria segundo dados da OMC

Tabela. 4B- Líderes mundiais nas importações dos produtos têxteis e de vestuário

<i>Importações</i>							
<i>Têxteis</i>				<i>Vestuário</i>			
	Quota de mercado exp/imp		% Anual de variação		Quota de mercado exp/imp		% Anual de variação
	2000	2009	2000-2009		2000	2009	2000-2009
União Europeia (27)	34,6	29,7	2	União Europeia (27)	41,0	48,5	8
. importações extra- U.E. (27)	9,8	10,2	4	. importações extra- U.E. (27)	19,8	25,8	9
Estados Unidos	9,6	8,6	2	Estados Unidos	33,1	21,8	1
China a) c)	7,7	6,7	2	Japão	9,7	7,7	3
Hong Kong, China	-	-	-3	Hong Kong, China	-	-	0
. importações retidas	0,9	0,1	-17	. importações retidas
Japão	3,0	3,0	4	Canadá d)	1,8	2,3	8
Vietname b)	0,8	2,7	18	Federação Russa b) d)	1,3	2,2	12
Túrcia	1,3	2,1	9	Suíça	1,6	1,6	6
México a) d)	3,5	1,9	-4	Austrália d)	0,9	1,2	9
Canadá d)	2,5	1,6	-2	República da Coreia	0,6	1,0	11
República da Coreia	2,0	1,6	1	Arábia Saudita b)	0,4	0,9	16
Federação Russa b) d)	0,8	1,6	12	Emirados Árabes Unidos	0,4	0,8	13
Indonésia	0,8	1,3	9	Noruega	0,6	0,7	6
Brasil d)	0,6	1,2	11	Turquia	0,1	0,7	26
Emirados Árabes Unidos	1,2	1,0	1	México a) d)	1,8	0,6	-6
Arábia Saudita b)	0,6	1,0	9	China a	0,6	0,6	5
Somatório dos 15	69,9	64,0	-	Somatório dos 15 e)	94,1	90,7	-

a) Inclui transferências significativas através de zonas de processamento;

b) Inclui estimativas do Secretariado;

c) Em 2009, a China registou importações de têxteis da China no valor de \$2.9 bilhões;

d) Importações estão avaliadas a f. o. b.;

e) Exclui importações de Hong Kong.

Fonte: Elaboração própria segundo dados da OMC

Apêndice C

A Indústria Têxtil e de Vestuário Portuguesa

Tabela. 5C- Código da Atividade Económica da Indústria Têxtil e de Vestuário, segundo a Rev. 2.1 e a Rev. 3

Rev. 2.1				Rev. 3				Designação
Secção D				Secção C				
Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	
17	-	-	-	13	-	-	-	FABRICAÇÃO DE TÊXTEIS
17	171	-	-	13	131	1310	-	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS
17	171	1711	17110	13	131	1310	13101	Preparação e fiação de fibras do tipo algodão
17	171	1712	17120	13	131	1310	13102	Preparação e fiação de fibras do tipo lã cardada
17	171	1713	17130	13	131	1310	13102	Preparação e fiação de fibras do tipo lã penteada
17	171	1714	17140	13	131	1310	13105	Preparação e fiação de fibras de tipo linho
17	171	1715	17150	13	131	1310	13103	Preparação e fiação da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais
17	171	1716	17160	13	131	1310	13104	Fabricação de linhas de costura
17	171	1717	17170	13	131	1310	13105	Preparação e fiação de outras fibras têxteis
17	172	-	-	13	132	1320	-	TECELAGEM DE TÊXTEIS
17	172	1721	17210	13	132	1320	13201	Tecelagem de fio do tipo algodão
17	172	1722	17220	13	132	1320	13202	Tecelagem de fio do tipo lã cardada
17	172	1723	17230	13	132	1320	13202	Tecelagem de fio do tipo lã penteada
17	172	1724	17240	13	132	1320	13203	Tecelagem de fio do tipo seda
17	172	1725	17250	13	132	1320	13203	Tecelagem de fio de outros têxteis
17	173	1730	-	13	133	1330	-	ACABAMENTO DE TÊXTEIS
17	173	1730	17301	13	133	1330	13301	Branqueamento e tingimento
17	173	1730	17302	13	133	1330	13302	Estampagem
17	173	1730	17303	13	133	1330	13303	Acabamento de fios e tecidos, n.e.
17	174	1740	17400	13	139	1392	13920	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
17	175	-	-	13	-	-	-	OUTRAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS
17	175	1751	17510	13	139	1393	13930	Fabricação de tapetes e carpetes
17	175	1752	-	13	139	1394	-	Fabricação de cordoaria e redes
17	175	1752	17521	13	139	1394	13941	Fabricação de cordoaria
17	175	1752	17522	13	139	1394	13942	Fabricação de redes
17	175	1753	17530	13	139	1395	13950	Fabricação de não tecidos e respetivos artigos, exceto vestuário
17	175	1754	-	13	139	-	-	Outras indústrias têxteis, n.e.
17	175	1754	17541	13	139	1396	13961	Fabricação de passamanarias e sirgarias
17	175	1754	17542	13	139	1399	13991	Fabricação de bordados
17	175	1754	17543	13	139	1399	13992	Fabricação de rendas
17	175	1754	17544	13	-	-	13692 e 13993	Outras indústrias têxteis diversas, n.e.
17	176	1760	17600	13	139	1391	13910	FABRICAÇÃO DE TECIDOS DE MALHA
17	177	-	-	13	-	-	-	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MALHA
17	177	1771	17710	14	-	-	14190 e 14310	Fabricação de meias e artigos similares de malha
17	177	1772	17720	14	143	1439	14390	Fabricação de pullovers, casacos e artigos similares de malha
18	-	-	-	14	-	-	-	INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO. PREPARAÇÃO, TINGIMENTO E FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PELES COM PÊLO

Tabela.5C- Código da Atividade Económica da Indústria Têxtil e de Vestuário, segundo a Rev. 2.1 e a Rev. 3

Rev. 2.1				Rev. 3				Designação
Secção D				Secção C				
Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	
18	181	1810	18100	14	141	1410	14110	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO EM COURO
18	182	-	-	14	141	-	-	CONFECÇÃO DE OUTROS ARTIGOS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIO
18	182	1821	18210	14	141	1412	14120	Confeção de vestuário de trabalho e de uniformes
18	182	1822	-	14	141	1413	-	Confeção de outro vestuário exterior
18	182	1822	18221	14	141	1413	14131 e 14133	Confeção de outro vestuário exterior em série
18	182	1822	18222	14	141	1413	14132	Confeção de outro vestuário exterior por medida
18	182	1823	18230	14	141	1414	14140	Confeção de vestuário interior
18	182	1824	18240	14	141	1419	14190	Confeção de outros artigos e acessórios de vestuário, n.e.
18	183	1830	-	-	-	-	-	PREPARAÇÃO, TINGIMENTO E FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PELES COM PÊLO
18	183	1830	18301	13	-	-	13203 e 13901	Curtimenta e acabamento de peles com pêlo
18	183	1830	18302	14	142	1420	14200	Fabricação de artigos de peles com pêlo

Fonte: Elaboração própria segundo dados do INE²⁹

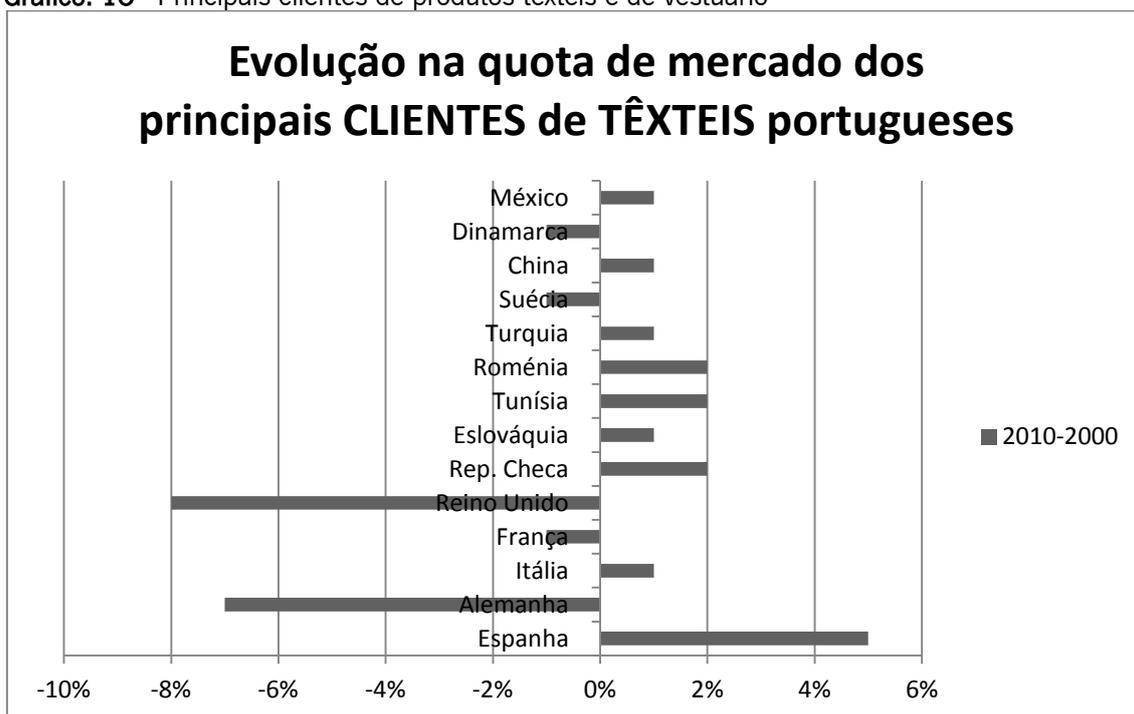
²⁹ <http://webinq.ine.pt/public/files/ConsultaRev.aspx?Id=564>

Tabela. 6C - Principais clientes de produtos têxteis e de vestuário

Principais Clientes									
Produtos Têxteis					Vestuário				
	2000		2010			2000		2010	
	Milhões €	Quota	Milhões €	Quota		Milhões €	Quota	Milhões €	Quota
Espanha	134,7	14%	182,7	19%	Espanha	483	16%	806,7	36%
Alemanha	180,3	18%	104,6	11%	França	511,8	17%	349,3	16%
Itália	75,9	8%	85,5	9%	Alemanha	542	18%	252,1	11%
França	86,2	9%	76,6	8%	Reino Unido	473,3	16%	207,6	9%
Reino Unido	127	13%	42,5	5%	Itália	123,1	4%	112,6	5%
EUA	34,8	4%	33,5	4%	Holanda	183,4	6%	82	4%
Holanda	28,8	3%	31,8	3%	Bélgica	83,9	3%	55	2%
Bélgica	29,7	3%	28,6	3%	Suécia	118,1	4%	53,8	2%
Rep. Checa	12,1	1%	27,5	3%	Áustria	51,1	2%	38,9	2%
Marrocos	21,8	2%	21,3	2%	Dinamarca	109,7	4%	35,6	2%
Tunísia	3,9	0%	20,4	2%	Suíça	90	3%	28,4	1%
Roménia	2,5	0%	18,3	2%	Angola	5,6	0%	25,3	1%
Canadá	14,7	2%	18,3	2%	EUA	78,9	3%	23,1	1%
Turquia	12,4	1%	14,8	2%	Tunísia	0,7	0%	19,2	1%
Suécia	33	3%	14,8	2%	Roménia	0,5	0%	17,4	1%
China	1,9	0%	13,7	1%	Irlanda	31,4	1%	15,1	1%
Dinamarca	18,4	2%	10,5	1%	Finlândia	34,4	1%	14,2	1%
México	3,6	0%	10,2	1%	Noruega	42,1	1%	12,7	1%
Polónia	10,1	1%	9,8	1%	Grécia	8,6	0%	8,4	0%
Eslováquia	0,8	0%	9,2	1%	Brasil	6,5	0%	7,3	0%
TOTAL	976,2	100%	938,2	100%	TOTAL	3042,3	100%	2221,5	100%

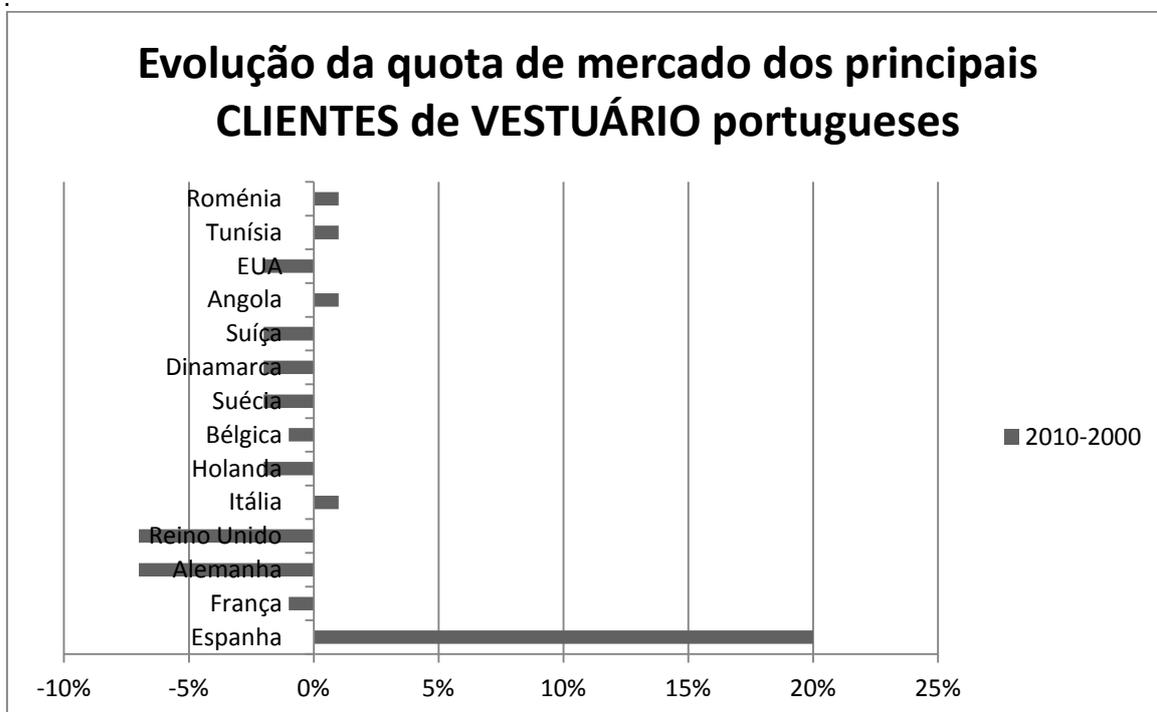
Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Gráfico. 1C - Principais clientes de produtos têxteis e de vestuário



Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Gráfico. 2C - Evolução da quota de mercado dos principais clientes de produtos de vestuário



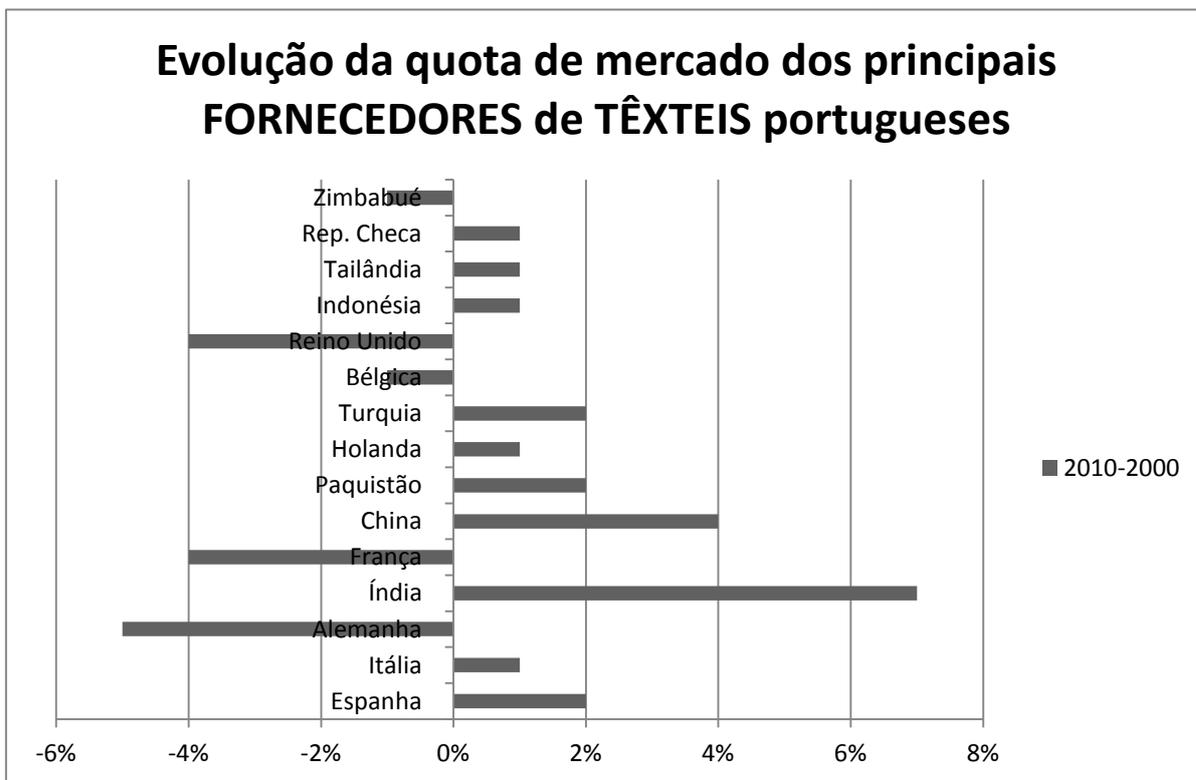
Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Tabela. 7C - Principais fornecedores de produtos têxteis e de vestuário

Principais Fornecedores									
Produtos Têxteis					Vestuário				
	Milhões €	Quota	Milhões €	Quota		Milhões €	Quota	Milhões €	Quota
	2000		2010			2000		2010	
Espanha	346,8	16%	241,4	18%	Espanha	389,1	40%	913,2	53%
Itália	327,7	15%	218,6	16%	Itália	168,1	17%	200,8	12%
Alemanha	324	15%	139,2	10%	França	195,3	20%	172,7	10%
Índia	50,1	2%	128,5	9%	China	11,8	1%	122,2	7%
França	207,1	9%	69,1	5%	Alemanha	72,1	7%	96,9	6%
China	23	1%	67,2	5%	Bélgica	25,5	3%	42	2%
Paquistão	76,6	3%	65,1	5%	Holanda	23,3	2%	33,6	2%
Holanda	61,7	3%	57,5	4%	Índia	2,9	0%	21,3	1%
Turquia	52,5	2%	47,5	4%	Marrocos	1	0%	18,7	1%
Bélgica	93,8	4%	46,7	3%	Reino Unido	29,6	3%	17,3	1%
Reino Unido	153,9	7%	39,7	3%	Bangladesh	5,7	1%	16,8	1%
Egito	14,4	1%	19,9	1%	Irlanda	0,2	0%	16,88	1%
Áustria	26	1%	19,8	1%	Brasil	3,4	0%	5,6	0%
Indonésia	5	0%	18,4	1%	Turquia	2	0%	5,2	0%
Uzbequistão	27,1	1%	15,4	1%	Suécia	1,5	0%	5,2	0%
Tailândia	4,9	0%	9,7	1%	Paquistão	1,3	0%	3,4	0%
Coreia do Sul	17,8	1%	8,3	1%	Dinamarca	2	0%	3	0%
Chade	26,4	1%	7,2	1%	Rep. Checa	0,8	0%	2,7	0%
Rep. Checa	9,3	0%	7	1%	Cabo Verde	2,2	0%	2,4	0%
Zimbabué	20,4	1%	6,6	0%	Áustria	12,5	1%	1,8	0%
TOTAL	2201	100%	1353	100%	TOTAL	980,9	100%	1716,1	100%

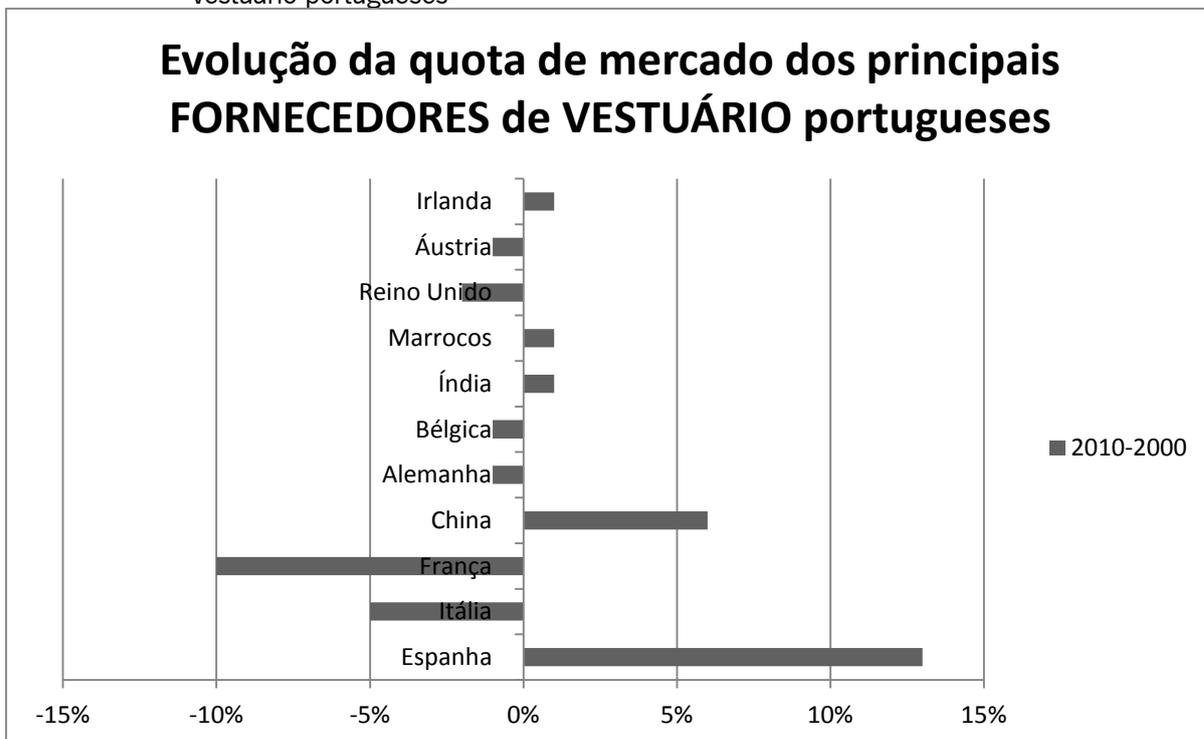
Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Gráfico. 3C - Evolução da quota de mercado dos principais fornecedores de produtos têxteis portugueses



Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Gráfico. 4C - Evolução da quota de mercado dos principais fornecedores de produtos de vestuário portugueses



Fonte: Elaboração própria segundo dados da ATP

Tabela. 8C - Empresas da ITV na região norte, por NUTS III

NUTS III	1999		2009		2009-1999	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Minho Lima	260	3,31	168	2,79	-92	-0,52
Cávado	1816	23,09	1495	24,85	-321	1,76
Ave	3315	42,15	2720	45,21	-595	3,06
Grande Porto	1315	16,72	733	12,18	-582	-4,54
Tâmega	952	12,1	748	12,43	-204	0,33
Entre Douro e Vouga	173	2,2	137	2,28	-36	0,08
Douro	14	0,18	7	0,12	-7	-0,06
Alto Trás-os-Montes	20	0,25	8	0,13	-12	-0,12

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 9C – Empresas da ITV, por dimensão da empresa

Dimensão ^a	ITV					
	1999		2009		2009-1999	
	Nº	%	Nº	%	Nº	(%)
Micro	5387	57,43	4195	60,53	-1192	3.1
Pequenas	2779	29,63	2160	31,17	-619	1.54
Médias	922	9,83	535	7,72	-387	-2.11
Grandes	292	3,11	40	0,58	-252	-2.53

^a De acordo com o número de trabalhadores

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 10C - Trabalhadores da ITV na região norte, por NUTS III

	1999		2009		2009 -1999	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Minho Lima	4439	2,47	3338	2,9	-1101	0,43
Cávado	31184	17,35	22411	19,47	-8773	2,12
Ave	80521	44,8	53834	46,77	-26687	1,97
Grande Porto	35497	19,75	12846	11,16	-22652	-8,59
Tâmega	24192	13,46	19625	17,05	-4567	3,59
Entre Douro e Vouga	3415	1,9	2970	2,58	-445	0,68
Douro	341	0,19	12	0,01	-330	-0,18
Alto Trás-os-Montes	144	0,08	69	0,06	-75	-0,02

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 11C - Caracterização dos trabalhadores da ITV, em termos de idade, educação e sexo

Variável	1999		2009	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
Idade	33	7,27	39,6	6,91
Educação (anos de escolaridade)	9,1	0,7	9,37	0,98
Sexo (% de homens)	21	0,28	25	0,31

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 12C – Produtividade real da ITV na região norte, por NUTS III

	1999		2009		2009-1999	
	Milhões de euros	%	Milhões de euros	%	Milhões de euros	%
Minho Lima	3,1	2,06	3,6	1,52	0,6	-0,54
Cávado	32,8	22,12	55,3	23,28	22,5	1,16
Ave	67,5	45,48	110,5	46,51	43,1	1,03
Grande Porto	30,6	20,62	34,8	14,65	4,2	-5,97
Tâmega	10,7	7,2	28,0	11,78	17,3	4,58
Entre Douro e Vouga	3,5	2,33	5,2	2,17	1,7	-0,16
Douro	0,1	0,09	0,1	0,04	0,0	-0,05
Alto Trás-os-Montes	0,2	0,1	0,1	0,05	-0,1	-0,05

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 13C - Produtividade real da ITV, por dimensão da empresa

Dimensão	1999		2009		2009-1999	
	Milhões de euros	%	Milhões de euros	%	Milhões de euros	%
Micro	100,3	55,8	179,2	64,9	78,9	9,1
Pequena	51,0	28,39	69,5	25,2	18,4	-3,19
Média	22,4	12,48	24,6	9	2,2	-3,48
Grande	6,0	3,33	2,5	0,9	-3,5	-2,43

Fonte: Elaboração própria segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

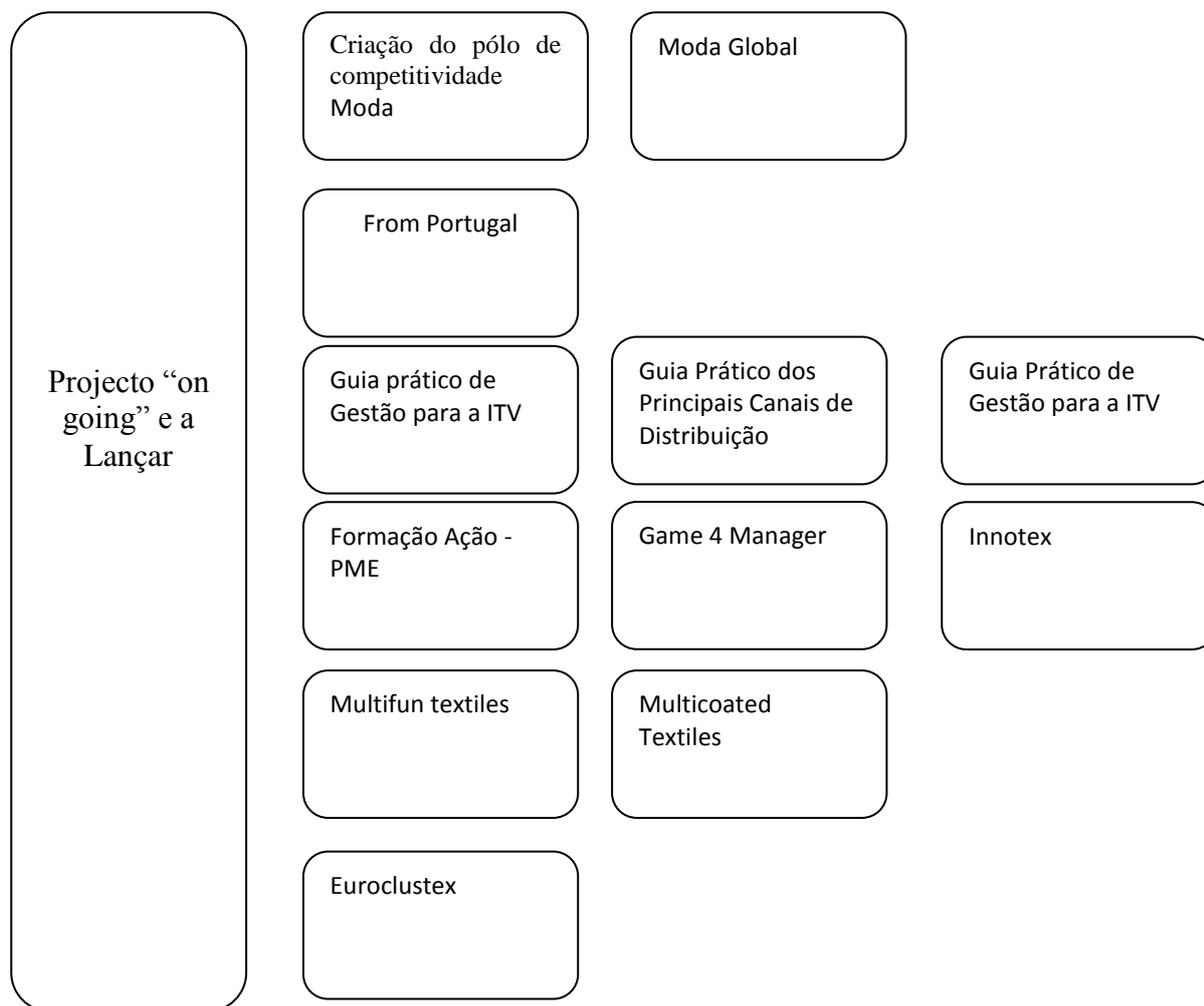
Tabela. 14C - Eixos prioritários da ITV para 2013

Eixos prioritários
Eixo 1: <i>Qualificação e capital humano. Empreendedorismo</i>
<p>Tem como objetivos principais o aumento do nível de qualificação, e atrair para o sector profissionais mais jovens, mais ativos e melhor preparados. Para isso foram definidas como Ações Estratégicas: a Promoção interna; a Formação técnica e de base; a Formação de quadros e o Empreendedorismo de suporte.</p>
Eixo 2: <i>Internacionalização</i>
<p>Tem como principais objetivos: o reforço da capacidade das empresas serem vendedoras internacionais de soluções ao cliente; o aumento do número de parcerias internacionais; a diminuição das dependências de agentes de compras; o alargamento da área de influência da ITV nacional; o crescimento internacional a montante, para áreas de fabricação de matérias-primas de alta qualidade, alto valor acrescentado e inovação, e a jusante, para empresas de “<i>private label</i>” sofisticado; o reforço da criação e desenvolvimento de marcas e dos movimentos das existentes para se internacionalizarem; o reforço das empresas e marcas de moda nacionais e a promoção de investimentos estrangeiros no sector. Para o alcance destes objetivos foram definidas duas Ações Estratégicas que passam pela Promoção internacional e pelos Contactos internacionais.</p>
Eixo 3: <i>Competitividade e Produtividade</i>
<p>Este eixo tem como principal objetivo diminuir o <i>gap</i> em termos de produtividade e competitividade que Portugal apresenta, ainda, em relação aos seus concorrentes europeus; para tal é importante reforçar a gestão empresarial, através da profissionalização da sua gestão e da chegada de uma geração mais bem preparada tecnicamente para a liderança das organizações; desenvolver os mecanismos fundamentais de gestão; reforçar o dinamismo empresarial; abrir o sector ao mercado global; e diminuir o peso do Estado na ITV. Com vista a alcançar estes objetivos foram agendadas Ações estratégicas que passam pela Cooperação Intersectorial; pelas Estruturas financeiras e pela Integração da cadeia de valor.</p>

Tabela. 14C - Eixos prioritários da ITV para 2013

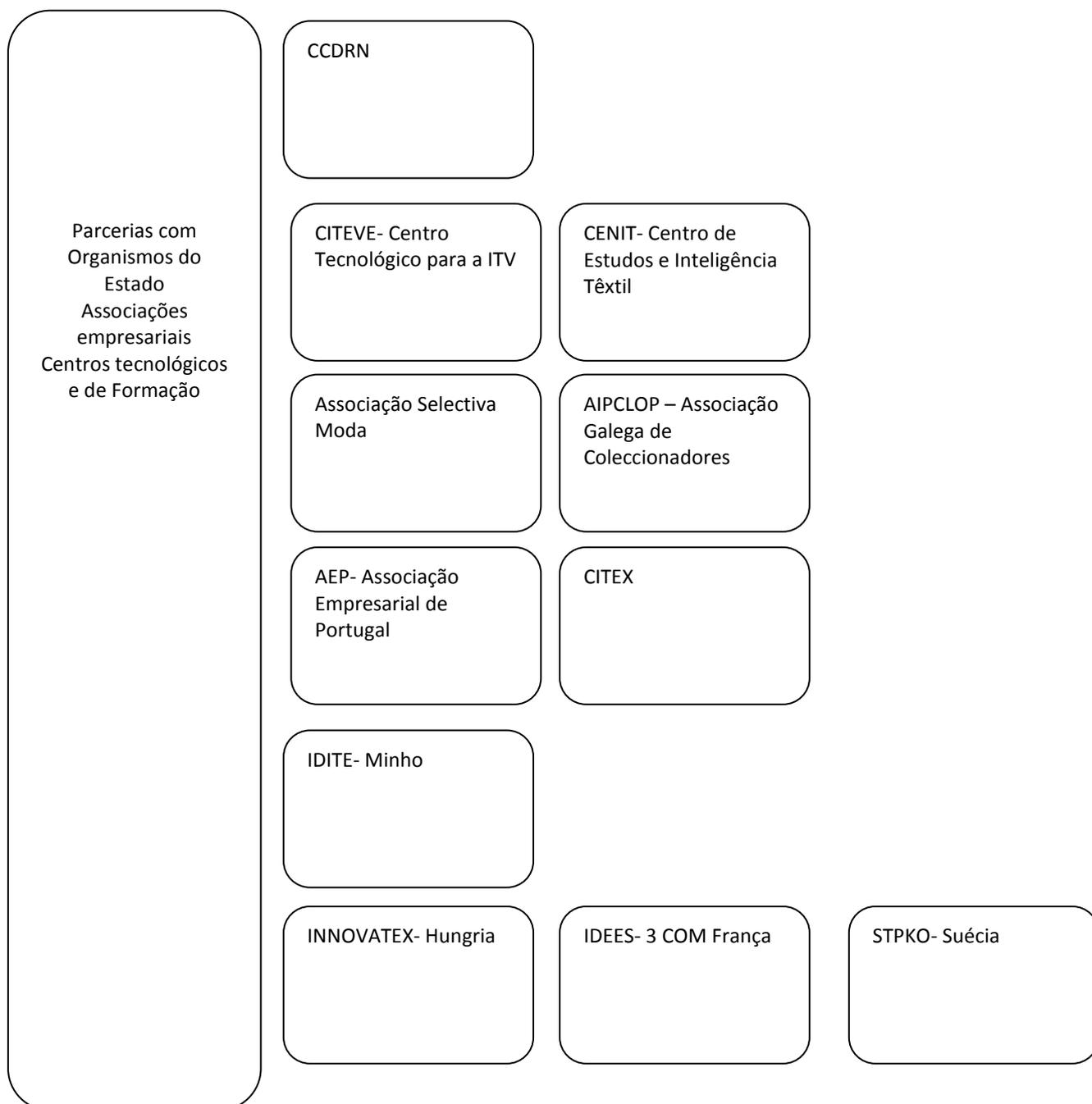
<p>Eixo 4: <i>Inovação (tecnológica e não tecnológica). Diversificação e diferenciação.</i> <i>Responsabilidade social</i></p>
<p>Este eixo tem como finalidade: o reforço da investigação aplicada, do <i>design</i>, do serviço incorporado e da diferenciação face à concorrência; a diversificação dos têxteis tradicionais para têxteis técnicos e funcionais, em interação com outros “<i>clusters</i>”; o reforço do apoio ao sector dos centros de competências, e a sua promoção e desenvolvimento, através da implementação dos projetos que a ATP e o CITEVE apresentaram no âmbito do pólo Competitividade moda; o reforço dos apoios à inovação tecnológica, no produto, nos processos e no modelo de negócios; a transformação de têxteis técnicos em têxteis funcionais; o reforço de apoios à transformação do “<i>status quo</i>” empresarial. Para tal as Ações estratégicas passam pela Intensificação do nível tecnológico e pelas Estratégias de nicho.</p>
<p>Eixo 5: <i>Ganhar dimensão. Cooperação e concentração. Cluster inter-regional (com a Galiza)</i></p>
<p>Os objetivos deste eixo passam, essencialmente, pela dimensão através da cooperação e concentração. Assim pretende-se agir ao nível comportamental junto dos principais atores da ITV; promover fusões, aquisições e a concentração das empresas; promover a cooperação entre organizações que passa pela criação de redes; alargar as vias de concentração e cooperação à área internacional. Com essa finalidade foi criada como Ação estratégica o <i>Megacluster</i> têxtil</p>

Figura. 1C - Ações e projetos “on going” e a lançar/parcerias



Fonte: Associação têxtil portuguesa

Figura. 2C – Plano de Ação para a competitividade da ITV portuguesa 2010/2015



Fonte: Associação têxtil portuguesa

Apêndice D

Dados e Metodologia

Tabela. 15D - Descrição da base de dados - *Quadros de Pessoal*

Variáveis			Unidades de Observação
Nome	Unidade de medida	Explicação/Observações	
Ano			Trabalhadores Empresas Estabelecimentos
Identificação da empresa			
Identificação do estabelecimento			Trabalhadores Estabelecimentos
Localização	<i>Distrito</i>	Portugal (continente e ilhas) dividido em 20 áreas geográficas	
	<i>Concelho</i>	Portugal (continente e ilhas) dividido em 305 áreas geográficas	
Indústria	6-dígitos classificação portuguesa da atividade económica (5-dígitos depois de 1994)	Atividade principal – cujo rendimento das vendas é maior ou é aquele que envolve mais trabalhadores.	Empresas Estabelecimentos
Emprego		Número total de empregados e empregadores que estão no ativo atualmente.	
Capital Social			
Tipo e gestão	Privada	% de capital privado	
	Pública	% de capital público	
	Estrangeira	% de capital estrangeiro	
Vendas totais	€(euros) / 1000	Vendas brutas anuais	
Definições legais	Empresa pública	Esta categoria foi alargada em 1989 para poder albergar mais categorias.	Empresas
	Sociedade unipessoal		
	Parceria		
	Parceria limitada		
	Sociedade anónima		
	Cooperativa		
Ano da criação		Apenas disponível a partir de 1994	
Identificação dos trabalhadores		da Segurança Social	
Género	Masculino / feminino		

Tabela. 15D- Descrição da base de dados - *Quadros de Pessoal*

Variáveis			Unidades de Observação
Nome	Unidade de medida	Explicação/Observações	
Data de nascimento		Mês e Ano	Trabalhadores
Data de admissão			
Data da promoção			
Situação profissional	Trabalhador Independente Assalariado Não remunerado – membro familiar Membro ativo de uma cooperativa		
Ocupação	5-dígitos: Classificação portuguesa das ocupações		
Escolaridade	Anos de escolaridade completos		
Qualificações	Gestores de topo e profissionais Outros gestores e profissionais Capatazes e supervisores Pessoal altamente qualificado Pessoal qualificado Pessoal semi - qualificado Pessoal não qualificado Aprendizes	Definido de acordo com o decreto-lei 121/78. Que não descreve os requisitos para cada ano de nível de qualificação.	
Salário base	€ (euros) / mês	Pagamento em dinheiro associado a cada tipo de trabalho	
Ocupação –subsídios indexados	€ (euros) / mês		
Outros subsídios regulares	€ (euros) / mês	Subsídios pagos, tais como: almoço, transporte, hospedagem, crianças ou prémios de produtividade.	
Subsídios irregulares	€ (euros) / mês	Quantia paga em Março relativa ao natal, férias ou outros subsídios irregulares.	
Pagamento de horas extras	€ (euros) / mês		
Horas normais	Horas/ mês	Como definido no acordo coletivo ou na regulamentação da empresa.	

Tabela. 15D- Descrição da base de dados - *Quadros de Pessoal*

Variáveis			Unidades de Observação
Nome	Unidade de medida	Explicação/Observações	
Horas extras	Horas/ mês		
Estatuto do emprego	Tempo inteiro/ parcial		
Mecanismo de negociação salarial (MWB)	Negociação coletiva de contrato	Quando uma ou várias associações de empregadores e uma ou várias uniões subscrevem um acordo.	
	Acordo de negociação coletiva	Quando vários empregadores (não organizados formalmente numa organização) e uma ou várias uniões subscrevem um acordo.	
	Acordo na empresa	Quando um empregador e uma ou várias uniões subscrevem um acordo.	
	Regime mandatário	Decisões do governo impostas aos trabalhadores e empregadores.	
Data efectiva do MWB			

Fonte: Elaboração própria, segundo Monteiro (2001)

Tabela. 16D - Variáveis da base de dados *Quadros de Pessoal*, utilizadas no estudo

Variáveis das empresas	
ano	Ano de referência dos dados
idemp	Número da empresa
ldemp	Concelho da empresa
n2emp	Região Nuts II da empresa (Nomenclatura das unidades territoriais 2002- nível 1)
n3emp	Região Nuts II da empresa (Nomenclatura das unidades territoriais 2002- nível 1)
pemp	Pessoal da empresa
caemp	Atividade Económica da Empresa (CAE_Rev 2-5 dígitos)
wend	Volume de vendas (euros)
caem5r3	Atividade Económica da Empresa (CAE_Rev 3-5 dígitos)
Variáveis dos trabalhadores	
ano	Ano de referência dos dados
idemp	Número da empresa
idtrab	Número do trabalhador
sexo	Sexo
habil1	Habilitações escolares (1 dígito)
idade	Idade

Fonte: Elaboração própria

Tabela. 17D - Índice de Preços do consumidor a preços constantes de 2009

Deflator de preço do produto interno bruto a preço de mercado (PVG ³⁰)												
País	Unidade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Portugal	(Moeda nacional: 2000 = 100)	125,97	124,83	122,89	119,50	116,27	113,41	110,67	107,44	103,57		96,850
		33	51	11	95	58	25	65	76	37	100	93
IPC	(Moeda nacional: 2009 = 100)	1	0,9909	0,9755	0,9486	0,9230	0,9002	0,8785	0,8529	0,8221	0,7938	0,7688
			653	329	895	198	901	712	399	878	193	214

Fonte: Elaboração própria, segundo dados do Eurostat³¹

Quadro. 1D - Tipo de empresa, segundo número de trabalhadores

Dimensão	Nº de trabalhadores (pessoal)	Tipo de empresa
1	<10	Microempresa
2	10-49	Pequena
3	50-249	Média
4	>250	Grande

Fonte: Elaboração própria segundo Código do trabalho, Lei nº7/2009, artº100

³⁰ PVGD - Price deflator gross domestic product at market prices.

³¹ http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/ResultSerie.cfm

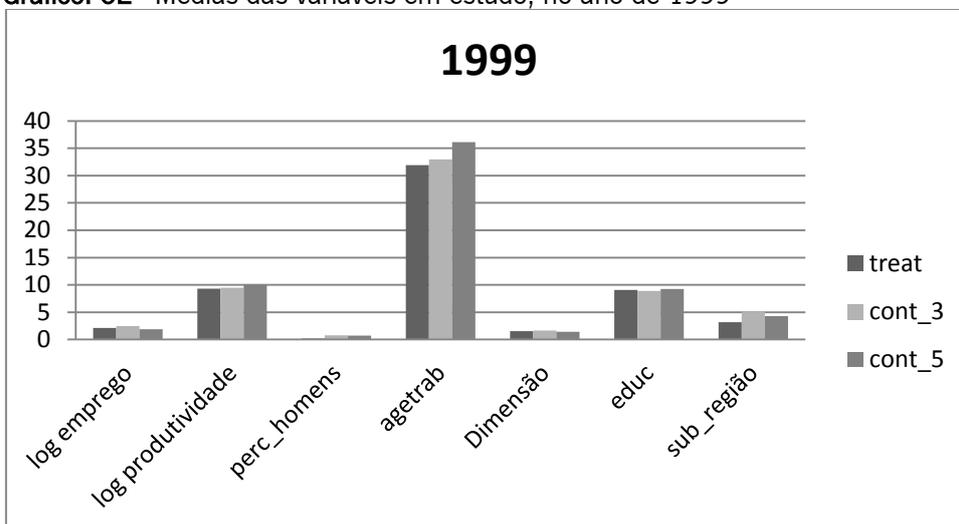
Tabela. 18D - Caracterização da variável sub_região

<i>Sub_região</i>	Região associada
1	Minho Lima
2	Cávado
3	Ave
4	Grande Porto
5	Tâmega
6	Entre Douro e Vouga
7	Douro
8	Alto Trás-os-Montes

Fonte: Elaboração própria

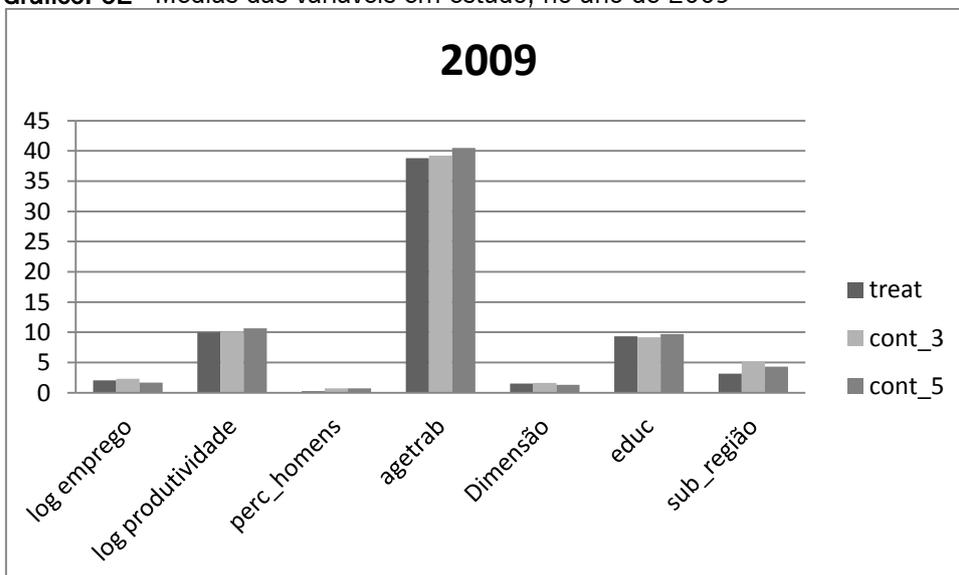
Análise e discussão de Resultados

Gráfico. 5E - Médias das variáveis em estudo, no ano de 1999



Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Gráfico. 6E - Médias das variáveis em estudo, no ano de 2009



Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 19E – Resultados da estimação do modelo DiD simples, para o logaritmo do emprego

Variável dependente: <i>lpessoal</i>	Modelo sem efeitos fixos		Modelo com efeitos fixos	
	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 1)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 2)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 1)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 2)
_cons	2.45*** (0.03)	1.88*** (0.01)	2.52*** (0.11)	1.91*** (0.07)
α_1	-0.13*** (0.04)	-0.19*** (0.02)	-0.12*** (0.03)	-0.17*** (0.02)
α^1	-0.33*** (0.03)	0.24*** (0.02)	-0.37*** (0.13)	0.19 (0.18)
β	0.03 (0.04)	0.09*** (0.03)	-0.08** (0.04)	-0.03 (0.03)
F	51	172	51	67
R²	0.0102	0.0167	0.0098	0.0148

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *cluster* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*

Tabela. 20E – Resultados da estimação do modelo DiD simples, para o logaritmo da produtividade real

Variável dependente: <i>lvvR_perworker</i>	Modelo sem efeitos fixos		Modelo com efeitos fixos	
	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 1)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 2)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 1)	(Grupo de tratamento – Grupo de controlo 2)
_cons	9.48*** (0.02)	9.94*** (0.009)	9.36*** (0.21)	9.69*** (0.05)
α_1	0.59*** (0.029)	0.71*** (0.01)	0.66*** (0.03)	0.65*** (0.21)
α^1	-0.16*** (0.03)	-0.62*** (0.02)	0.02 (0.26)	0.11 (0.13)
β	0.04 (0.03)	-0.07*** (0.02)	-0.10*** (0.04)	-0.08*** (0.03)
F	679	2729	381	554
R²	0.0966	0.2055	0.0940	0.0940

*, **, *** coeficientes estatisticamente significativos ao nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Nota: Entre parêntesis, (), encontram-se os valores dos erros-padrão ajustados aos *cluster* das empresas.

Fonte: Elaboração própria, segundo dados recolhidos da base de dados *Quadros de Pessoal*